

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

22 a 26 de  
JUNHO  
2018



TJ  
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

## Reportagem Especial

AGRESSÕES EM CASA

# Quarenta denúncias por dia contra marido agressor

Dados do Conselho Nacional de Justiça apontam que foram 14.660 casos no Estado no ano passado, 51% a mais do que em 2016

Eliane Proscholdt  
Francine Spinassé

Geralmente escondidos entre quatro paredes, agressores têm transformado a vida de suas mulheres em um verdadeiro pesadelo. O reflexo disso tem sido sentido na Justiça, que recebe uma média de 40 denúncias por dia referente a agressões.

O retrato estatístico faz parte do estudo elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base em levantamentos no Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES). A mesma pesquisa foi feita em outros estados da federação.

No Espírito Santo, só em 2017, foram 14.660 casos novos de ações que foram ingressadas na Justiça. Em 2016, foram 9.675. O aumento, em um ano, foi de 51%.

À frente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJ-ES, a juíza Hermínia Maria Silveira Azoury, disse que o fato de os casos estarem aumentando não significa que as agressões têm crescido na mesma proporção.

Para a magistrada, o que tem ocorrido é que as vítimas têm se encorajado cada vez mais e estão denunciando os seus agressores, como maridos, noivos, namorados ou pessoas com quem têm um relacionamento amoroso.

Mesmo assim ela diz que os números ainda são altos. "Infelizmente os homens ainda têm esse sentimento de posse. Essa mudança é uma questão de cultura". Na esfera policial, a chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, delegada Claudia Demattê, também destacou a violência doméstica e familiar como fruto de uma sociedade machista e de uma cultura patriarcal.

"O número de mulheres que denunciavam era reduzido por não haver uma lei acessível e eficaz que viesse a punir o agressor. Antes da Lei Maria da Penha, a maioria dos crimes praticados contra a mulher era considerado de menor potencial ofensivo".

Ela explicou ainda que, quando a mulher tinha coragem de denunciar, o que se tinha era a lavratura de um termo circunstanciado, que resultava no pagamento de cesta básica. "A Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir e punir o agressor. Então houve um encorajamento dessas mulheres".



MULHERES que denunciaram seus maridos: segundo delegada, vítimas estão mais seguras para acionar a polícia

## VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### "Quero ter o direito de viver em paz"

Durante 10 anos, uma estudante de 39 anos sofreu calada diante das agressões do marido. Inicialmente, eram xingamentos. Depois viraram violência física.

No último fim de semana, ela tomou uma das decisões mais difíceis da sua vida: denunciar o marido, com quem tem duas filhas.

O primeiro passo foi dado ontem: ela foi em uma delegacia denunciar-lo e pedir uma medida protetiva para que ele se afaste.

**A TRIBUNA - Quando o seu marido passou a ser violento?**

**ESTUDANTE** - Os primeiros meses foram normais, mas antes de completarmos um ano de casados tudo mudou e o meu relacionamento passou a ser conturbado. Ele era agressivo, mas ainda via um pouco do que eu achava que era bondade, pois dizia que estava arrependido e que iria mudar.

**> No início ele te agredia verbalmente ou fisicamente?**

**"Já levei socos na cabeça, no corpo, mas nunca tinha ficado marca. Ele já me jogou suco na cara várias vezes"**

Me xingava, me chamava de vagabunda, mas depois passou a me agredir com empurrões, chutes.

**> Como começavam as agressões?**

Ele sempre foi meio bravo e quando começava a fazer ignorância eu mantinha o mesmo nível. Então, no início, eu até pensei que era o meu jeito, pois eu era geniosa. Mas, eu nunca fui de xingá-lo, de agredi-lo.

Só que depois eu decidi mudar e parei de "bater de frente". Em vários momentos comecei a me baixar e aceitar o que ele fazia. As coisas melhoravam um pouco, mas depois o pesadelo começava.

**> Ele é muito ciumento?**

Sim. No início ele tinha ciúmes até da minha família e ficava com raiva se eu fosse até a casa deles. Ele tinha um sentimento de posse.

**> De todas as agressões físicas, quais foram piores?**

Já levei socos na cabeça, no corpo, mas nunca tinha ficado marca. Ele já me jogou suco na cara várias vezes, já cuspiu em mim. Só que do final do ano para cá, as coisas saíram do controle e ele passou a me agredir todos os dias. Nesse final de semana foi o estopim.

**> O que ele fez?**

Eu demorei um pouco mais na igreja e ele começou a me xingar.

**"Sempre aguentei calada e não tive coragem de denunciar. Temo que seja apontada como a responsável por acabar com a família"**

Ele me agrediu e eu caí e fiquei com hematomas no corpo.

**> Alguém sabia?**  
Sempre aguentei calada e não tive coragem de denunciar.

**> Quanto tempo você pensou para tomar essa decisão?**

Estou pensando há dois meses, mas agora vou seguir em frente. Quero uma medida protetiva.

**> Dá medo?**

Tenho medo, mas a maior dificuldade em fazer isso é porque eu fico pensando nele, na família dele, como eles vão se sentir. Para eles, meu marido é uma pessoa maravilhosa e temo que eu seja apontada como a responsável por acabar com uma família.

Pensei em todo o contexto, mas agora eu quero ter o direito de viver em paz, de voltar a sorrir e por isso irei seguir em frente. Como diz a frase de um cartaz da delegacia: "Eu não vim até aqui pra desistir agora".

## SAIBA MAIS

## ESTUDO DO CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou o estudo "O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha 2018", baseado em dados de Tribunais de Justiça.

## CASOS NOVOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO

2016	9.675
2017	14.660

51% foi o aumento de ações ajuizadas no Estado em um ano

12% foi o crescimento no País de 2016 para 2017

## 15.456 CASOS

estão pendentes no Tribunal de Justiça do Estado, ou seja, ainda tramitam

## MEDIDAS PROTETIVAS EXPEDIDAS PELA JUSTIÇA EM 2017

NO BRASIL 236.641 27% foi o aumento de medidas em relação a 2016

## NO ESPÍRITO SANTO

2016	6.686
2017	8.592

28% foi o crescimento de medidas expedidas em um ano

## RANKING NO PAÍS

QUANTIDADE DE MEDIDAS PROTETIVAS A CADA MIL MULHERES, EM 2017

ESTADO	TAXA
1º Distrito Federal	7,3
2º Rio Grande do Sul	6,7
3º Mato Grosso do Sul	6,3
4º Mato Grosso	5,4
5º Espírito Santo	4,3
6º Goiás	3,9
7º Paraná	3,7
7º Amapá	3,7
8º Roraima	3,6
9º Tocantins	3,1
10º Rio de Janeiro	2,9

## MORTES VIOLENTAS DE MULHERES

2017\* 59 mortes violentas de mulheres



2018\* 43 mortes violentas de mulheres



\*Período de 1º de janeiro a 11 de junho.  
\*\*ex. tráfico de drogas

Reportagem Especial

AGRESSÕES EM CASA

# Quinze mil têm de ficar longe da mulher

Por decisão da Justiça do Estado, mais de 15 mil agressores foram proibidos de chegarem perto das suas mulheres. Isso é possível por meio de medidas protetivas de urgência, que estão previstas na lei conhecida como Lei Maria da Penha.

Assim, além do agressor ser proibido de se aproximar ou de manter contato com a pessoa que agride, ele pode ter suspenso seu porte de armas. O juiz pode ainda determinar a restrição ou a suspensão de visitas do agressor aos filhos menores de 18 anos.

Nas medidas a favor da vítima, o Poder Judiciário pode determinar que o agressor deixe o lar.

A juíza Hermínia Maria Silveira observou que a violência doméstica está presente em todas as idades e classes sociais.

Para ela, a medida protetiva é importante. "Se não for cumprida, o agressor também responderá pelo crime de desobediência".

A reportagem conversou ontem com algumas vítimas. Uma delas contou que é casada há mais de 10 anos, mas decidiu pedir a medida protetiva pois não aguenta mais conviver com agressões.

Ela já sofreu violência física, mas atualmente é vítima de agressão

verbal. "Já cheguei a denunciá-lo, mas decidi dar a ele uma nova chance por causa dos nossos filhos e das promessas de mudança, que não aconteceram. Só que agora não dá mais".

Uma dona de casa de 32 anos mostrou ontem na delegacia as marcas da agressão sofrida no último domingo pelo companheiro. Ela levou pontos na cabeça após ser agredida com socos e ter sua cabeça empurrada contra uma grade.

"No sábado discutimos e eu fui dormir na casa de uma amiga. No outro dia, fui para casa. Ele chegou alterado e começou a me bater", disse a dona de casa, que agora quer uma medida protetiva.

A chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, delegada Cláudia Dematté, afirmou que, em 2017, somente as delegacias especializadas da Grande Vitória solicitaram 4.326 medidas protetivas. Em 2018, até maio, foram solicitadas 1.625 medidas.

"As medidas protetivas de urgência visam dar uma resposta imediata para dar segurança às vítimas. E é um dos mecanismos que tem encorajado mulheres a denunciarem. Elas não devem sofrer caladas. Quem ama não agride, não humilha, não xinga".

## Lei mais dura para agressor

Como mais uma medida para reforçar a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, uma alteração na Lei Maria da Penha tornou crime o descumprimento das medidas protetivas impostas por juízes a agressores.

A alteração, que já está em vigor desde abril, tem pena prevista para esses casos de três meses a dois anos de detenção.

A chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, delegada Cláudia Dematté, classificou como importante a alteração.

"Aquele agressor que, mesmo depois de o juiz ter deferido uma medida protetiva, não respeitar a ordem judicial, vai responder por crime. Além disso, se for preso em flagrante pelo descumprimento, não tem direito de fiança na esfera policial. Somente na esfera judicial. Esse é mais um mecanismo para encorajar as mulheres a denunciarem".

A delegada enfatizou que a alteração trouxe maior clareza a um



CLAUDIA Dematté: encorajamento

ponto que ainda tinha divergências. "As vítimas têm de ter ciência que descumprir as medidas é crime. Por isso, devem procurar a delegacia ou o juiz da Vara para comunicar o que está acontecendo para que o agressor possa responder por isso".

ENTENDA AS MUDANÇAS

### Detenção para quem descumprir

Mudança na Lei Maria da Penha desde abril

> ART. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência

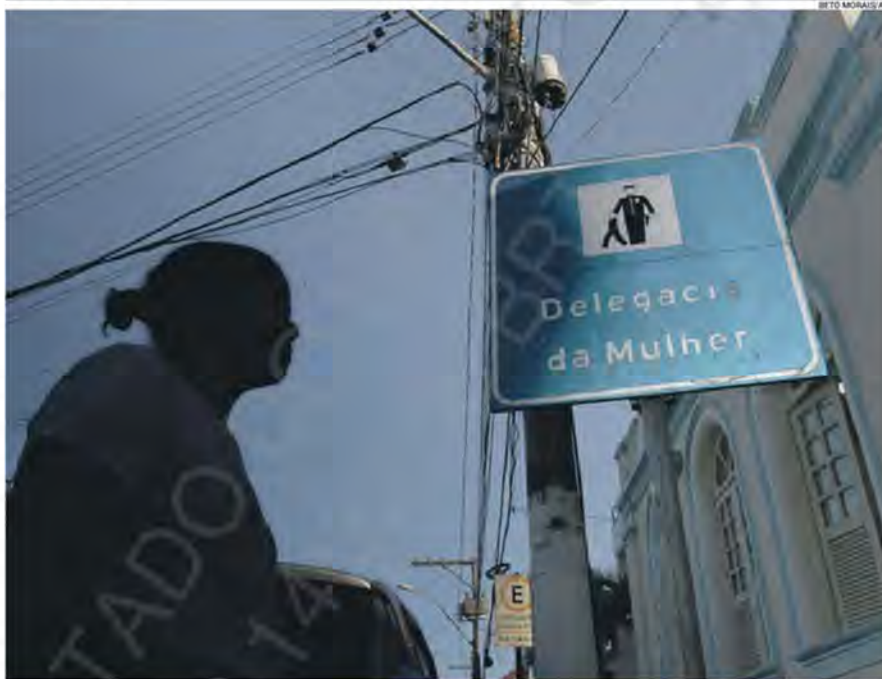
> PENA - detenção de três meses a dois anos.

> § 1 - A configuração do crime independe da competência civil ou crimina

nal do juiz que deferiu as medidas.  
> § 2 - Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.  
> § 3 - O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.

Fonte: Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

DESABAFO



## "Estava morando com um monstro"

Cansada das ameaças, perseguições e agressões constantes do ex-companheiro, uma doméstica de 38 anos resolveu tomar coragem, sair de casa e denunciar as violências sofridas.

Há dois meses ela fez a primeira denúncia e tem medida protetiva

contra ele, mas ontem foi preciso voltar à delegacia para registrar constantes violações ao documento.

"Ele continua indo em todos os lugares onde estou. Hoje (ontem) foi até o meu trabalho. Eu estava com uma filha e o bebê dela, que tem cinco meses. Mesmo assim ele me agar-

rou e não queria me soltar mais. Tenho muito medo, pois ele me ameaça o tempo todo", revelou.

Segundo ela, no início do relacionamento que durou menos de um ano, ele aparentava ser uma pessoa boa. "Estava morando com um monstro e não sabia".

AJUDA

### Decisão descumprida

Segurando uma medida protetiva dentro de um envelope, que foi descumprida pelo seu ex-marido, uma aposentada de 75 anos procurou ontem uma delegacia em busca de ajuda.

Ela, que pediu que o seu nome não fosse divulgado, contou que seu casamento durou mais de 50 anos, mas que seu então marido sempre a agrediu verbalmente.

"Para o amor não tem idade. O mesmo eu digo para a violência. Eu tinha uma medida protetiva que o obrigava a manter uma distância de 100 metros, mas ele continua me difamando. Ele diz coisas horríveis que tenho até vergonha de repetir. Quero paz".



ANÁLISE

## "É fundamental e urgente que essa realidade mude"

"O comportamento masculino agressivo dirigido a mulheres é sempre uma manifestação de violência injustificável.

Além de crime, denota imaturidade emocional, impulsividade, intolerância e uma incapacidade de relacionar-se em pé de igualdade com outras pessoas.

Alguns homens acham que têm o direito de hostilizar, menosprezar, di-

minuir ou ofender mulheres de sua família com base em uma visão familiar ultrapassada, na qual o homem detinha todo o poder e a autoridade.

Com as novas configurações familiares, a igualdade entre homens e mulheres no relacionamento se impõe como uma realidade social, cabendo à sociedade como um todo o combate a toda forma de agressividade, imposição física ou psicológi-

ca nas relações. As estatísticas do Espírito Santo são muito preocupantes, pois revelam uma realidade agressiva e violenta para as mulheres.

É fundamental e urgente que essa realidade mude, pois são dezenas de mulheres que sofrem diariamente uma violência que não se explica, não se justifica e não se pode mais tolerar".

Adriano Pereira Jardim, doutor em Psicologia e professor da Ufes



# Ação contra reajustes nos planos de saúde

**Especialistas revelam que há casos de aumento abusivo de 39%, que foi derrubado na Justiça, e o reajuste ficou em 6%**

Lorrany Martins

O aumento das mensalidades dos planos de saúde é um dos principais motivos que levam os pacientes à Justiça, segundo os especialistas.

E a cada dia aparecem mais casos com o mesmo motivo. É o que afirma o advogado Gothardo Guimarães Nacarati. Ele contou que atendeu uma dona de casa de 58 anos que teve aumento de mais de 39% de reajuste na mensalidade de um mês para o outro.

“Foi um valor extremamente abusivo. Entramos com uma ação e conseguimos um reajuste do va-

lor nos termos da inflação do ano, que era de 4% a 8% em 2016. O juiz deu uma liminar estabelecendo um reajuste de 6%. O plano admitiu que foi um erro, uma cobrança indevida”, contou.

Ele explicou ainda que quando a pessoa acha que o reajuste foi abusivo, o ideal é procurar um especialista para saber se o valor está compatível com os reajustes.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), no dia 10 de abril, tramitavam no Estado 6.033 processos com o assunto “Planos de Saúde”.

Advogados e defensores especialistas no assunto acreditam que desse total 40% são ações movidas por causa de aumento da mensalidade.

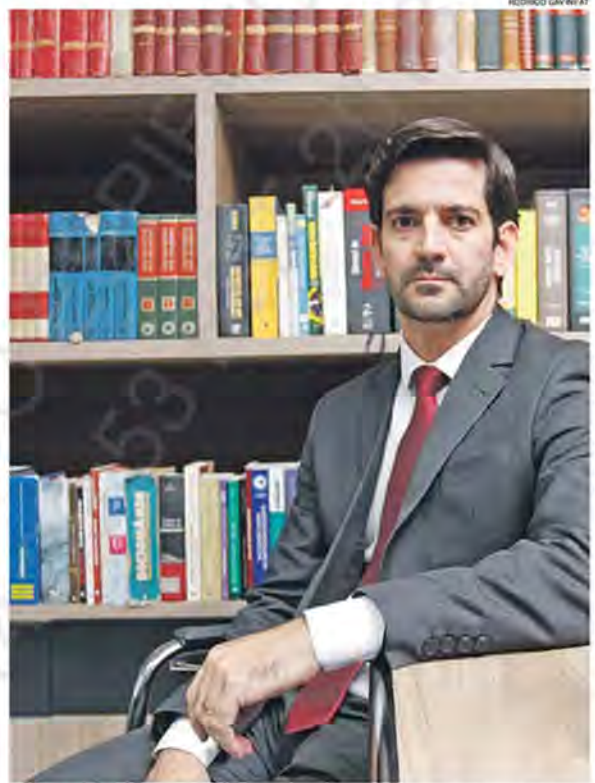
O defensor público Rochester Oliveira Araújo, que atua no Núcleo Cível da Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES), explicou que a maioria das ações nesses casos são movidas por usuários que têm o plano individual.

“Mas é preciso observar o aumento com calma antes de entrar com uma ação judicial. O plano individual, por exemplo, pode ter dois tipos de reajustes: o anual, que tem fiscalização, e o por faixa etária, que já no contrato”.

Ele explicou que os dois reajustes podem acontecer ao mesmo tempo, fazendo com que o valor da mensalidade aumente de forma significativa. “Mas, é preciso observar esses elementos de modo individualizado para vê se não há abuso no aumento”, revelou.

Rochester disse que o número de pacientes que se sentem lesados está aumentando.

O advogado João Vítor Guimarães Vaz ressaltou que além dos Tribunais, o paciente também pode procurar ajuda no Procon. “O usuário do plano de saúde que se sentir insatisfeito pode procurar de forma administrativa o Procon também. É possível ainda procurar um advogado ou ir diretamente ao Juizado Especial.”



O **ADVOGADO** Gothardo Nacarati conseguiu reverter reajustes na Justiça

## OPINIÕES



“O valor abusivo é o segundo maior motivo de ações contra plano de saúde”

Rochester Oliveira Araújo, defensor público



“Na maioria das vezes, a ação na Justiça consegue reduzir o percentual de reajuste abusivo dos planos”

João Vítor Guimarães Vaz, advogado

## SAIBA MAIS

### Correção anual e por faixa etária

#### Planos individuais/familiares

OS PLANOS INDIVIDUAIS são os contratados por uma pessoa ou família. Eles, geralmente, são mais caros que os coletivos, mas têm os seus percentuais de reajustes regulamentados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

ESSE ÍNDICE DE REAJUSTE é divulgado anualmente. Ano passado, o reajuste foi de 13,55%. Este ano ainda está sendo discutido na Justiça, mas deve chegar a 10%, se o processo movido pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) perder a causa.

ALÉM DESSE REAJUSTE, ainda há a possibilidade de reajuste por faixa etária. A cada nível de idade, há um reajuste colocado pelo plano.

#### Planos coletivos/empresariais

JÁ OS PLANOS COLETIVOS, contratados por empresas, associações, entidades de classe ou sindicatos, geralmente são mais baratos. No entanto, não têm reajuste regulado pela ANS. Por isso, as operadoras podem reajustar anualmente conforme sua necessidade. Em alguns casos, passa de 100%.

NA TEORIA, a ANS afirma que não regulamenta já que, por ter muitos usuários, a entidade contratante tem poder de barganha, o que segundo especialistas não acontece.

TAMBÉM É POSSÍVEL entrar na Justiça quando o valor de reajuste é abusivo. No entanto, nesses casos, quem geralmente entra com o processo é o coletivo.

## Liberados 10% de aumento

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) conseguiu uma liminar contra a decisão da Justiça de restringir os reajustes dos planos de saúde individuais em 5,72%. Com isso, o órgão anunciou um aumento de 10%, praticamente o dobro acertado anteriormente.

Mas apesar do percentual de aumento acima do esperado, o reajuste de 10% é o mais baixo concedido pela ANS desde 2014, quando o reajuste foi de 9,65%. Desde então, o percentual aplicado tem sido de 13,5% a cada ano.

Com a liminar, o percentual de reajuste será aplicado sobre contratos de planos individuais e familiares, que é cerca de 8 milhões de beneficiários no País e quase 130 mil no Estado. O aumento será retroativo a maio, mas vai depender do mês de aniversário do contrato.

A liminar havia sido concedida a partir de uma ação proposta pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que questiona a fórmula de reajuste aplicada pela ANS e sugere a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) Saúde, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Idec informou em nota que lamenta a decisão da Justiça e que

ainda vai recorrer. “O Tribunal de Contas da União (TCU) aponta erros na metodologia que vem sendo utilizada pela agência”, completou.

Segundo a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) o crescimento dos custos supera em muito o reajuste autorizado. “Mas, por outro lado, o reajuste ficou novamente acima da inflação geral de preços e, conseqüentemente, agravando a dificuldade financeira da população para manter seus planos de saúde. É necessário que todos atuem no sentido de reduzir esses custos”, disse a presidente da federação, Solange Beatriz Palheiro Mendes.



**SOLANGE MENDES:** reduzir custos

## Custo de R\$ 1 bilhão com ações e pedidos na Justiça

Os pedidos à Justiça contra planos de saúde não são apenas para reajustes de mensalidades. Muitos pacientes recorrem aos tribunais para solicitar medicamentos caros, procedimentos inovadores, entre outras ações.

De acordo com o levantamento da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abrange) em 2017 foram cerca de R\$ 1 bilhão para pagamentos de medicamentos e procedimentos exigidos pela Justiça, a chamada judicialização da saúde. Para o poder público, segundo a associação, o custo é ainda maior, cerca de R\$ 7 bilhões.

“São comuns situações em que o paciente já sai do consultório médico com a indicação de procurar por um advogado, sem nem antes contatar a operadora contratada. Este cenário de judicialização da saúde não é interessante para ninguém: sociedade, consumidores e contribuintes, já que os preços das coberturas necessitam ser majorados, para que todos esses novos “riscos” criados sejam cobertos”, destacou a associação em nota.

## CIDADE DO CRIME

## Pastor é levado de Viana para Linhares

FERNANDO MADEIRA - 25/05/2018

**Georgeval passou por exames de corpo de delito**

O pastor Georgeval Alves, 36, acusado de estuprar e matar os o enteado Kauã Salles, de 6, e o filho Joaquim Alves, de 3, foi levado ao Serviço Médico Legal de Linhares (SML) na tarde de ontem. Os meninos morreram em um incêndio que teria sido provocado por ele na casa da família na cidade, em 21 de abril. Preso desde o dia 28 de abril na Penitenciária de Viana, Georgeval esteve no local para realizar exames complementares de corpo de delito à pedido da Justiça. A passagem do pastor pelo SML aconteceu de maneira sigilosa. Georgeval, que responde por duplo homicídio triplamente qualificado e duplo estupro de vulneráveis, ficou no prédio do órgão por cerca de 30 mi-

nutos. Depois de ser submetido aos exames, o pastor foi levado de volta ao Centro de Detenção Provisória de Viana II. A mulher dele, a pastora Juliana Pereira Salles, 27, permanece presa no presídio em Teófilo Otoni, em Minas Gerais. As informações são da Secretaria de Estado de Administração Prisional mineira, que administra o presídio onde ela está desde quarta-feira passada. Juliana é acusada de conduta omissiva que culminou na morte dos filhos. Ela foi denunciada por duplo homicídio, estupros de vulneráveis e fraude processual. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo informou que o juiz fará a solicitação de transferência da pastora ainda esta semana.

## Pastor George é levado a Linhares para fazer exames

O pastor Georgeval Alves, de 36 anos, acusado de estuprar e matar o enteado Kauã Sales Butkovsky, 6, e o filho Joaquim Alves Sales, 3, esteve em Linhares sob forte escolta policial na tarde de ontem. Ele foi realizar exames para identificar a suposta queimadura no pé. A avaliação foi feita pelo legista Carlos Vilhagra, responsável pelo primeiro exame feito no pastor.

George, que responde por duplo homicídio triplamente qualificado e duplo estupro de vulneráveis, ficou no Serviço Médico Legal de Linhares (SML), por cerca de 30 minutos. Após a realização dos exames, o pastor retornou para o Centro de Detenção provisória de Viana II (CDPV II), em Viana.

Informações de pessoas que estiveram no SML e viram o pastor no momento do exame, dão conta de que George está muito magro e abatido. Fontes ligadas ao presídio onde o pastor cumpre pena, informaram que ele passou a dividir a cela com outros detentos. A passagem de George por Linhares não foi informada, aconteceu em caráter sigiloso.

### PASTORA

A pastora Juliana Sales, de 27 anos, mãe de Joaquim e Kauã, continua presa na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais. Ela deve ser transferida ainda nesta semana para o presídio feminino em Colatina.

A informação foi confirmada pela Secretaria de Justiça do Estado (Sejus-ES). Juliana Sales foi presa no último dia 20.

DIVULGAÇÃO - 07/05/2018



**GEORGE:** mais magro e abatido

## GIRO RÁPIDO

**Transferência da pastora Juliana Sales só aguarda decisão do juiz**

O juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, já pode solicitar, a partir de hoje, a transferência da pastora Juliana Pereira Sales Alves, de 27 anos, de Minas Gerais para o Estado. Ela foi presa na última no último dia 20 na cidade mineira de Teófilo Otoni. Segundo a Secretaria de Justiça daquele estado, Juliana pode ser trazida para o Estado assim que o pedido for feito.

Juliana vai responder por homicídios e estupro dos dois filhos Kauã Sales Butkovsky, 6 anos, e Joaquim Alves Sales, de 3, além de fraude processual, no caso.



**JULIANA** foi presa em Teófilo Otoni, Minas Gerais

## QUESTÃO DE HABITAÇÃO



Sentadas sobre um colchão, crianças assistem à TV em colégio que virou moradia



FOTOS: FERNANDO MADEIRA

Homem tenta colocar entulhos que estão espalhados no chão em saco plástico

# OCUPAÇÕES NO CENTRO EXPÕEM DRAMA SOCIAL

## Mais de 100 famílias vivem irregularmente em prédios em Vitória

LARA ROSADO  
lrosado@redegazeta.com.br

O problema da ocupação de prédios abandonados no Centro de Vitória se arrasta por mais de um ano e só muda de endereço. Ontem, devido a uma decisão judicial que determinava a desocupação do antigo Hotel Majestic, parte das famílias foi para outro imóvel: o antigo Colégio São Vicente de Paulo. Com falta de política de habitação, especialistas alertam que o poder público não enfrenta o grande desafio de garantir o direito à moradia.

Mais de 100 famílias estão distribuídas entre oito prédios ociosos no Centro de Vitória, segundo o Movimento Nacional das Famílias sem-teto vindas da Fazendinha (MNFTF). Como a decisão da Justiça permitia o uso da força policial para a retirada dos moradores do Majestic, de 50 pessoas, 20 deixaram o prédio com medo. Antes, elas estavam abrigadas no antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI).

A ocupante Maria Luzia de Oliveira, de 49 anos, é uma das pessoas que decidiram sair e ir para a antiga escola. "Eu saí porque estou com medo dos homens (a polícia) invadirem lá. O prazo que eles deram foi até hoje (ontem), para tirar todo



FERNANDO MADEIRA

Fachada do antigo Colégio São Vicente, em Vitória, que foi ocupado por famílias

o mundo de lá. Na decisão estava escrito que eles iriam tirar todo mundo de lá."

Para resolver o problema não é necessária a construção de novos imóveis, segundo a professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Maria Helena Elpidio. De acordo com a especialista, o caminho seria revitalizar os prédios abandonados e transformá-los em habitação.

"Falta política de habita-

ção para a população pobre. As famílias não têm dinheiro para morar na cidade. Os preços dos aluguéis são altos e a moradia se tornou objeto de especulação imobiliária. Não tem mais terra em Vitória para construir."

A professora Clara Luiza Miranda, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Ufes, alerta que os prédios abandonados precisam obedecer o Plano Diretor Urbano (PDU) que prevê que os imóveis cumpram sua função

social na cidade. "Os proprietários precisam fazer um movimento e a prefeitura tem que incentivar o uso dos prédios. A questão do abandono do Centro é a conjunção do mercado imobiliário e a gestão pública que não fazem projetos para o bairro. Infelizmente já tem prédios que estão em ruínas."

Procurada, a Prefeitura de Vitória informou, por meio de nota, que está acompanhando o caso. A Secretária Municipal de Assis-

tência Social informou que colocou à disposição das famílias os serviços dos Centro de Referência de Assistência Social (Cras), por meio do cadastro no CadÚnico, que é a principal porta de entrada para os projetos habitacionais do município. Mas, até o momento, não houve procura por parte das famílias.

O coordenador do MNFTF, conhecido como MC Tim, esclareceu que a maioria das famílias já possuem cadastro no CadÚnico na Prefeitura de Vitória. "É uma burocracia. A gente está nesse movimento desde a Fazendinha (área ocupada em Vitória, em março de 2017). Estamos na luta há muito tempo."

Já o secretário de Direitos Humanos do Estado, Leonardo Oggioni, informou que o governo estadual não é responsável em dar um destino aos ocupantes nem de fornecer um aluguel social. "O Estado presta um apoio ao governo federal e aos municípios na implementação das políticas habitacionais fornecendo as estruturas externas como calçamento de ruas e a questão de saneamento."

Já o Ministério das Cidades informou que atua na área de habitação através do Programa Minha Casa, Minha Vida, que subsidia até 90% do valor do imóvel.

## DEPOIMENTOS



"Eu saí do Majestic porque estou com medo dos homens (a polícia) invadirem lá. Na decisão estava escrito que eles iriam tirar todo mundo de lá"

MARIA DE LUZIA  
OLIVEIRA OCUPANTE



"Estamos sem água e sem luz. Nós queremos que o governo olhe para as famílias que estão aqui. É muito difícil viver sem condições"

WANDERSON SOARES  
SANTOS OCUPANTE



# Estado descarta força policial em desocupação

**Governo aposta em negociação para liberar o antigo Hotel Majestic, que ainda abriga pessoas**

▲ **EDUARDO DIAS**  
edias@redgazeta.com.br

O secretário de Direitos Humanos do Estado, Leonardo Oggioni, afirmou que o uso de força policial para a retirada das famílias sem-teto do prédio do antigo Hotel Majestic, no Centro de Vitória, está descartado, porque uma negociação para a desocupação programada do imóvel está em andamento.

Cerca de 30 pessoas ocupam o prédio desde o mês de abril e o prazo dado pela Justiça para que o edifício seja desocupado terminou ontem. Caso a desocupação não acontecesse, a decisão judicial autorizava o uso de

força policial para a reintegração de posse do imóvel.

Com a negociação para a desocupação ainda em curso, o secretário afirmou que as famílias terão mais alguns dias para organizar as mudanças e saírem do prédio de forma ordenada.

Oggioni explicou que todas as famílias serão cadastradas pela Secretaria de Direitos Humanos, para que a necessidade de cada uma seja identificada. Se necessário, o governo vai ajudar até no transporte da mudança dos ocupantes do antigo hotel para outros lugares, como a casa de algum familiar.

“O cadastramento serve para a gente saber se algumas famílias serão encaminhadas para abrigos, se outras têm a possibilidade de serem alocadas para outros

imóveis. É com esse cadastramento que nós vamos entender a situação de cada família. Enquanto Estado, eu não tenho a possibilidade de, de imediato, dar alguma residência ou o auxílio de aluguel social. O Estado não tem essa atribuição, então eu não consigo fazer.”

Apesar da afirmação de que não haverá uso da força policial, o coordenador do Movimento Nacional das Famílias sem-teto vindas da Fazendinha (MNFTEF), MC Tim, informou que policiais foram até o Majestic ontem. “A polícia chegou por volta de 15 horas, mas cheguei na hora e expliquei que estamos em negociação.”

Procurada, a Secretaria de Segurança do Estado informou que não houve ação da PM no local.

## ENTENDA



EDUARDO DIAS

Hotel Majestic foi ocupado por famílias sem teto

## OCUPAÇÕES MIGRAÇÃO

### ▼ Fazendinha

No fim do mês de março do ano passado, manifestantes ocuparam uma área particular conhecida como Fazendinha, entre os bairros Grande Vitória e Universitário, na região da Grande São Pedro. Eles foram retirados do local no final do mês de abril.

### ▼ Casa do Cidadão

Depois de terem saído da Fazendinha, os ocupantes foram para a Casa do

Cidadão, em Maruípe, no mês de abril do ano passado. A saída da Casa do Cidadão veio depois de um acordo entre os manifestantes com a Prefeitura de Vitória.

### ▼ Prédio do IAPI

O grupo começou a ocupação no prédio do antigo IAPI na noite do dia 6 de maio do ano passado, no Centro de Vitória. Em julho, as famílias começaram a deixar o local devido a determinação de reintegração de posse do

edifício.

### ▼ Prédio particular

Depois de terem sido retirados do IAPI, cerca de 60 pessoas, no mês de julho do ano passado, ocuparam um prédio particular que fica ao lado dos Correios, em uma rua lateral à Avenida Jerônimo Monteiro, também no Centro da Capital

### ▼ Majestic

A Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Segehr) informou que o prédio está ocupado irregularmente desde 18 de abril. A Justiça determinou que o local fosse desocupado de forma voluntária até ontem. Caso o grupo não saísse pacificamente, a Justiça permitiu o uso da força policial. No entanto, a Secretaria de Direitos Humanos do Estado descartou essa possibilidade e afirmou que está sendo realizada uma negociação pacífica.

### ▼ Colégio Vicente

### São Paulo

Ontem, parte das famílias que estavam no Majestic se mudaram para a antiga Escola São Vicente de Paulo, também no Centro.

**GIRO RÁPIDO****Semana decisiva  
para imposto sindical**

O STF começa a julgar na quinta-feira as ações pela volta do imposto sindical obrigatório. A contribuição deixou de ser compulsória com a reforma trabalhista. Sob relatoria do ministro Edson Fachin, 19 ações sobre o tema serão levadas ao plenário da Corte nesta semana. Sindicatos, federações, confederações e centrais pedem a volta do imposto obrigatório.

**FACHIN** criticou fim do imposto

# Reportagem Especial



JULIA TERAMIA/ONIBR/2012

**JUIZA GISELE OLIVEIRA,** coordenadora das Varas Criminais de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado, informou que foram repassados dados para a plataforma que vai fornecer, em tempo real, dados sobre procurados

## Espírito Santo tem mais foragidos que 4 estados juntos

Somando a quantidade de mandados de prisão e o número de foragidos dos presídios dos estados de Roraima, Goiás, Sergipe e Acre, o total de bandidos nas ruas dessas regiões é de 3.494. Mesmo assim, o número ainda é menor que os 5.544 criminosos soltos no Espírito Santo. Os dados são do Banco Nacional de Mandados de Prisão.

A quantidade de mandados de prisão no Estado e de foragidos dos presídios também supera estados com população maior que a do Espírito Santo, como é o caso da Bahia, por exemplo, que tem 14.016.906 habitantes, de acordo com Censo do IBGE de 2010. No estado baiano, existem 2.392 criminosos procurados.

"Apesar de não ter pesquisa científica, não acredito que o Espírito Santo, por ter maior número de mandados de prisões que outros estados, tenha maior criminalidade que essas outras cidades", avaliou a coordenadora das Varas Criminais de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), juíza Gisele Oliveira.

"Quanto mais entrosamento tiver entre as instituições como Ministério Público, Polícia Civil e judiciário, maior vai ser o número de apuração de crimes e, consequentemente, de pessoas processadas que terão a prisão decretada."

### IMPUNIDADE

# Estado tem 5.544 bandidos fora da prisão

Entre os foragidos estão esturpadores traficantes e assassinos. No País já são 144.394 criminosos que vivem livremente

Tais de Hollanda  
Roberta Bourguignon

O Espírito Santo tem atrás das grades 20.972 pessoas respondendo por seus crimes. Mas fora delas, existem 5.544 criminosos, entre assassinos, esturpadores e traficantes. A Justiça já expediu mandado de prisão para todos eles. Porém, os procurados permanecem livres, nas ruas.

José Luis de Souza, de 53 anos, está entre os homicidas que circulam livremente. Desde 11 de agosto de 2016, o soldado da reserva da Polícia Militar não é localizado.

No mesmo ano, o crime dele levou 300 pessoas para a rua Cravos, no bairro Feu Rosa, na Serra, para acompanhar o trabalho da polícia.

Era noite e o corpo do vigilante e ex-soldado da PM Vítor Paulo Pereira Lima, 52 anos, estava estirado no chão, com quatro tiros na cabeça. A 300 metros dali, no segundo andar de um prédio, a autônoma Elza Vesper Wesphal, 50 anos, também estava morta, após ser atingida na nuca por um tiro que partiu da arma de José Luis.

O assassinato e o feminicídio, cometidos por Souza, foram resultado de ciúme: ele acreditava que Vítor e Elza tinham um caso.

O acusado engrossa a fileira de

4.765 criminosos que têm mandado de prisão em aberto e ainda não foram presos pela polícia. Outros 779 criminosos conseguiram fugir dos presídios do Estado.

Os números constam no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, o BNMP 2.0, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em consulta realizada ontem.

A juíza coordenadora das Varas Criminais de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado, Gisele Oliveira, informou que foram repassados, recentemente, dados para o BNMP 2.0, na plataforma que vai fornecer, em tempo real, dados sobre procurados.

"No Estado, a maior incidência de mandados de prisões em aberto são por tráfico, roubo e homicídio. Existe também mandado por furto, em que a pessoa é reincidente", explicou a magistrada.

No meio das ordens de prisão, há mandados com mais de 20 anos.

Para o secretário de Estado da Segurança Pública, Nylton Rodrigues, de modo geral, grande parte desses mandados são decorrentes de pensão alimentícia. "Às vezes, nos mandados antigos, o indivíduo está fora do Estado, País ou morto. Em 2017, prendemos 5.725 pessoas com mandados de prisão".

“Às vezes, nos mandados antigos, o indivíduo está fora do Estado, País ou morto. Em 2017, prendemos 5.725 pessoas”

Nylton Rodrigues, secretário da Sesp

### OS NÚMEROS

#### Comparativo: País x Estado

O mandado de prisão, em aberto, pode ter sido decretado pela Justiça, após processo ou por fuga do presídio.



BRASIL



ESPIRITO SANTO

	BRASIL	ESPIRITO SANTO
Mandados pendentes de cumprimento	144.394	5.544
Número de pessoas com mandado de prisão em aberto	137.374	4.765
Total de detentos que fugiram da prisão: Presos do regime fechado. Presos do regime semiaberto que receberam o benefício da saída temporária e não voltaram.	7.020	779
Total de pessoas presas	501.715	20.972
Pessoas que estão presas e já cumprem condenação por crimes.	293.263	13.028
Do total de condenados, número de pessoas que não podem mais recorrer.	165.757	9.492
Do total de condenados, número de pessoas que ainda podem pedir recurso.	127.506	3.536
Número de pessoas que estão presas provisoriamente.	207.847	7.903
São pessoas que apresentam problemas mentais e cumprem medidas de segurança, como em casas de custódia	605	41
Número de homens presos	477.251	20.049
Número de mulheres presas	24.841	944

\*Dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões disponibilizados em 24 de junho de 2018, às 19 horas.

\*\*Minas Gerais e Rio Grande do Sul ainda não tinham implantado o sistema. São Paulo e Paraná implantaram parcialmente.

### RANKING NO BRASIL

REGIÃO/ESTADO	MANDADOS PENDENTES
<b>NORTE</b>	
Pará	13.659
Roraima	3.925
Amazonas	3.712
Tocantins	1.985
Acre	1.847
Amapá	1.317
Roraima	414
<b>NORDESTE</b>	
Ceará	13.200
Pernambuco	6.564
Maranhão	4.368
Rio Grande do Norte	4.274
Paraíba	3.775
Piauí	3.057
Alagoas	3.138
Bahia	2.392
Sergipe	166
<b>CENTRO-OESTE</b>	
Mato Grosso	4.127
Distrito Federal	2.463
Mato Grosso do Sul	1.315
Goiás	1.067
<b>SUDESTE</b>	
Rio de Janeiro	33.943
Espírito Santo	5.533
Minas Gerais	***
São Paulo	**
<b>SUL</b>	
Santa Catarina	6.338
Paraná	**
Rio Grande do Sul	***

FONTE: DADOS DO BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES - 24 DE JUNHO, ÀS 19H.

\*\*Em implantação.

\*\*\*Não implantou o programa.

Reportagem Especial

IMPUNIDADE / ELISÂNGELA GOMES ATENDENTE

# “Tenho medo pelo meu filho”

Atendente Elisângela Ribeiro Gomes e o filho, de 8 anos, convivem com duas angústias há mais de um ano: A primeira de terem perdido João Roberto Corrêa, professor e lutador de Jiu-Jitsu, assassinado em 22 de maio de 2017, marido de Elisângela. A segunda, de viver com medo, já que o autor do crime, o comerciante Liniker Araújo do Carmo Martins, está foragido.

Ele é procurado por ter matado o lutador durante uma briga em Muquiçaba, Guarapari.

Liniker chegou a se apresentar à polícia, dias depois, fora do período do flagrante, e foi liberado. Após a apresentação, ele fugiu. Contra o comerciante existe mandado de prisão em aberto de homicídio qualificado por motivo fútil.

Elisângela contou o sofrimento, ao lado do filho do casal, que não terá o nome divulgado, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

> Como você se sente com o acusado solto?

A justiça não foi feita e a impunidade venceu. Se o assassino tivesse sido preso, como deveria ter acontecido, quando foi se entregar, teria sido diferente. Ele foi lá e disse que matou, mas até com a arma ele continuou.

Dois dias depois, recolheram a arma dele e disseram que ele não precisava ficar preso porque tinha residência fixa. Agora eu te pergunto: cadê ele na residência?

> Por que acha que ele não foi preso?

“Passei muitas informações para a polícia, mas o autor do crime não foi preso. Só vou ter paz com ele preso”

Parece que a prisão do Liniker pode trazer consequências para outras pessoas envolvidas na morte do meu marido.

O Liniker e meu marido já tiveram uma briga antiga. Há três anos, ele foi separar uma briga num bar e acabou batendo no Liniker. Na época, quem saiu como errado foi meu marido, que ainda foi preso, por ter reagido à prisão.

> Sente medo dele e de pessoas que possam estar envolvidas na morte do seu marido?

Eu ando com medo. Tenho medo pelo meu filho. Eu o considero



ELISÂNGELA RIBEIRO GOMES e o filho, de 8 anos, mostram foto de João Roberto Corrêa: assassino continua solto

um monstro. Ele tirou o pai do meu filho, a minha segurança. Já fui intimidada por cúmplices dele, que me entregaram, no meu local de trabalho, o número do Liniker, para que eu colocasse crédito no celular dele. Eu tremi muito. Anotei o telefone dele, entreguei para a polícia, mas até hoje não o encontramos.

> Como é sua vida hoje? Moro de favor, na casa da minha

mãe. Eu preciso deixar meu filho na casa de parentes para poder

“Se o assassino tivesse sido preso como deveria ter acontecido, quando foi se entregar, teria sido diferente”

trabalhar. Estou em dois empregos para ter como sustentar meu filho. Meu marido foi morto e quem o matou vive tranquilamente.

Durante muito tempo, passei muitas informações para a polícia, mas o autor do crime não foi preso. Minha vida estagnou, e só vou ter paz com ele preso. Isso não vai trazer meu marido de volta, mas vai trazer paz para minha família e nossa segurança.



INTERNOS no presídio: Estado tem 13.787 vagas, mas abriga 21.437 presos

## Documento mostra presídios superlotados

Com 5.544 criminosos à solta, o sistema penitenciário do Estado suportaria receber todos eles, caso fossem presos? Um documento do Conselho Nacional de Justiça, com dados atualizados em 13 de junho, deste ano, mostra que não.

Segundo o documento, são 37 unidades, entre presídios, centros de detenções e hospital de custódia, no Espírito Santo, que dispõem de 13.787 vagas, mas contam atualmente com 21.437 detentos.

Das oito unidades que Vila Velha possui, apenas a 20ª Delegacia de Polícia de Vila Velha não está superlotada. O local tem cinco presos, para um total de oito vagas.

A Penitenciária Estadual de Vila Velha IV (Regime Semiaberto) tem mais que o dobro de internos permitidos para as 604 vagas. No

local, estão 1.260 detentos. A Secretaria de Justiça do Estado não disponibilizou entrevista com o secretário Wallace Tarcísio Pontes para falar da possibilidade de acomodação dos mais de 5 mil criminosos não localizados.

A reportagem apresentou dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, que mostrou mais de 779 presos que fugiram da prisão ou que receberam autorização judicial para deixar a unidade e não retornaram e perguntou quais mecanismos para evitar fugas.

O órgão apenas apresentou dados do site Testemunha Virtual, que afirmam que 926 detentos não estão mais no presídio: 171 fugiram e 755 não voltaram, após receber autorização judicial para deixar a unidade.

## Número de criminosos aumentou

Em números, o secretário de Estado da Segurança Pública, Nylton Rodrigues, disse que, de janeiro até 15 de junho, foram presas 2.961 pessoas com os mais variados mandados de prisão em aberto.

De janeiro a maio de 2017 o número era de 1.320 detidos. Questionado se o crescimento significa também aumento do número de criminosos, ele afirmou que sim.

“A partir do momento que novos mandados de prisão são expedidos, isso nos indica que o número de criminosos aumenta. É por isso que a população carcerária aumentou. São quase 21 mil nos presídios (no Espírito Santo).”

De janeiro ao último dia 14, foram presos 886 acusados de homicídio, com mandados de prisão em aberto.

O secretário afirmou que todas



SECRETÁRIO NYLTON RODRIGUES diz que novos mandados de prisão expedidos indicam que o número de criminosos aumentou

as prisões aconteceram com trabalho de inteligência policial, abordagens e operações. Rodrigues afirmou que os bandidos têm a sensação de impunidade, o que faz aumentar o número de crimes.

“A situação mais alarmante é quando abordamos um indivíduo na rua que responde por homicí-

dio, tráfico, roubo, e essa pessoa apresenta vários alvarás de soltura. Tem criminosos que mandam até plastificar os alvarás. Enquanto a lei determinar que se tenha alvará de soltura, a lei deve ser cumprida. A sensação de impunidade gera mais crime na sociedade”, lamentou o secretário.

ANÁLISE

### “É preciso reduzir os crimes que mais incomodam”

“Mandados de prisão são expedidos, mas o sistema carcerário é precário. É necessário autorizar o Estado a fazer busca seletiva. Tentar segregar prioritariamente criminosos envolvidos em casos como latrocínio (roubo com morte), homicídios e criminosos que sejam reincidentes. O essencial é mudar o perfil de encarceramento.

Dados do Conselho Nacional de Justiça indicam que cerca de 50% dos homens presos são pequenos traficantes e 70% das mulheres são pequenas traficantes, no Brasil. O ideal é que houvesse presídios para acomodar todos os infratores. Como não é possível, temos de dar prioridade para quem tem perfil violento. Nem sempre o pequeno traficante

Vidal Serrano Nunes Junior, procurador de Justiça de São Paulo prof. de Direito Público PUC-SP



é um criminoso habitual. A população precisa da redução dos crimes que mais incomodam, e isso impacta diretamente na segurança pública, na redução da criminalidade.

Para outros crimes, que não envolvam emprego de violência, é possível a segregação em casa, com o uso da tornozeleira eletrônica. Mas deve existir uma fiscalização.”

REPORTAGEM ESPECIAL



# PARENTES INVESTIGADOS POR AGREDIR E ROUBAR IDOSOS

Em 4 meses foram 332 denúncias, maioria contra filhos e netos

▲ ELIS CARVALHO  
▲ VICTOR MUNIZ

No lugar de descanso e tranquilidade, agressões, ameaças e roubos. Assim tem sido a rotina de muitos idosos capixabas, que acabam virando reféns justamente daqueles que deveriam cuidar e zelar pelo bem estar das vítimas: os parentes mais próximos, como filhos e netos.

Segundo a delegada Milena Chaves, da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI), de cada 10 casos registrados no local, seis são de crimes contra o patrimônio.

“Merecem destaque os crimes contra os bens, proventos, pensões ou rendimentos do idoso. O índice desse tipo de ocorrência está aumentando. Isso se deve porque a pessoa idosa é mais visada pela vulnerabilidade e fragilidade”, afirmou.

E o maior problema, de acordo com Milena, é que quase todos os casos en-

volvem filhos e netos criados pelos avós.

Em 2018, somente nos quatro primeiros meses, foram 332 ocorrências registradas na Delegacia do Idoso, sendo 45 registros por lesão corporal, 116 por ameaças e 17 por maus-tratos. Já pelo Disque-Denúncia, em todo o ano de 2017

foram 692 denúncias.

Na legislação penal brasileira há normas que visam proteger a honra, a vida, a saúde, física e psíquica, e o patrimônio do idoso.

“Com o Estatuto do Idoso, muitos direitos foram estabelecidos, multas e outras implicações administrativas foram criadas para aqueles

que descumprem os direitos e garantias da pessoa idosa, inclusive, podendo sofrer sanções na área criminal”, afirmou a delegada.

A delegada completou que caso sejam detectadas, por qualquer pessoa, algum tipo de violência ou violações aos direitos do idoso, há meios como o Disque-

denúncia (181) para que o caso seja investigado. Além disso, um boletim de ocorrência pode ser feito na delegacia.

De acordo com Carlos Eduardo Rios do Amaral, defensor público da Vara da Infância e Juventude de Vila Velha, o envolvimento com drogas dos acusados potencializa os casos de violência e

extorsão contra os idosos. “Eles se tornam violentos e, para sustentar o vício, roubam dinheiro dos idosos. Há casos de filhos e netos que roubam até mesmo roupas íntimas e comida dos idosos para trocar por drogas”, contou o defensor.

## MARTELADA

Na Serra, um aposentado de 65 anos teve que ser internado após levar uma martelada na cabeça pelo próprio filho, em dezembro de 2017. O idoso chegou em casa e encontrou o filho mais velho, 38 anos, furtando a televisão da família. Usuário de drogas e alcoólatra, o filho pretendia trocar a TV por droga, segundo o aposentado, por isso o pai interveio.

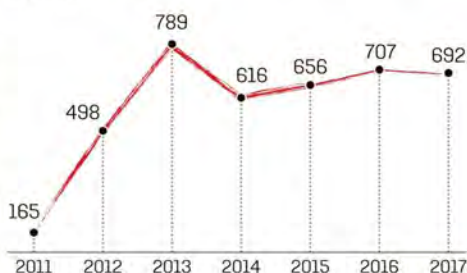
Os dois discutiram e lutaram. Durante a briga, o filho pegou um martelo que estava na garagem e bateu com ele na cabeça do pai. O suspeito fugiu. Já o aposentado precisou ser internado.

## DENÚNCIAS NO ESTADO

Números de casos recebidos

### Disque-Denúncia

(2011-2017)



### Dados Delegacia do Idoso

Janeiro a abril de 2018

116	ameaça
55	injúria
45	lesão corporal
26	crimes de abuso financeiro
21	via de fato
17	maus-tratos
15	negligência
37	outras

**332 Total de denúncias**

Infografia | Marcelo Franco

## REPORTAGEM ESPECIAL

# “Na Grande Vitória situação é dramática”

**Para defensor público, educação sem limites contribui para violência contra idosos**

Para a Defensoria Pública, problemas sociais como o abandono e má educação resultam em filhos e netos propícios a maltratar os idosos. De acordo com Carlos Eduardo Rios do Amaral, defensor público da Vara da Infância e Juventude de Vila Velha, diariamente avós procuram a Defensoria para tentar a guarda dos netos ao perceberem que eles foram abandonados ou não recebem uma educação digna.

“Por vários motivos, muitos pais e mães não querem saber de criar os filhos. Sabendo disso, os avós pedem a guarda. Mas, muitas vezes, sequer possuem vitalidade

para criar mais uma criança e não educam com o mesmo pulso e rigidez que seria natural dos pais. Muitos avós podem ajudar, mas não conseguem criar sozinhos.”

O defensor completou que, com o passar dos anos, essa falta de disciplina e educação resulta em alunos ruins e adolescentes rebeldes. Muitos deles abandonam a escola e fazem amizades ruins. “Os idosos acabam passando o dia fora de casa tentando complementar a renda, quando voltam para casa ainda são agredidos e extorquidos pelos próprios filhos e netos. Essa é uma realidade brasileira e na Grande Vitória a situação é dramática”, diz.

## CUIDADORA

Mas até mesmo aqueles

que recebem para cuidar dos idosos estão incluídos nos casos de agressão e extorsão. Um exemplo é um morador de Viana, de 77 anos, que tinha o dinheiro da aposentadoria, cerca de R\$ 900, sacado e subtraído pela própria cuidadora todos os meses. Quem percebeu foi o filho da vítima, que não vivia com o pai, em meados de 2017.

“Nossa família mora em Minas Gerais. Foi a vizinha do meu pai que ligou contando que ele estava sendo maltratado pela cuidadora. Fui atrás dele e o vi em péssimas condições de saúde e segurança. Foi muito triste. Hoje meu pai vive com a gente, em Minas. Ele relutou no início, mas agora está acostumando”, contou o filho do idoso.



FÁBIO VICENTINI/ARQUIVO

**Carlos Eduardo Rios do Amaral: avós criam netos mesmo sem ter condições**

## Perna amputada após abandono

Uma idosa de 75 anos chegou a ter a perna amputada após ser vítima de abandono e maus tratos em Vila Velha, no fim de 2017. Após gritos de socorro, a vítima foi localizada por vizinhos caída no chão, com sede, fome e apresentando sinais de desnutrição.

Vizinhos relataram ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) que a

idosa tinha a saúde perfeita. Mas após a filha dela ganhar um apartamento, tudo mudou.

“Ela ficava trancada sozinha, sem higiene básica e alimentação. Quando a filha chegava, uma vez ao mês para pegar o dinheiro da aposentadoria, ela era ainda mais maltratada. Após pegar uma bactéria na perna e não ir ao médico cuidar, ela teve a perna amputada, pois sofria

de diabetes. Depois, entrou em depressão”, contou uma vizinha, sem se identificar.

Enquanto a idosa ficou internada, a filha transformou a casa em um ponto de comércio e alugou para terceiros. A idosa foi obrigada a mudar-se para o andar de cima, sem acessibilidade, mesmo sendo cadeirante. Após o resgate, a vítima foi levada para um asilo, onde ficou até a morte.

# PAINEL

---

## Positivo e operante

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, homologou duas delações firmadas pela Polícia Federal. Os casos, sobre parlamentares, estão sob sigilo. Ao menos um dos acordos foi chancelado antes mesmo do julgamento da semana passada em que a Corte confirmou a competência da PF para fechar colaborações.

O relato de um dos delatores já foi remetido pelo ministro à primeira instância, para onde os autos relativos ao caso foram baixados. O segundo ainda está sob a guarda do STF.

## Mão dupla

As associações de magistrados calculam que hoje seis ministros do STF sejam favoráveis ao fim do auxílio. Essas entidades tentam construir acordo segundo o qual a extinção do benefício só seja decretada após garantia de que haverá compensações.



## CLÁUDIO HUMBERTO

[www.claudiohumberto.com.br](http://www.claudiohumberto.com.br) | [claudiohumberto@odianet.com.br](mailto:claudiohumberto@odianet.com.br)

### Primeiro de uma série

A delação "do fim do mundo" de Antonio Palocci é a primeira desde a decisão do STF, na semana passada, que autorizou a Polícia Federal a es-

tabelecer esse tipo de acordo. Ganha a verdade.

## Pastora continua em presídio de Minas

A pastora Juliana Pereira Sales Alves, de 27 anos, segue presa em Minas Gerais e deve ser transferida para o Espírito Santo no decorrer da próxima semana, segundo a Secretaria de Justiça daquele estado.

Juliana, que teve prisão preventiva decretada pelo juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, foi detida em Teófilo Otoni no último dia 20.

Para o Ministério Público do Estado (MP-ES), os filhos da acusada apresentavam sinais de abusos sexuais e a pastora sabia de tudo. Em entrevista, a pastora negou as acusações.

Na tarde de ontem, a Secretaria de Justiça do Estado (Sejus) informou que ainda não tinha nenhuma novidade sobre a transferência. Entretanto, a Secretaria de Justiça mineira explicou que é provável que Juliana seja trazida para o Estado depois de segunda-feira, já que nos finais de semana todo o sistema funciona em regime de plantão.

Na quinta-feira, o Tribunal de Justiça do Estado, havia informado que o juiz da 1ª Vara Criminal de Linhares pode fazer a solicitação a partir de amanhã.

Como em Linhares não há presídio feminino, a pastora Juliana será encaminhada para Colatina.

Procurado pela reportagem, o advogado Rodrigo Duarte, que faz a defesa da acusada, disse que ainda não sabe o dia em que sua cliente será transferida. "Na pró-

xima segunda-feira (amanhã), teremos uma posição", explicou.

Na sexta-feira, ela falou pela primeira vez com **A Tribuna** em uma reportagem exclusiva, publicada, ontem.

Por meio do advogado, ela aceitou responder as perguntas sobre o caso e revelou que nunca fez nada com os filhos Kauã Sales Butkovsky, 6 anos, e Joaquim Alves Sales, de 3, e que nunca percebeu abusos contra eles.

Joaquim e Kauã foram mortos no último dia 21 de abril, na casa em que moravam com a mãe Juliana e o pastor George Alves, em Linhares.

Juliana vai responder na Justiça por dois homicídios, dois estupro de vulnerável e também por fraude processual por ser acusada de alterar a cena do crime, segundo o Ministério Público.

### OS NÚMEROS

**27 anos**

é a idade da acusada

**4 dias**

é o tempo que ela já está presa

**5 crimes**

teriam sido cometidos pela pastora Juliana Pereira Sales Alves, segundo a Justiça



PASTORA JULIANA foi presa na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais



# PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

## Combate ao feminicídio na pauta

Além das pautas de Saúde e Educação, candidatos às eleições deste ano precisam, mais do que nunca, assumir compromissos no combate à violência doméstica e ao feminicídio.

A pauta é urgente e, embora nacional, não pode ficar de fora num estado que sempre está flertando com as primeiras posições no ranking de crime contra as mulheres.

O estudo "O poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha", divulgado pelo CNJ na última quarta-feira, mostrou que houve aumento de 21%, entre 2016 e 2017, na concessão de medidas protetivas no País. No Estado, o aumento foi de 28,5% (8.592 em 2017 e 6.686 em 2016). No mesmo período, aumentou em 51,6% a quantidade de novos casos de violência doméstica que chegaram à Justiça (de 9.675 para 14.660).

De acordo com o estudo, o Judiciário capixaba fechou 2017 com 15.456 casos pendentes de crimes contra as mulheres (contra 9.508 em 2016) e 20 novos casos de feminicídio.

## Combate ao abuso infantil

Só para reforçar, tendo em vista a tragédia dos dois irmãos de Linhares, será lido amanhã, na Câmara de Vila Velha, projeto de lei do presidente Ivan Carlini, que obriga escolas públicas e particulares do município a notificarem as autoridades (juizado da infância e juventude, conselho tutelar e o Disque 100) sobre qualquer queixa ou relato de crianças e adolescentes que indiquem a possibilidade de abuso sexual ou maus-tratos.

POLICIAIS CANDIDATOS

# Em defesa da liberação de armas e prisão perpétua

Agentes da segurança pública falaram para **A Tribuna** suas opiniões sobre temas polêmicos que virão à tona no período da campanha

Luiz Fernando Brumana

Assuntos polêmicos são inevitáveis quando se trata de mandato político, ainda mais no Legislativo. Em uma eleição que será marcada por lados e opiniões opostos, na área de segurança, há candidatos que defendem prisão perpétua e liberação de uso de armas, enquanto outros consideram ações mais imediatistas.

Continuando uma série que teve início no último domingo – com a opiniões de professores sobre Educação –, **A Tribuna** ouviu policiais, delegados, inspetores e ex-gestores da segurança pública, todos com pretensões eleitorais, sobre temas espinhosos que recorrentemente vêm à baila: redução da maioridade penal, prisão perpétua, castração química para estupradores e liberação do uso de armas.

“Sou a favor da prisão perpétua para crimes como latrocínio (roubo seguido de morte), estupro e assassinatos contra policiais. Há crimes que afetam o próprio Estado. Nos Estados Unidos, se apontar uma arma para um policial já é preso”, defende o agente da Polícia Federal Gilvan Costa (PSL), que pleiteia uma vaga na Assembleia. Seu partido, inclusive, passou a reunir número expressivo de profissionais da segurança, após a projeção alcançada pelo presidente-cível Jair Bolsonaro.

Com décadas de atuação, o delegado da Polícia Civil Danilo Bahiens busca uma vaga de deputado estadual pela sigla. Indagado sobre a questão das armas de fogo, ele, que já atuou na Delegacia de Armas, Munições e Explosivos, diz: “Sou favorável que o cidadão de bem, que cumpra todos os requisitos legais, tenha porte. Liberei muito porte. Agora, a competência é da Polícia Federal”.

Quem concorda é seu correligionário Bruno Polez (PSL). “Há quem quer ter opção de se defender. Temos a realidade do armamento na mão de marginais”.

Já sobre a redução da maioridade penal, o agente da Polícia Federal Paulo César Gomes (PR) é enfático: “Nos EUA, a idade criminal se baseia na espécie do crime. No Brasil, a responsabilidade criminal deveria ser acima dos 14 anos. Com essa idade, a pessoa tem consciência”.

Contudo, esses posicionamentos não refletem todo o pensamento da categoria. Há quem defenda maiores estudos e aposte no cumprimento integral da legislação brasileira para resolver problemas como a violência urbana.



PAULO CESAR GOMES, Bruno Polez e Gilvan Costa são a favor da redução da maioridade penal para acabar com a sensação de impunidade na sociedade

ÚLTIMAS ELEIÇÕES

CATEGORIAS	2016	2014
Policiais militares	96	11
Policiais civis	22	5
Bombeiros militares	6	3

Obs.: A eleição de 2016 foi municipal, por isso conta com mais candidatos.

FONTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO (TRE-ES)

## A OPINIÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA

### OS TEMAS POLÊMICOS

#### Prisão perpétua

O condenado cumpre a pena em regime fechado até o fim de sua vida. No Brasil, não há condenação superior a 30 anos de prisão.

A prisão perpétua é vista como sanção em países como a Argentina, EUA, Inglaterra, França e Alemanha.



#### Liberação do uso de armas de fogo

Em discussão na Câmara Federal, o Projeto de Lei 3.722/2012 na prática quase que propõe a anulação do Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 2003, e que determina restrições para o porte de armas por civis.



#### Redução da maioridade penal

A maioridade (idade em que a pessoa passa a responder criminalmente como um adulto) é de 18 anos.

Há, contudo, propostas para reduzir para 16 anos a maioridade, em casos de homicídio qualificado.



#### Castração química para estuprador

Este método é uma forma temporária de privar a pessoa de impulsos sexuais com uso de medicamentos hormonais. Não há remoção dos testículos e se continua fértil. O que se altera é a dosagem dos seus hormônios.



#### PROBLEMAS

“Não se pode mudar nada no calor da emoção. Não é uma regra que vai resolver todos os problemas. Tem de mudar a legislação e o contexto social.”

#### DEFESA

“Há quem queira ter opção de se defender. Hoje, não temos controles e nem fiscalização. Temos a realidade do armamento na mão de marginais.”

#### CRIME GRAVE

“Esse tema tem de ser bem estudado e debatido. Em alguns casos, concordo. Em reincidência em crimes graves, que seja julgado como um adulto.”

#### DEBATE INICIAL

“Não tenho uma ideia formada. Não entrei no mérito desse debate, pois não tenho conhecimento total desse assunto. Porque a discussão é muito inicial.”

#### REALIDADE

“A prisão perpétua não traduz a realidade da diminuição do crime. Uma deficiência investigativa pode levar uma pessoa a ficar indefinidamente presa.”

#### PATRIMÔNIO

“Todos da área rural têm de ter arma para proteger sua integridade física e seu patrimônio. A Polícia Federal é que está restringindo o porte da população.”

#### CONSCIÊNCIA

“Nos EUA, a idade criminal se baseia na espécie do crime. No Brasil, a responsabilidade criminal deveria ser acima dos 14 anos. Com essa idade se tem consciência.”

#### COMPROVAÇÃO

“Sou a favor. Porém depois que comprovado por todos os meios que foi cometido o delito. É uma forma de evitar que a pessoa reincida no crime.”

#### MATAR POLICIAL

“Sou a favor para a lei reduzir o poder de assassinato de policiais. Há crimes que afetam o Estado. Nos EUA, basta apontar uma arma para um policial e já é preso.”

#### HABILITAÇÃO

“Sou a favor para o cidadão de bem, mas com critério: fazer prova teórica e exames psicológico e prático, assim como na habilitação de trânsito.”

#### TEMER A LEI

“Sou a favor. O marginal hoje perdeu o temor dos policiais. Se for menor, não tem medo de ser preso. Queremos que o marginal passe a temer a lei.”

#### PERIGOSOS

“Deve ter junto com a prisão perpétua. Pode sim ser implementado. Hoje, o criminoso é tratado como vítima e eles, sabendo disso, se tornam perigosos.”

#### REVOLTA

“A flexibilização da lei reduz o poder de encarceramento, os advogados trabalham nesse sentido. Isso está colocando a população em revolta. Sou a favor.”

#### TESTES

“Sou a favor. Se o cidadão tem todos os requisitos, fez os testes de tiro e psicológico, passou por todo o processo, não tem porque negar o porte.”

#### REINCIDÊNCIA

“Fui delegado da Delegacia do Adolescente em Conflito com a Lei e a reincidência é grande. Cometem crimes e saem livres. Têm certeza da impunidade.”

#### LIMITE

“O estuprador não tem limite. Com a castração química, ele simplesmente vai tomar remédio para não ter estímulo sexual. Para isso, eu sou a favor.”

#### HEDIONDOS

“Sou a favor porque tem crimes que as pessoas não têm de ter mais convívio social, como aqueles hediondos. É necessária uma prisão mais dura.”

#### DEFESA

“Sou favorável a medida. Se o bandido usa arma, por que o cidadão não pode andar com uma de forma legal? Tem de ter o direito de se defender.”

#### 16 ANOS

“Sou a favor que a maioridade penal seja 16 anos para crimes como assalto, latrocínio, homicídio e também para casos de tráfico de drogas.”

#### ABOMINÁVEL

“Eu concordo com essa medida. É um crime inadmissível. É uma violência física que afeta a honra e a dignidade. Considero como sendo um crime abominável.”

Obs.: A reportagem entrou em contato com os partidos, que informaram seus possíveis candidatos. Na lista há policiais militares, delegados, inspetores e gestores da área de segurança.

POLICIAIS CANDIDATOS

# Penas maiores para infratores

Enquanto alguns policiais querem mudanças drásticas, outros defendem que a lei apenas seja cumprida na íntegra ou que ocorra aumento de penas para menores infratores.

Isso é o que pondera o delegado Fabiano Contarato (Rede). Ele classificou como "imediatistas" propostas que tratam da redução da maioridade penal; prisão perpétua; castração química para estupradores; e liberação de armas.

Inclusive, ele se posiciona contrário a todas elas. "Por entender que o Estado alocou para si o direito de garantir a pacificação social, deve haver um crédito no ser humano", diz ele, que pleiteia uma vaga no Senado, em referência à prisão perpétua.

Porém, sobre menores infratores, o candidato majoritário destaca que uma discussão deve ser feita no sentido de ampliar o tempo de internação, hoje em três anos.

"É mais fácil mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente do que a Constituição, aumentando tempo de internação que não poderia exceder 15 anos. Três anos gera certeza de impunidade", considerou.

Nesse ponto, o seu discurso entra em consonância com do ex-secretário de Estado da Segurança Pública André Garcia (MDB), que quer concorrer a uma vaga na Assembleia.

"Seria mais importante aplicar a punição adequada ao infrator. Defendo o aumento do prazo de internação de três para oito anos. Seria mensagem mais eficiente", frisa.

Eles discordam sobre algumas questões. Mas quanto à castração química de pedófilos, ambos se mostram contrários.

Garcia chega a considerar como "medieval". "Essa discussão, para mim, não faz sentido. Esse é o tipo de crime que a penalidade tinha que ser máxima. A segregação por mais tempo possível".

Opção do PSB para o Congresso Nacional, o policial rodoviário federal Edmar Camata também aposta no cumprimento da legislação atual.

Só muda o entendimento quando trata da castração química. "Em casos extremos, se for recorrente e se a comunidade médica entender ser possível, esse método pode ser alternativa mais barata que prisão", avalia.

**“É mais fácil mudar o Estatuto do que a Constituição, aumentando tempo de internação, que não poderia exceder 15 anos”**

Fabiano Contarato, delegado



GARCIA E CONTARATO defendem prazo maior de internação do menor

O QUE DIZ A LEI

## Regras por categoria

### NORMAS DIFERENCIADAS

> ALGUMAS CORPORAÇÕES contam com normas diferenciadas, caso alguém de seu quadro funcional deseje se candidatar ou seja eleito. É o caso dos policiais militares.

### DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

> O MILITAR que tiver menos de 10 anos de serviço, a partir do registro da candidatura, passará para inatividade, ou seja, será afastado definitivamente do cargo, sendo desligado da organização a que pertence.

> SE CONTAR com mais de 10 anos de serviço, será licenciado do posto que ocupa para concorrer. Se vencer a eleição, vai para a reserva automaticamente. Se perder, volta a sua atividade funcional normalmente.

### CARGO DE COMANDO

> QUEM ESTÁ em função de comando deve se afastar de suas funções até três meses antes do pleito.

### DEMAIS POLICIAIS

> POLICIAIS CIVIS E FEDERAIS não são militarizados e, por isso, seguem a regra geral de licenciamento das funções: de três a seis meses antes do pleito, dependendo do cargo.

Fonte: Especialistas consultados.



POLICIAIS MILITARES: normas

## A OPINIÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA

JOSIAS DA VITÓRIA (PPS)	FABIANO CONTARATO (REDE)	ANDRÉ GARCIA (MDB)	EDMAR CAMATA (PSB)	DENYS MASCARENHAS (PSB)	DANILO BAHIANENSE (PSL)
<b>DEBATE</b> "Precisamos debater mais. Sou a favor da reforma do Código Penal e precisamos que o Estado, enquanto governo federal, dê condição de ressocialização aos presos."	<b>CRÉDITO</b> "Sou radicalmente contra, por entender que o Estado alocou para si o direito de garantir a pacificação social e, por isso, deve haver um crédito no ser humano."	<b>IMPLEMENTAÇÃO</b> "É cláusula pétreia da Constituição. Muito embora, em alguns casos, se justifique e acho que o Congresso poderia discutir e modificar para implantação dessa medida."	<b>LEGISLAÇÃO</b> "Defendo que as pessoas cumpram o tempo exato das condenações. O problema no Brasil é que não se cumpre nem 30% do total. Temos de mudar isso."	<b>PERICULOSIDADE</b> "A favor, no caso da pessoa que não tem condição de retornar para a sociedade pelo grau de periculosidade. São psicóticos e pessoas sem condição de ressocializar."	<b>CONTRÁRIO</b> "Sou contra. Assim como também sou contra a pena de morte. Tivemos pessoas com 25 anos de cadeia que depois foi comprovado que eram inocentes."
<b>FLEXIBILIZAR</b> "Sou a favor de flexibilizar para que o cidadão de bem tenha porte. Hoje, quem tem arma é bandido que compra de forma rotineira com outros bandidos, como traficantes."	<b>CAPACITAÇÃO</b> "Isso é transferência da responsabilidade do Estado, que estaria levando as mãos. A sociedade deveria cobrar que ele assumisse seu dever. Para andar armado, só capacitado."	<b>RURAIS</b> "Na linha que está sendo falada, a flexibilização poderia ser feita no caso de proprietários rurais, por causa da dificuldade de acesso policial a alguns locais."	<b>ESTATUTO</b> "O Estatuto do Desarmamento precisa ser cumprido na íntegra. Ele exige que o bandido seja desarmado e o particular, que tenha aptidão, possa ter porte."	<b>PESSOAS DE BEM</b> "Sou a favor. As pessoas de bem foram desarmadas e os bandidos estão fortemente armados. Sabem que não há resistência e a atuação deles aumentou."	<b>REQUISITOS</b> "Sou favorável que o cidadão de bem, que cumpra os requisitos legais, tenha. Na Delegacia de Armas, Munições e Explosivos, liberei muito porte."
<b>CUMPRIMENTO</b> "Sou a favor de um melhor debate. As pessoas criticam muito o Estatuto, mas ele não é cumprido. Não adianta privar a liberdade sem trabalho socioeducativo."	<b>INTERNAÇÃO</b> "Sou contra. É mais fácil mudar a Constituição, aumentando tempo de internação que não poderia exceder 15 anos."	<b>PUNIÇÃO</b> "Seria mais importante aplicar a punição adequada ao infrator. Defendo o aumento do prazo de internação de três para oito anos. Seria mensagem mais eficiente."	<b>MEDIDAS</b> "Sou contra a redução da maioridade penal. O problema é que as medidas da legislação para o menor não são cumpridas, por isso não se ressocializam."	<b>LINHA DE FRENTE</b> "Também sou a favor. Os bandidos colocam na linha de frente os mais novos para serem presos e soltos em três anos, enquanto eles permanecem protegidos."	<b>CONSCIÊNCIA</b> "Sou a favor. Apurei crimes com meninos de 16 anos que tinham plena consciência do que estavam fazendo. Por isso tem de ser responsabilizado."
<b>INVALIDEZ</b> "Essa é uma decisão que perpetua a invalidez. Não vejo como o melhor caminho. A privação de liberdade é que precisa ser mais ampla e mais severa no nosso País."	<b>IMEDIATISTAS</b> "Eu sou contra. É vincular o mal pelo mal. Vamos implementar medidas imediatistas? Isso vai contra tudo aquilo que penso e almejo enquanto ser humano."	<b>MEDIEVAL</b> "Acho isso meio medieval. Esse é o tipo de crime que a penalidade tinha que ser máxima: a segregação por maior tempo possível. Essa discussão, pra mim, não faz sentido."	<b>MAIS BARATO</b> "Em casos extremos, se for um reincidente no crime e se a comunidade médica entender ser possível, esse método pode ser uma alternativa mais barata que a prisão."	<b>SOFRIMENTO</b> "Sou a favor. Pelo fato do sofrimento que as pessoas envolvidas vivem, tanto vítimas quanto familiares. E a punição tem de ser exemplar. Sexo tem de ser consensual."	<b>ESTUDOS</b> "Isso é uma situação complicada e que deve merecer mais estudos. Castra-se quimicamente o cidadão, mas a cabeça não foi castrada."

Obs: Devido à legislação, policiais militares só oficializam a candidatura após seus nomes serem escolhidos em convenção, por isso muitos partidos optaram por não informar quem irá disputar.

ANÁLISE

Mauro Paiva  
Cientista Político e  
Publicitário

## "Pela prática estão aptos a contribuir"

"Não resta dúvida que a eleição de grupos de referências segmentados colabora para a elaboração de leis específicas aos agrupamentos dos quais fazem parte. E com os policiais não seria diferente.

É lógico que pela prática que possuem estão aptos a contribuir com temas relacionados à segurança pública melhor que outras categorias.

Eleição é escolher representante, é delegar a alguém o direito de lhe representar.

Hoje em dia, por conta de um descrédito dos políticos tradicionais, os eleitores tendem a escolher candidatos mais alinhados com os grupos de referência que pertencem.

O certo é que estamos diante de uma eleição atípica, um mistério tanto no campo majoritário, quanto no proporcional.

A indefinição dos partidos e candidatos dificulta mais o já indeciso eleitor."



CELULAR: advogado diz que loja é responsável por aparelhos que vende

GUARAPARI

## Indenização por celular roubado vendido em loja

**Consumidora comprou aparelho de lote desviado sem saber e ganhou R\$ 4 mil em ação de danos morais contra estabelecimento**

Thiago Sobrinho

Imagine comprar um celular em uma loja e tempos depois descobrir que é roubado? Foi o que aconteceu com uma moradora de Guarapari. Ela adquiriu o aparelho em 2016. No ano passado, foi convocada a comparecer à delegacia e descobriu que o telefone fazia parte de um lote roubado.

A consumidora entrou na Justiça contra a loja pedindo reparação por danos morais e ressarcimento do valor do celular comprado. A empresa, por sua vez, alegou que não sabia que o aparelho era furtado. Além disso, argumentou que não deve ser responsabilizada. Diz que tudo não passou de fatalidade.

Na opinião do advogado do consumidor Aloir Zamprogno Filho, a loja que vendeu o aparelho é responsável pela confusão. "No momento em que o lojista coloca um produto à venda, tem que responder por esse produto", disse.

A magistrada do 2º Juizado Especial Cível de Guarapari julgou procedente o pedido da vítima e condenou a empresa a devolver R\$ 1.099,00 pago no celular, além de pagar R\$ 4 mil por danos morais. "Nessa situação, ela conseguiu provar os danos porque mostrou a nota fiscal da compra", analisa Aloir.

"E, por outro lado, a consumidora mostrou o efeito disso tudo: teve que comparecer na delegacia e isso causa um desconforto que ultrapassa o mero aborrecimento", reforçou Zamprogno Filho.

No fim das contas, o advogado diz que se surpreendeu com o que aconteceu com a consumidora. "É intrigante e decepcionante saber que existe a possibilidade de comprarmos um aparelho celular em uma loja e depois saber que ele é fruto de um lote roubado".

## Dicas para não ter prejuízo

Por mais surpreendente que seja a situação da moradora de Guarapari, ela pode acontecer. E o advogado do consumidor Aloir Zamprogno Filho afirma que evitar casos assim é tarefa difícil.

Mas ele deu algumas dicas para evitar prejuízos. O primeiro passo é ficar alerta quanto à loja que em que será feita a compra.

"É evidente que você tem de verificar o tipo de estabelecimento em que compra um produto. Se for uma loja que aparentemente venda produtos sem nota fiscal, você deve evitá-la", recomenda.

"A primeira coisa que você vai exigir é a nota fiscal do produto. Se o comerciante negar, deve estranhar a atitude e cancelar a compra", diz o advogado.

E se o consumidor comprar um produto que é fruto de ato ilícito, por mais que as dicas sejam seguidas à risca? O que fazer?

Zamprogno Filho explica: "O consumidor deve procurar as autoridades policiais. Isso para salvaguardar ele mesmo. Quem garante que amanhã ou depois ele não vá ser procurado pela Justiça?", sugeriu o advogado.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

## **LEONEL XIMENES**

**Luísa Torre (interina)**



### **Escala boa**

Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas normalmente funcionam a partir de meio-dia, mas ontem, por causa do jogo do Brasil que terminou às 11 horas, o expediente foi suspenso.

COPA DO MUNDO

# Capixaba preso ao entrar em estádio na Rússia

Rodrigo Vicentini ia ver jogo do Brasil, mas, ao mostrar o passaporte, Interpol identificou que ele tinha mandado de prisão em aberto

Leone Oliveira

**M**ilhares de brasileiros viajaram à Rússia para assistir aos jogos do Brasil na Copa do Mundo. Contudo, para um capixaba, de 31 anos, a alegria de ver a vitória da Seleção frente à Costa Rica, na manhã de ontem (no horário de Brasília), foi frustrada pela Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol).

Segundo a Polícia Federal, Rodrigo Denardi Vicentini foi preso ao tentar entrar no estádio Krestovsky, em São Petersburgo, na Rússia.

Ele era foragido da Justiça brasileira e figurava na lista de procurados da Interpol.

Vicentini, que é natural de Vila Velha, tinha um mandado de prisão preventiva em aberto por um assalto a uma agência dos Correios em Itarana, Região Noroeste do Estado, e por tentativa de assalto a uma agência em João Neiva, no Norte.

O acusado foi até o estádio ver o jogo do Brasil, válido pela segunda rodada da primeira fase da Copa do Mundo. Ele estava com o ingresso nas mãos quando os policiais olharam o passaporte italiano dele — segundo informações obtidas junto a fontes federais, o suspeito tinha dupla cidadania — e descobriram o mandado de prisão em aberto.

Rodrigo foi encaminhado a uma delegacia da região e, em seguida, a Interpol fez contato com a Polícia Federal, no Brasil, para comunicar a prisão do acusado. O documento informando a prisão foi enviado à polícia brasileira ontem à tarde.

Os dois crimes que motivaram a prisão de Rodrigo ocorreram em 22 de março do ano passado. Segundo o processo da 1ª Vara Federal Criminal, Rodrigo e mais dois cúmplices, identificados como Thiago Victor, 28, e Fabrício Mapeli Pereira, 37, tentaram roubar a agência dos Correios de João Neiva.

Em depoimento à Justiça, Fabrício relatou que o grupo não realizou o roubo à agência porque não encontrou o gerente do local.

Em seguida, foram de carro à Itarana, onde, com uma arma, renderam cinco funcionários e alguns clientes da agência.

Os suspeitos obrigaram o gerente do local a abrir o cofre da agência e roubaram R\$ 26.931,10, na ação que durou cerca de 20 minutos.

Fabrício e Thiago já haviam sido presos e foram condenados a mais de 7 anos de prisão pelos crimes. Eles seguem no presídio, segundo a Secretaria de Estado da Justiça.



RODRIGO Vicentini (destaque) entrava no estádio Krestovsky, na Rússia, quando foi preso por ser foragido

## Interpol tinha aviso de alerta máximo

O capixaba Rodrigo Denardi Vicentini, de 31 anos, estava na lista de foragidos procurados pela Interpol, a polícia internacional, com aviso mais alto e grave, chamado de red notice.

De acordo com fontes federais ouvidas pela reportagem, o nome de Rodrigo foi parar nessa lista porque o mandado de prisão preventiva contra ele tinha sido cadastrado a pedido das autoridades brasileiras na difusão vermelha, um cadastro que reúne os mandados de prisão de criminosos foragidos em todo o mundo.

Assim, a Interpol e os países que a integram ficam em alerta para a captura desses suspeitos, caso eles sejam vistos em seus territórios.



INTERPOL

HOME ABOUT INTERPOL

EUROPE



INTERPOL: polícia internacional

Atualmente, no País, também existe um Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), onde estão cadastrados todos os mandados de prisão expedidos pela Justiça brasileira.

### PROCURA

Rodrigo era procurado pela Justiça brasileira desde 17 de agosto do ano passado, quando foi expedido o mandado de prisão contra ele.

A procura pelo acusado foi noticiada na edição de 24 de agosto de **A Tribuna**, quando foi realizada a "Operação Godmother", da Polícia Federal, em busca de suspeitos de integrar uma quadrilha que assaltou agências dos Correios no Estado.

## Justiça vai pedir a extradição

Com a comunicação feita pela Interpol da prisão de Rodrigo Denardi Vicentini, de 31 anos, a Justiça brasileira agora vai iniciar o processo de extradição do acusado para que ele seja transferido para um presídio no Espírito Santo.

A partir do envio do comunicado de prisão de Rodrigo, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que abrange o Espírito Santo, tem 48 horas para enviar a denúncia traduzida em russo e o mandado de prisão contra Rodrigo para as

autoridades da Rússia.

Esses documentos, incluindo a carta com o pedido de extradição, serão enviados às autoridades russas pelo Ministério da Justiça, por meio do Itamaraty.

Por enquanto, a Justiça Federal não tem estimativa de quanto tempo levará até Rodrigo ser enviado ao Brasil, onde ficará à disposição da Justiça para responder pelos crimes em que é réu.

Segundo consta o processo da 1ª Vara Federal Criminal, na fase das

investigações, Rodrigo não foi localizado nos endereços cadastrados, por isso não foi citado pessoalmente, e sim através de edital.

Dessa forma, o processo dele acabou desmembrado da ação em que seus cúmplices nos crimes, Fabrício Mapeli Pereira e Thiago Victor, responderam e foram condenados em maio deste ano.

Na tarde de ontem, a reportagem foi até o endereço que consta como sendo da família de Rodrigo, porém, ninguém foi localizado.

## Reportagem Especial

PASTORA JULIANA SALES / TRAGÉDIA EM LINHARES

## "Nunca percebi abusos"

Afirmção é da pastora Juliana Pereira Sales Alves, que falou pela primeira vez, desde que foi presa em Teófilo Otoni, Minas Gerais

Eliane Proscholdt  
Francine Spinassé  
Kananda Natlielly

**P**resa desde a última quarta-feira, a pastora Juliana Pereira Sales Alves falou pela primeira vez. Ela está no presídio de Teófilo Otoni, Minas Gerais.

Chorando várias vezes, a pastora garantiu que a única certeza que ela tem é que nunca fez nada com os filhos Kauã Sales Butkovsky, 6 anos, e Joaquim Alves Sales, de 3, e que nunca percebeu abusos contra eles.

Ao decretar a prisão preventiva da pastora, o juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, disse que os irmãos apresentavam sinais de abusos sexuais e que a pastora sabia.

A reportagem de **A Tribuna** enviou as perguntas para a pastora por um dos seus advogados de defesa, Rodrigo Duarte, que esteve no presídio, ontem.

O advogado disse que ainda não tem a data que Juliana será transferida para o Estado. Segundo o Tribunal de Justiça do Estado, o juiz da 1ª Vara Criminal de Linhares fará a solicitação na próxima semana. Como em Linhares não há presídio feminino, a pastora Juliana será encaminhada para Colatina.

**A TRIBUNA** - O que você diz sobre as acusações do Ministério Público? A promotora de Justiça disse que você foi omissa e que sabia do risco que seus filhos corriam. Isso é verdade?

**PASTORA JULIANA** - De forma alguma. Eu jamais deixaria meus filhos na condição de risco.

> Uma das acusações, na deci-

são do juiz, é que George tinha conduta que colocava as crianças em risco. Você sabia disso?

Ele nunca, sequer, levantou as mãos para mim. O cuidado que ele tinha com os meninos, era extraordinário. Não consigo falar dessa conduta dele.

> Seus filhos eram abusados sexualmente, como foi dito na denúncia?

Não. Eu nunca percebi qualquer atitude de abusos contra meus filhos.

> É verdade que as crianças sofreram maus-tratos, a ponto de passarem fome e não terem atendimento médico?

Isso não é verdade. Minha família já passou por algumas dificuldades financeiras sim, mas nunca a ponto de passar fome. De forma alguma, isso não é verdade.

> Uma das acusações afirma que George teria matado as crianças buscando uma ascensão religiosa e aumento expressivo na arrecadação de valores por

“Mesmo tomando remédios, eu choro todos os dias. Não durmo, não como direito e sinto muito a falta dos meus filhos”



JOAQUIM E KAUÃ: queimados vivos

fiéis e que você sabia de tudo. O que diz sobre isso?

Isso não existe. Não tem lógica, isso não existe.

> Na conclusão do inquérito a polícia informou que foi encontrado sangue no banheiro da sua casa. Esse sangue seria do Joaquim. Como explica isso?

Tanto o Joaquim, quanto o Kauã, soltavam sangue pelo nariz. Era um problema de saúde que eles tinham e eles faziam acompanhamento médico para tratar isso.

> Como tem sido a sua permanência na cadeia?

Terrível, ainda mais diante de uma acusação infundada. Mesmo tomando remédios, choro todos os dias. Não durmo, não como direito e sinto muita falta dos meus filhos.

> Como eram seus filhos?

Eles eram tudo que eu tinha. Até o que me foi deixado, me tiraram, que foi meu bebê, de 1 ano (choro). Ele ainda está amamentando. Eu jamais faria ou permitiria que alguém fizesse mal aos meus filhos.

> Tem mais alguma coisa que queira falar? Deixar alguma mensagem para as pessoas?

Não sei o que falar (choro), a única coisa que sei é que eu nunca fiz nada com meus filhos e jamais fui conivente com qualquer atitude que interferisse na vida deles. Morro de saudades deles e não estou suportando ficar sem o meu bebê (choro).

## Pastor deixou tudo para se dedicar à igreja, afirma irmão

Desde a tragédia ocorrida em Linhares, no último dia 21 de abril, o irmão mais novo do pastor George Alves falou pela primeira vez com a imprensa e contou que nunca percebeu nenhum comportamento diferente de George com os filhos e enteado.

“Em 2016, vim de São Paulo para morar com ele (George). Morei sete meses na casa deles, e ele sempre ajudou a todos. Recebia muitas pessoas. Chegava a ter 10 pessoas em sua casa. Eram pessoas que precisavam, e ele dividia tudo o que tinha.”

O irmão relatou que a filha dele, que hoje tem cinco anos, também morou junto com o casal durante três meses.

“Depois de tudo, cheguei a questionar se ela percebeu alguma coisa diferente ou algo assim. Ela negou. Disse que gosta muito do tio. George sempre tratou as crianças muito bem. Saía sempre com os filhos e tratava Kauã como filho dele mesmo, tanto que era chamado de pai. Não sei o que pensar de tudo isso, pois sei que o ser humano é falho. Parece que a ficha ainda não caiu.”

Sobre a mudança de George de São Paulo para Linhares, o irmão contou que o pastor deixou tudo para se dedicar à igreja. “Ele ganhava muito bem em São Paulo, trabalhando no salão. Sobre as insinuações de uma homossexualidade, nunca senti isso dele. Tinha um jeito e visual em São Paulo para vender o produto dele, mas sempre ficou com mulheres quando era solteiro”.



PASTOR GEORGE Alves está preso

própria polícia descartou o envolvimento da pastora Juliana no crime.

**20 de junho**  
> A PASTORA Juliana foi presa em Teófilo Otoni, Minas Gerais.

## ENTENDA O CASO

## 20 de abril

> ENTRE 22H30 E 22H40, o pastor George Alves retornou para casa com o filho Joaquim, de 3 anos, e Kauã, de 6, após ter ido a uma sorveteria, em Linhares, e visitado um dos membros da igreja.

> SUA MULHER e mãe das crianças, a pastora Juliana Pereira Sales Alves, estava em Teófilo Otoni, Minas Gerais, participando de um congresso de mulheres com o filho caçula da família.

## 21 de abril

> SEGUNDO a Polícia Civil, por volta de

Oh30, uma vizinha declarou à polícia que ouviu gritos das crianças.

> IMAGENS DE câmeras de videomonitoramento da rua mostram fumaça saindo da casa onde a família morava, às 2h22.

> COMO INCÊNDIO em estágio avançado, o pastor foi para a parte externa da casa e, sem abrir o portão, ficou andando de um lado para o outro.

> ÀS 2H24, vizinhos chegaram para ajudar a combater o fogo. Uma equipe do Corpo de Bombeiros de Linhares chegou às 2h30 e relatou que, no início do combate ao incêndio, o

quarto estava destruído e as crianças já estavam mortas.

## 22 de abril

> UM DIA após o incêndio, o pastor e sua mulher ministraram um culto na Igreja Batista Vida e Paz, em Interlagos, Linhares.

## 23 de abril

> A HIPÓTESE inicial era de que uma suposta pane elétrica teria causado o incêndio. Após o primeiro depoimento, a polícia passou a suspeitar do pastor.

## 27 de abril

> FOI SOLICITADA perícia para análise de vestígios de sangue encontrados no box do banheiro e na escrivaninha na sala da casa.

## 28 de abril

> FOI DECRETADA a prisão temporária, por 30 dias, do pastor George Alves. Ele foi preso em um hotel de Linhares.

## 23 de maio

> A POLÍCIA CIVIL anunciou que o pastor estuprou, agrediu e colocou fogo nas crianças ainda vivas. Na data, a

Reportagem Especial

TRAGÉDIA EM LINHARES

# Fotos comprovam violência física

Além de conversas pelo celular, fotos também teriam sido fundamentais para comprovar que os irmãos Kauã Sales Butkovsky, 6, e Joaquim Alves Sales, 3, mortos no incêndio do dia 21 de abril, em Linhares, sofriam violência física e psicológica.

Em um trecho da decisão do juiz André Bijos Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, ao analisar o pedido de prisão temporária do casal de pastores (George e Juliana), feito pela promotora do Ministério Público de Linhares, Rachel Tannenbaum, o magistrado destaca que o casal trocou fotos das crianças machucadas.

"A acusada Juliana tinha conhecimento que os seus filhos, dentre eles as vítimas, eram submetidos à violência física e psicológica, como ela mesmo disse em suas declarações na esfera policial, o que pode ser visto em fotos enviadas entre os acusados das crianças machucadas", diz trecho do despacho.

O juiz resalta também que Kauã já havia relatado na escola ter sofrido abusos sexuais. "A vítima Kauã chorava desesperadamente, mas

alegava aos professores que não podia relatar a motivação."

A pastora foi presa na última quarta-feira em Teófilo Otoni, Minas Gerais, segundo a denúncia, por ter conhecimento do alto nível de periculosidade do marido, o pastor George Alves. Mesmo assim, ela teria deixado as crianças sobre a proteção dele.

Em mais um dos episódios narrados na decisão, o magistrado informa que Juliana tinha ciência dos desvios de caráter do marido.

"A iniciar pela diferença de tratamento entre o filho do casal e o enteado (Kauã), inclusive que deixava faltar alimento, medicamentos e atendimento médico a eles, tinha ciência de que ele tinha comportamento sexual incompatível com sua 'pregação', já que em trocas de mensagens, a mesma dizia ter 'nojo' e ele dizia se sentir 'imundo' e um 'lixo' por seus comportamentos."

**DEFESA**

Segundo Rodrigo Duarte, um dos advogados que representa o casal, o conteúdo trocado entre



PROMOTORA RACHEL TANNENBAUM fez pedido de prisão preventiva do casal de pastores à Justiça de Linhares

George e Juliana, era de cunho familiar. Ela teria o costume de enviar a George e a sua mãe, fotos dos filhos toda vez que eles se machucavam no intuito de pedir orienta-

ções sobre a medicação. Já a advogada Milena Freire, que também atua na defesa do casal, disse que a pastora sobreviveu à tragédia da perda dos dois filhos,

devido a seu bebê. "Foi ele (bebê) quem lhe deu força. Quando estivemos com ela, Juliana ainda citou a frase: 'Se me tirarem mais um filho, eu morro!'"

TRECHOS DA DECISÃO DO JUIZ

**Ascensão**

1 "O acusado Georgeval era líder da Igreja Ministério Batista Vida e Paz nesta urbe, conhecido como 'Pastor George' e buscava, em parceria com a denunciada Juliana, conhecida como 'Pastora Juliana', uma ascensão religiosa e aumento expressivo na arrecadação de valores por fiéis e, para essa finalidade, ceifou a vida dos menores Kauã e Joaquim para se utilizar da tragédia em seu favor."

**Omissão da escola**

3 "Não por menos, as vítimas Kauã e Joaquim já apresentavam sinais de abusos sexuais. Inclusive, já na escola, a vítima Kauã em certas ocasiões chorava desesperadamente, mas alegava aos seus professores que não podia relatar a motivação, bem como que a vítima Joaquim, também na escola, relatava que sofria abusos sexuais, quando então os acusados lá compareceram no estabelecimento de ensino afirmando que os abusos não eram praticados no âmbito doméstico e familiar, mas tentavam direcionar a culpa para outra criança de 5 anos de idade."

**Omissão da mãe**

2 "Por sua vez, a denunciada Juliana, genitora das vítimas, mesmo sabendo do desvio de caráter da pessoa do corréu Georgeval, a iniciar pela diferença de tratamento entre os filhos do casal e o enteado, inclusive que deixava faltar alimento, medicamentos e atendimento médico a elas, tinha ciência que ele tinha comportamento sexual incompatível com a sua 'pregação', já que em troca de mensagens a mesma dizia ter 'nojo' e ele dizia se sentir 'imundo' e um 'lixo' por seus comportamentos, o que pode ser visto do relatório do SISLAB."

**Fraude processual**

4 "Para rechaçar a violência sofrida pelas vítimas no dia dos fatos, além da declaração de uma vizinha, que afirmou ter ouvido choros desesperados de crianças vindo da casa dos réus, foram encontradas manchas de sangue no banheiro social, que de acordo com a perícia é da vítima Joaquim, as quais o réu Georgeval tentou limpar e esconder os ves-

tígios dos crimes." "Como não bastasse isso, os denunciados, após os fatos, se dirigiram até a casa, jogaram vários objetos no quarto das crianças e retiraram quase todos os objetos da mesma, inclusive lençóis demais roupas de cama, entregando-as a terceiros para serem lavadas."

**Dinheiro**

5 "Embora toda a vida levada pelo denunciado Georgeval, a ré Juliana o apoiava em seus propósitos em ascender na igreja, angariando fiéis, e dominar a cidade de Linhares, alcançando, assim, qualidade de vida financeira, até então não experimentada por eles."

**Contradições**

6 "Deve ser levado em consideração que os depoimentos da acusada Juliana são contraditórios com os laudos e relatórios feitos nos telefones utilizados pelos réus, onde ela afirmou que o denunciado Georgeval era um bom pai e possuía uma relação harmoniosa, o que não se coaduna com as mensagens trocadas por eles, que demonstra que tinha um relacionamento conturbado e um desprezo de Georgeval pelas crianças."

**Abusos eram conhecidos**

7 "Com isso, é possível verificar que a denunciada Juliana tinha conhecimento dos supostos abusos sexuais sofridos pelos seus filhos e vítimas, tanto que em uma conversa entre os acusados (relatório do SISLAB), a vítima Kauã reagiu emocionalmente após ter sofrido 'maldades' por parte de O2



ENTERRO de Kauã e Joaquim foi marcado por emoção e revolta, no Cemitério São José, em Linhares

(dois) 'caras' na piscina, entretanto, eles não tomaram qualquer medida ou providência em relação ao ocorrido."

**Perdões aos pedófilos**

8 "Além disso, em um dos cultos ministrados pelo réu Georgeval, com a presença da ré Juliana ao seu lado, estranhamente ele 'prega' que estupradores de crianças devem ser perdoados pelos membros daquela igreja."

**Desconhecidos em casa**

9 "O Ministério Público trouxe no bojo da denúncia e dos pedidos de decreto de prisão preventiva que os acusados abrigavam e franqueavam a entrada de 'fiéis' na casa em que residiam, dos quais não tinham conhecimento da índole e antecedentes, mesmo ali residindo as três crianças, que já esboçavam relatos de abusos sexuais. Inclusive, a acusada Juliana deixava os filhos aos cuidados de terceiros onde em uma das vezes ela pede a uma das moradoras para entregar o filho menor João para uma das frequentadoras da igreja para amamen-

ta-lo (relatório do SISLAB)."

**Tranquilidade**

10 "É possível, ainda, denotar a tranquilidade e a participação da acusada Juliana diante de conversas que ela teve com a sua genitora (de Juliana), onde relata que dormiu bem após o ocorrido (relatório do SISLAB) e no dia seguinte dos fatos frequentou bares, restaurantes e shopping, em companhia do corréu Georgeval e amigos, conforme imagens juntadas autos."

**Sem preparo**

11 "E, ainda, a acusada Juliana diz em mensagem para o réu Georgeval, quando este era intimado a comparecer perante a autoridade policial para prestar declarações: 'Eu não estou preparada para dar errado', bem como afirma em conversa com alguns pastores, demonstrando nervosismo, afirmando: 'Não sei se vou conseguir ser forte até o final!'"

Fonte: Decisão do juiz André Bijos Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares.



CASA DA FAMÍLIA onde crianças foram queimadas, ainda vivas, permanece fechada e com vários cartazes nas grades. Entre as frases, pedidos por justiça e paz para as vítimas



## Reportagem Especial

## TRAGÉDIA EM LINHARES

# Sinais para identificar abusos contra crianças

Especialistas apontam comportamentos que não devem ser ignorados em caso de suspeita de violência contra menores

As informações de que sinais de abusos já teriam sido percebidos por professora e diretora da escola onde irmãos Kauã Sales Butkovsky e Joaquim Alves Sales estudavam, acendeu um alerta para casos em que crianças sofrem violência sexual e não conseguem falar sobre o problema.

Especialistas apontaram os sinais que não devem ser ignorados em caso de suspeita de abusos, como comportamentos agressivos, isolamento, falas com teor sexual, mudança no comportamento e até aparência "descuidada" da criança.

A psicóloga e professora do mestrado profissional em Segurança Pública da UVV, Erika da Silva Ferrão, enfatizou que há casos de abusos em toda escola e cabe aos professores, psicólogos e profissionais de saúde identificarem.

"Havendo sinais, é preciso notificar o Conselho Tutelar, mesmo que a criança não fale abertamente sobre o que aconteceu. Essa é uma obrigação da escola ou do profissional que a atende."

Ela apontou marcas de abuso físico e aparente negligência emocional como sinais. "Agressividade, choro e medo excessivo e, principalmente, crianças pequenas com uma fala sobre a dinâmica do ato sexual avançada. Criança que se toca muito e toca partes íntimas dos colegas, são indicadores de presença de violência de algum nível".

O pedagogo e psicólogo Felipe Goggi frisou que a criança exposta a abusos encontra-se em profunda tristeza.

"É muito comum ela ainda se sentir culpada, pois o agressor costuma fazer muitos elogios à caracte-



DELEGADO Lorenzo Pazolini não vê a possibilidade de crime para funcionárias da escola onde estudavam irmãos

terística física ou emocional à vítima. Para se conseguir obter qualquer informação mais consistente, é preciso criar um ambiente de empatia, segurança e muita confiabilidade. Não é tão simples para a vítima relatar os fatos."

Embora na esfera administrativa, as servidoras serão investigadas e poderão ser até exoneradas. O delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DP-CA), não vê a possibilidade de crime para elas, na esfera criminal.

"Tem o artigo 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é uma infração administrativa. Pelo fato de se tratar de servidor público, em tese, seria possível uma ação de improbidade (com pagamento de multa), se realmente houve omissão. Por ora, eu não vislumbro outro caminho."

## SAIBA MAIS

## Agressividade e choro excessivo

Alguns sinais de abusos sexuais

- > QUEDA de rendimento escolar.
- > ISOLAMENTO, agressividade e choro excessivo.
- > DECLÍNIO da qualidade do sono, a criança acorda várias vezes, tendo pesadelo e, em alguns casos, diz o nome do abusador.
- > APATIA, falta de ânimo para realizar coisas de crianças.
- > ALIMENTAÇÃO excessiva ou a crian-

ça deixa de se alimentar.

- > COMPORTAMENTO regressivo, por exemplo, passa a pedir auxílio para atividades que já realizava.
- > CRIANÇAS com aspecto de mal cuidada, suja, sempre machucada.
- > FALA COM conteúdo sexual avançado, principalmente vindo de crianças menores, sobre a dinâmica do ato sexual, ou criança que toca muito as partes íntimas e as dos amigos.

## Família paterna de Kauã pode ir a CPI, em Brasília

O pai e a avó paterna de Kauã Sales Butkovsky, de 6 anos podem ir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos maus-tratos, que fará uma acareação entre a pastora Juliana e o marido, o pastor George. A audiência que colocará o casal de pastores frente a frente, acontecerá no próximo mês, em Brasília.

A informação foi confirmada pelo senador Magno Malta e com o próprio pai da criança, o comerciante Rainy Butkovsky, de 31 anos.

De acordo com o senador, o pedido foi solicitado pela avó paterna da criança, a também comerciante Marlúcia Butkovsky e será avaliado na próxima segunda-feira, em uma reunião que irá acontecer em Brasília. Na ocasião, se o pedido foi aceito pelos membros da CPI, o pai e avó, serão convidados.

Na oportunidade o senador in-

formou também que já solicitou acesso aos autos do processo que investigou o casal de pastores para que tenha fundamentos no dia de interrogá-los na CPI e que aguarda a liberação por parte do Ministério Público.



SENADO: CPI dos Maus-Tratos

## POLÍCIA SE CALA

## Conclusão do inquérito

Pelo terceiro dia consecutivo, a reportagem perguntou à Polícia Civil por que, na conclusão do inquérito policial que apurava a morte dos irmãos Kauã Sales Butkovsky e Joaquim Alves Sales, a força-tarefa não pediu a prisão da pastora Juliana Sales, já que, na decisão do juiz André Bijos Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, foram citadas acusações contra a pastora.

Na última quarta-feira, a promotora de Justiça de Linhares, Rachel Tannenbaum, afirmou ter convicção de que Juliana teria conhecimento do desvio de caráter do marido, da relação conturbada que ele tinha com a própria sexualidade e do menosprezo com o qual o pastor George tratava os filhos e o enteado, Kauã.

A reportagem enviou as perguntas à polícia e citou trechos da decisão do juiz ao decretar a prisão da pastora.

## Declarações da pastora à polícia

- > EM UM DOS TRECHOS da decisão, fica claro que a polícia tinha o conhecimento, inclusive com fotos, de que as crianças (Kauã e Joaquim) eram vítimas de violência física e psicológica.
- > POR QUE A POLÍCIA não pediu a prisão da pastora diante desses indícios? Não há fotos nos autos que mostram que as crianças foram espancadas?

## Desvio de caráter

- > NA DECISÃO DA JUSTIÇA, há várias citações de que a pastora conhecia o "desvio de caráter do marido".
- > NAS INVESTIGAÇÕES sobre o caso, a polícia não tinha essa informação?

## Abusos sexuais

- > CONSTA NA DECISÃO DA JUSTIÇA que Kauã e Joaquim apresentavam sinais de abusos sexuais e que a pastora sabia disso.
- > A POLÍCIA APUROU esses fatos? Quais foram as conclusões? A Prefeitura de Linhares vai investigar as servidoras da escola onde as crianças estudavam. E a polícia?

## Angariar fiéis

- > EM OUTRO TRECHO DA DECISÃO, foi citado que: "Embora toda a vida levada pelo denunciado Georgetal (pastor George Alves), a ré Juliana o apoiava em seus propósitos em ascender na igreja, angariando fiéis e dominar a cidade de Linhares, alcançando, assim, qualidade de vida financeira até então não experimentada por eles."
- > A POLÍCIA TINHA essa informação?

## Resposta da Polícia Civil

Por meio de nota, a Polícia Civil informou que o trabalho foi concluído, no último dia 29 de maio, com o relatório final e envio dos autos ao Ministério Público.

## OPINIÕES



“É preciso estar atento a uma criança que aparece machucada, com aspecto de mal cuidada”

Erika da Silva Ferrão, psicóloga



“A escola, através dos contos e desenhos, pode contribuir para identificar a violência”

Felipe Goggi, pedagogo e psicólogo

Reportagem Especial



CASA DA FAMÍLIA da pastora Juliana, em Linhares: criança chegou ontem, trazida de Teófilo Otoni, Minas Gerais

TRAGÉDIA EM LINHARES

# Filho de acusada está com avô e chama pela mãe

Em meio à tragédia que terminou com a morte dos irmãos Kauã Sales Butkovsky, de 6 anos, e Joaquim Alves Sales, de 3, mais um inocente teve a vida alterada pelo crime. O filho mais novo do casal, de apenas um ano, chegou ontem à casa do avô materno, com quem vai morar.

O pai dele, o pastor Georgeval Alves, e a mãe, Juliana Sales, estão presos sob a acusação de participação na morte das crianças, que aconteceu no dia 21 de abril. De acordo com as investigações da Polícia Civil, as crianças foram mortas por George dentro do quarto após serem estupradas, agredidas e queimadas.

No dia, o filho mais novo do casal estava com a mãe em um congresso da igreja da família, em Teófilo Otoni, Minas Gerais.

A criança mais nova e único filho

vivo de Juliana foi entregue pelo conselho tutelar de Linhares, por volta das 11h30 de ontem, na casa do pai de Juliana, Wagnel Sales, que está viajando, segundo familiares.

O menino foi levado para Linhares pelo conselho tutelar de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, onde a pastora foi presa, na casa de um dos líderes da Igreja Batista Vida e Paz.

Na casa do avô da criança, onde a criança está, também moram o avô e a avó de Juliana, bisavós do menino, além de uma tia. O avô de Juliana, Orli Sales, de 80 anos, contou apenas que a criança está bem, alegre, se alimentou, pediu "papa" e dormiu no período da tarde.

Ele disse que o menino não aparentou estar assustado, porque está acostumado com a casa.

Apesar de Juliana ainda estar

amamentando, ele contou que a criança está tomando mamadeira, e chegou a chamar pela mãe. "Ele já reconhece a mãe, então chama por ela. Mas está bem alegre. Me deu um abraço. Vamos criar ele, como criei meus filhos", disse o bisavô.

DECISÃO

Na decisão da Justiça que decreta a prisão da pastora Juliana, o juiz afirmou que, entre os requisitos para a prisão preventiva, está a garantia da ordem pública.

O magistrado citou ainda, em sua decisão, a ousadia somada à forma de agir do criminoso (pastor George), inclusive para salvaguardar a integridade do filho menor vivo do casal, por terem se dirigido até a casa e mudado a cena criminosa, inclusive com ajuda de terceiros.

## "Se fizeram isso, são monstros", afirma bisavô

Abalado com tudo o que está acontecendo, o aposentado Orli Sales, de 80 anos, avô de Juliana Sales, conversou com a reportagem na tarde de ontem e disse não saber no que acreditar diante de tantos fatos relacionados à prisão da neta e do marido dela, o pastor Georgeval Alves.

"Se fizeram isso mesmo, são monstros, mas não sei dizer o que aconteceu de verdade."

Orli falou que, durante os últimos dias que Juliana esteve em Linhares, chegou a ficar na casa do pai, localizada no mesmo terreno. Ele disse que a neta aparentava estar muito abalada após o crime, chorava e chegou a emagrecer muito.

Sobre o pastor George, ele disse que não tinha intimidade, apenas se cumprimentavam quando visitava os bisnetos.

"As crianças, sempre que vinham, eram alegres e carinhosas. Não achava que elas estavam vivendo tudo aquilo que foi falado. Não posso falar se eles (pastores) são culpados ou não, mas nunca pensei que fosse viver isso."

Na manhã de ontem, o filho mais novo do casal chegou até a casa de

Orli, onde vai ficar. "Agora vamos cuidar do menino até ele crescer", disse o bisavô.

COMOÇÃO

Vizinhos e pais de colegas de escola de Kauã e Joaquim também comentaram sobre a prisão da pastora Juliana.

Na frente do centro de educação infantil, muitos pais diziam que é difícil acreditar nas acusações e que costumavam ver sempre as crianças no local.

"Joaquim estudou com minha filha no ano passado. Sempre foi um menino doce. Difícil acreditar em tudo o que está sendo dito, mas nunca sabemos o que acontece dentro da casa dos outros. Foi uma tragédia", disse uma mãe, que preferiu não se identificar.

Uma parente do George, que veio de São Paulo para morar em Linhares e também não quis se identificar, contou que a filha dela e o marido chegaram a morar com o pastor George. "Meu marido e minha filha, de 7 anos, moraram sete meses na casa deles. Nunca relataram ter presenciado ou sofrido nada assim. Difícil acreditar que ele seja capaz disso."



FAMÍLIA SALES ALVES no DML de Vitória para realizar exames de DNA

# Túmulo de crianças recebe visitas

Mesmo após dois meses da morte dos irmãos Kauã Sales Butkovsky, de 6 anos, e Joaquim Alves Sales, de 3 anos, o local onde as crianças foram enterradas, no cemitério São José, em Linhares, pessoas ainda buscam pelo túmulo dos meninos para prestar homenagens, fazer orações ou mesmo deixar flores.

Funcionários do local afirmaram que cerca de 10 pessoas passam por lá todos os dias, procurando pelo local onde os corpos foram sepultados.

Uma funcionária, que preferiu não se identificar, revelou que a comoção e revolta das pessoas é tão grande que ontem mesmo uma mulher da Grande Vitória, que visitava o túmulo de um parente, mas queria saber onde as crianças foram enterradas para ir até lá.

"Todos querem ver o túmulo. Alguns por curiosidade mesmo, outros para fazer orações ou homenagear as crianças. Até hoje, tem alguns objetos de homenagens na sepultura."

A dona de casa, Maria de Lourdes Caxias, de 54 anos, contou que chegou a ir duas vezes ao cemitério para fazer orações. "Foi algo tão triste, que abalou a todos. Até hoje não acredito."

As crianças foram enterradas no dia 10 de maio, após a liberação dos resultados de DNA dos corpos das crianças. A mãe delas, Juliana Sales, chegou a ser carregada por amigos e familiares.

Balões brancos, coroas de flores e fotos das crianças foram usadas na despedida dos dois meninos, que foi acompanhada por centenas de pessoas.



CEMITÉRIO SÃO JOSÉ, em Linhares, onde irmãos estão enterrados

DEPOIMENTOS

Condenada

"Ela, como mãe, tinha o dever de proteger os filhos. Eu jamais deixaria meu parceiro agredir os meus filhos. E, sabendo disso, nunca viajaria e os deixaria sozinhos. Espero que ela seja condenada."

Daiane Neves Reis, 31 anos, amiga de infância da pastora

Prisão justa

"Achei justa a prisão da Juliana, porque ela sabia de tudo que acontecia dentro de casa. Tenho certeza que ela está protegendo o marido."

Carlito Barbosa, 56 anos, vizinho da família de Juliana

# Revisões garantem até 50% a mais na aposentadoria

Em alguns casos, alguns beneficiários do INSS têm direito a receber mais por terem trabalhado no campo ou em áreas insalubres

Caio Miranda

**A**posentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) devem ficar atentos: nem sempre o órgão previdenciário paga o que lhe é de direito.

Assim, o segurado pode pedir, administrativamente ou até mesmo na Justiça, a revisão do valor de sua aposentadoria que, em alguns casos, pode aumentar em até 50%.

A advogada Aline Simonelli, presidente da Comissão de Direito Previdenciário da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), explica que a revisão pode ser pedida em alguns casos específicos.

“Um dos mais comuns no Estado é quando a pessoa se aposenta e esquece de averbar o tempo de trabalho rural. Muita gente começa a trabalhar desde cedo no interior e só depois vem para a Grande Vitória”, exemplificou.

Mas a situação que permite as maiores revisões dos benefícios é a conversão de uma aposentadoria por tempo de serviço por uma aposentadoria especial, que compreende profissionais que exerceram atividades expostas a agentes insalubres ou perigosos.

Entram nessa categoria previdenciária ex-funcionários de siderúrgicas, de gráficas, médicos e dentistas, entre outros.

“Se ele contribuiu por 35 anos, mas se aposenta cedo, o fator previdenciário vai incidir, reduzindo de 30% a 40% o valor da aposentadoria. O mesmo fator não incide na aposentadoria especial. Isso dá uma grande diferença, pode aumentar em até 50% o benefício”, explicou Aline.

Segundo o advogado previdenciário Christovam Ramos, o beneficiário tem até 10 anos após começar a receber a aposentadoria para requisitar a revisão. Mas, muitas vezes, o INSS acata o pedido de forma administrativa.

“O INSS tem normativas próprias. O electricista que trabalha por 25 anos exposto a uma corrente elétrica acima de 250 volts, por exemplo, tem direito a aposentadoria especial. Porém, o INSS só considera como atividade especial até 5 de março de 1997. Para contar o tempo posterior a essa data, o segurado precisa acionar a Justiça”.

Mas Ramos tranquiliza os segurados. “Os processos duram, em média, de dois a três anos, o que para a Justiça não é grande coisa”.

CORREÇÃO



## Aumento e acumulado de R\$ 120 mil

O bancário aposentado Carlos de Lima Pinto, 81, trabalhou no Banco do Brasil por 30 anos, até 1990. Durante essas três décadas, ele sempre contribuiu com o valor máximo para que recebesse o terço quando se aposentasse, pelo INSS.

No entanto, não foi isso que aconteceu e Carlos recebia menos do que tinha direito. Há três anos, um escritório de São Paulo identificou a falha do INSS e entrou em contato com o ex-bancário, para ingressar em uma ação conjunta.

“Recebi agora a notícia de que o meu precatório já foi emitido e eu deverei receber do INSS, no primeiro trimestre do ano que vem, R\$ 120 mil, valor que ainda será corrigido. Meu benefício mensal também será revisado”, comemorou Carlos.

SAIBA MAIS

## Advogado deve indicar o melhor caminho

Alguns casos em que cabe revisão da aposentadoria

**Trabalho rural ou tempo de serviço não computado**

> MUITAS VEZES o aposentado esquece de averbar períodos em que trabalhou no campo ou em outra atividade. O tempo a mais pode aumentar o valor da aposentadoria.

**Aposentadoria especial**

> PROFISSIONAIS que atuaram por 25 anos em atividades expostas a agentes insalubres ou perigosos (engenheiros, técnicos, gráficos, etc.) têm direito a aposentadoria especial.

> NELA, não é incidido o fator previdenciário, que pode reduzir em até 40% o valor de aposentadoria.

> HÁ CASOS de segurados que pedem a revisão, convertendo de “aposentadoria por tempo de serviço” para “aposentadoria especial” e passam a receber até 50% a mais.

> CASO esse profissional não tenha trabalhado por 25 anos em uma ati-

vidade especial, ainda assim há ganhos. O tempo nesse tipo de função é multiplicado por 1,4 para homens e 1,2 para mulheres para aposentadoria por tempo de serviço.

> EXEMPLO: 20 anos em uma atividade especial vale 28 anos na contagem para um homem.

**Ações trabalhistas**

> CASO O TRABALHADOR vença um processo trabalhista contra uma empresa que pagava uma parte do seu salário “por fora”, ele pode pedir



JUSTIÇA: caminho em certos casos

a inclusão desse valor não declarado no cálculo, o que vai aumentar o valor a receber de aposentadoria.

**Como pedir a revisão**

> O SEGURADO tem até 10 anos após se aposentar para pedir a revisão. O pedido pode ser feito em uma agência do INSS ou por ação judicial.

**Pedir revisão na Justiça ou administrativamente?**

> DEPENDE. Há casos, como o de aposentadoria especial, em que o INSS é mais relutante em acatar o pedido. Assim, a orientação é procurar um advogado em acionar a Justiça.

**Orientações**

> RECOLHER documentos, desde o início da vida profissional, que facilitem o processo de aposentadoria e, se for o caso, um pedido de revisão no valor mensal pago pelo INSS.

Fonte: Advogados previdenciários Aline Simonelli e Christovam Ramos e pesquisa AT.

# Ações trabalhistas caem 38% no Estado em 6 meses

Redução, segundo advogados, é resultado da entrada em vigor da nova lei trabalhista, em vigor desde novembro do ano passado

Thiago Sobrinho

Em seis meses, o Estado registrou uma queda nas ações trabalhistas. "Comparando o número de processos novos de janeiro a maio de 2017 e o mesmo período deste ano, verificamos redução de 38%", disse Mário Cantarino Neto, presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Estado (TRT-ES).

Em todo o País, a redução foi de 40,8% nos números acumulados nos seis primeiros meses de reforma trabalhista. A informação é do Tribunal Superior do Trabalho (TST). E a justificativa de advogados trabalhista para o decréscimo é justamente a reforma. A Lei 13.467 entrou em vigor em 11 de novembro do ano passado e fez algumas mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Além disso, um dos pontos da lei estabelece que, caso o trabalhador entre com ação contra a empresa e perca, terá de arcar com os honorários dos advogados da outra parte.

Esse receio de acionar a Justiça



**VICTOR PASSOS COSTA** disse que há expectativa de que números se estabilizem após esse baque inicial

e perder é que fez, segundo o advogado trabalhista Victor Passos Costa, as ações judiciais caírem.

"Em segundo lugar, as empresas, com a crise, fizeram muitos acordos de rescisão. Isso impede que o funcionário entre na Justiça".

Para a também advogada trabalhista Bianca Meyer, a redução tem aspectos positivos. "Os reclama-

mentos deixaram de entrar com ações temerárias. Muitos advogados também não estão preparados para atuar nas novas normas. Eles têm receio das penalidades e não se prepararam", disse a advogada.

Para Victor Passos Costa, embora a redução tenha sido grande, a expectativa é que haja estabilização. "Antes tínhamos muitos pro-

cessos e agora tem esse baque. Daqui a pouco vai estabilizar", disse.

Já Bianca Meyer vê com bons olhos a redução das ações. "Caso permaneça, a redução é positiva tanto para o judiciário quando para os reclamantes. Os empregados que se viram obrigados a entrar na Justiça terão uma solução processual mais rápida", concluiu.

## SAIBA MAIS

### Efeito da reforma trabalhista

- > A REFORMA TRABALHISTA entrou em vigor em 11 de novembro do ano passado.
- > ELA ESTIPULA novas regras para todos os contratos de trabalho vigentes, tanto antigos como novos.
- > O PROJETO MUDA trechos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- > COM ELA, empresas e trabalhadores podem negociar diretamente o parcelamento de férias, e flexibilização da jornada.
- > A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS e resultados, intervalo de almoço, plano de cargos e salários e banco de horas também serão negociadas entre empregador e empregado.
- > A NOVA LEI também trata com mais vigor os questionamentos de direitos trabalhistas na Justiça.
- > ISSO SIGNIFICA QUE os trabalhadores que acionarem empresas judicialmente, caso percam a ação, terão de arcar com as custas do processo.
- > EM MAIO, ao completar seis meses em vigor, os números mostram o impacto da reforma trabalhista na Justiça brasileira.
- > NESSES SEIS MESES, foram abertos 766 mil processos.
- > NO MESMO PERÍODO de 2017 foram abertos 1,3 milhão.
- > HOUVE UMA QUEDA de 40,8% em números acumulados em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados são do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no País.
- > NO ESPÍRITO SANTO, segundo o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES), Mário Cantarino Neto, a queda foi de 38%.
- > UMA DAS JUSTIFICATIVAS para essa queda é o receio dos empregados de, caso percam a ação, tenham de arcar com os honorários da empresa que está sendo processada.
- > OUTRO PONTO é que, com a crise, as empresas fizeram acordos com os funcionários, evitando a Justiça.



**PILHA DE PROCESSOS** está menor

Fonte: Advogados consultados.

## LIMPEZA PÚBLICA EM ARACRUZ

# CPI mostra problemas em contratos de lixo

**Comissão denuncia irregularidades nas contratações de empresas desde 2013**

▄ NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

Os sucessivos contratos emergenciais para a limpeza pública do município de Aracruz, firmados entre a prefeitura e a SA Serviços de Limpeza e Soluções Ambientais de março de 2017 até agora, estão sob questionamento pela CPI do Lixo, finalizada pela Câmara Municipal no dia 27 de maio.

O relatório final, que foi aprovado por unanimidade, pede que o contrato entre o município e a empresa seja rescindido imediatamente. O próximo contrato para a limpeza do município se encontra em discus-



**Lixo e entulho acumulados em terreno em Aracruz**

são na Justiça, como A GAZETA mostrou ontem.

O resultado da investigação da Câmara, que durou oito meses, já foi encaminhado para os órgãos de controle.

Em março de 2017, logo após o primeiro contrato ter sido firmado, o Mi-

nistério Público Estadual (MPES) chegou a instaurar um procedimento para investigar supostos atos de improbidade na contratação. O órgão foi procurado, mas não deu retorno sobre o resultado desta apuração.

No relatório da CPI, os

vereadores denunciam que a contratação da empresa já teria sido acordada após as eleições de 2016, antes mesmo do prefeito Jones Cavaglieri (SDD) tomar posse, como suposta contraprestação ao financiamento da campanha eleitoral através de caixa dois, já que foi fechado por um valor R\$ 853,5 mil mensais maior do que o cobrado pela empresa anterior.

O advogado Sidney Mazin, da empresa SA Ambiental, negou as acusações e afirmou que a empresa participou de todas as disputas dentro da legalidade. Em nota, o prefeito Jones Cavaglieri declarou que “se o processo seguir e houver a citação do prefeito, ele fará sua defesa normalmente como seguem os preceitos legais”.

TV GAZETA NORTE - 05/06/2018

# DELAÇÃO DE PALOCCI É ACEITA PELA JUSTIÇA

## Acordo fechado pelo ex-ministro com a PF tem o PT como alvo

PORTO ALEGRE

◀ O acordo de delação premiada do ex-ministro Antonio Palocci foi homologado ontem pelo desembargador João Pedro Gebran Neto, o relator da Operação Lava Jato no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre.

Palocci, que comandou a pasta da Fazenda no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e foi chefe da Casa Civil da gestão de Dilma Rousseff (PT), está preso em Curitiba há um ano e sete meses. A negociação foi assinada entre o petista e a Polícia Federal em abril.

Segundo a revista "Istoé" de 25 de maio, a delação revela a trilha da propina destinada a Lula e Dilma, além da atual presidente do PT, Gleisi Hoffmann. O acordo, que tem o PT como alvo, foi homologado dois dias após o Supremo Tribunal Federal liberar a PF para negociar delações premiadas.

A decisão de realizar a tratativa com a polícia aconteceu depois que o ex-ministro teve sua proposta de delação rejeitada pelo Ministério Público Federal (MPF). Segundo procuradores envolvidos no caso, Palocci não assu-



Antonio Palocci cumpre pena em Curitiba e fechou delação premiada com a PF

mia os crimes que cometeu e protegia aliados.

A pena e multa que o ex-ministro terá de pagar não foram definidas. Elas dependerão da efetividade das provas e fatos apresentados em investigações.

### SONDAS

Envolvidos na negociação relataram que o acordo validade envolve principalmente fatos relacionados ao processo que investigou contratos de construção de sondas de

exploração de petróleo em águas profundas da Odebrecht com a Sete Brasil, a empresa criada no governo Lula para fabricar e vender à Petrobras essas sondas.

Nesse caso, Palocci foi condenado pelo juiz Sérgio Moro, que conduz as investigações da Lava Jato em Curitiba, a 12 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele foi investigado por ter atuado a favor da Odebrecht no negócio bilionário.

### CONDENAÇÃO

# 12

anos e dois meses

Pena que Palocci cumpre em Curitiba após ter sido condenado na Operação Lava Jato.

Os termos do acordo firmado estão sob sigilo. Conforme o jornal "O Globo", grande parte das histórias abordadas por Palocci re-

constituíram o esquema de corrupção na Petrobras, as relações das empreiteiras com políticos do PT e a forma como Lula e Dilma se envolveram nas tratativas que resultaram em um prejuízo de cerca de R\$ 42 bilhões aos cofres da estatal, segundo estimativa da própria PF.

O ex-ministro teria narrado pelo menos uma conversa com Lula no Palácio do Planalto na qual teria tratado do esquema envolvendo a construção de sondas para exploração de petróleo. O objetivo da negociação, feita na presença de Dilma, seria levantar dinheiro para bancar a eleição da ex-presidente, em 2010.

Ao falar da relação de Lula com empreiteiras, o ex-ministro disse que parte do dinheiro entregue nas mãos do ex-presidente Lula e na sede do instituto teria saído diretamente da conta "Amigo", uma espécie de reserva de propina atribuída ao petista no Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht.

Em depoimentos prestados a Moro, Palocci relatou ainda que havia um "pacto de sangue" entre o ex-presidente e o empreiteiro Emílio Odebrecht, dono da empresa que leva o seu sobrenome. (Com agências)

### ENTENDA

#### LULA

▼ **Pacotes de dinheiro**  
Segundo a "Istoé", Palocci detalhou na delação ocasiões em que foi pessoalmente levar pacotes de dinheiro a Lula. Relacionou valores entregues por um de seus assessores, Branislav Kontic, no Instituto Lula.  
▼ **Conta "Amigo"**  
Palocci confirmou que parte do dinheiro entregue a Lula saía da conta "Amigo", a reserva de propina para o petista. Mais de R\$ 10 milhões foram sacados. Parte da propina que irrigou essa conta foi resultado de um acordo celebrado entre ele e Lula durante a criação da Sete Brasil, em 2010.

#### DILMA ROUSSEFF

▼ **Empreiteiras**  
Palocci disse que Dilma conhecia o esquema de corrupção entre o PT e as empreiteiras. Ela era, segundo Palocci, uma das beneficiárias e quem dava o aval aos acordos.  
▼ **Obras da União**  
Palocci revelou reuniões de Dilma com Emílio e Marcelo Odebrecht para discutir a participação da empreiteira em obras.

▼ **Lava Jato**  
O ex-ministro afirmou ainda que Dilma atuou para atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato.

#### BANCOS

▼ **Atos ilícitos**  
A relação de Palocci com instituições bancárias e a prática de atos ilícitos foram citadas na delação.

#### GLEISI HOFFMANN

▼ **Propina**  
De acordo com Palocci, a atual presidente do PT, Gleisi Hoffmann, recebeu propina da Camargo Corrêa como parte do acordo envolvendo uma operação no STJ: a anulação das provas da Operação Castelo de Areia, que rendeu ao PT propina de R\$ 50 milhões.

## Pedido de soltura de Lula não será julgado na terça

◀ Após a vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), Maria de Fátima Freitas Labarère, negar um recurso da defesa do ex-presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal, o ministro Edson Fachin decidiu arquivar um pedido de soltura do petista, que seria julgado na próxima terça-feira pela Segunda Turma da Corte. O ministro entendeu que, como o TRF-4 analisou a admissibilidade ou não do re-

curso especial e entendeu que ele não era cabível, o pedido da defesa para que a prisão de Lula fosse suspensa até o TRF-4 decidir sobre o tema ficou prejudicado.

Na prática, com a decisão, o julgamento previsto para a próxima terça-feira não acontecerá mais. Diante da mais recente derrota, os advogados da equipe de defesa de Lula avaliam ainda se entram com algum outro tipo de recurso no Supremo. (Agência O Globo)

## STJ vai analisar recurso sobre R\$ 16 milhões

◀ A desembargadora Maria de Fátima, vice-presidente do TRF-4, – a mesma que negou envio de recurso da defesa do ex-presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal – admitiu outro recurso, que questiona a condenação imposta pelo próprio TRF-4 ao petista e que será encaminhado para a análise do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A defesa sustenta que foi atribuída ao ex-presidente a responsabilidade de repa-



Triplex do Guarujá levou à condenação de Lula

rar todo o valor de propina de R\$ 16 milhões paga pela OAS ao PT em troca de con-

tratos na Petrobras. Para os advogados, Lula deveria ser obrigado a ressarcir apenas a parte que a acusação atribuiu a ele, o total de R\$ 3,7 milhões relacionados aos gastos no triplex do Guarujá.

Além de apresentar um recurso no Supremo em que pedia a liberdade do petista, os advogados chegaram a sugerir, por meio de memoriais, que, caso a Segunda Turma não acolhesse o pleito de soltura, que, pelo menos, aceitasse transferir Lula para o regime de prisão domiciliar. Mas esse pedido também não será mais julgado. (Agência O Globo)

## Petrobras recorrerá contra causa de R\$ 15 bi

RIO

A Petrobras decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) na qual perdeu a batalha trabalhista de R\$ 15 bilhões.

A estatal teme que a derrota no TST atrapalhe não só os negócios e investimentos, mas todo o setor de petróleo.

O dano causado à companhia pode ir muito além do impacto financeiro direto. Uma ação trabalhista movida pelos funcionários afeta de forma geral a percepção de risco aos negócios que envolvem a estatal.

Para restaurar a saúde financeira da empresa (corroída pelo escândalo descoberto na Lava a Jato, investimentos mal planejados e controle artificial do preço dos combustíveis), a Petrobras tem desenvolvido uma estratégia em várias frentes.

Adotou, por exemplo, a política de preços de mercado, recentemente abalada com a greve dos caminhoneiros contra a alta do preço do diesel.

A empresa também reduziu o plano de investimentos, concentrando os recursos disponíveis nas áreas de exploração e produção de petróleo, mais rentáveis.

Em outra frente, a Petrobras leva adiante o plano de desinvestimento, que consiste em vender ativos para fazer caixa e reduzir o endividamento.

# Juízes suspendem CNH de quem deve a bancos e lojas

Justiça do Estado já tem decisões que retiram a carteira de motorista de quem não paga dívidas, com base em entendimento do STJ

Caio Miranda

**A**lém de ficar com o nome sujo na praça, não pagar dívidas com bancos, cartões de crédito ou lojas pode até tirar do devedor o direito de dirigir.

Após decidir pelo recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de um homem de São Paulo no início do mês, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu um precedente que já está sendo replicado em instâncias inferiores, inclusive em varas cíveis do Estado.

O juiz Paulo Abiguenem Abib, titular do 4º Juizado Cível de Vitória, tomou duas decisões do tipo na última semana: determinou a suspensão das carteiras de motorista de uma mulher que devia R\$ 6.705 e de um homem que devia R\$ 4 mil, até que eles quitem os débitos.

O magistrado explica que a medida — que segundo ele também já é usada por outros juízes do Estado — é extrema e tem o intuito de efetivar o pagamento das dívidas.

“Infelizmente, algumas pessoas não pagam os débitos judiciais e continuam tendo uma vida desproporcional à de uma pessoa que deve. O juiz não pode mandar prender, mas pode lançar mão de medidas como essa”, disse.

De acordo com Abiguenem, a suspensão da CNH pode ocorrer com qualquer dívida. Mas, para isso, ela precisa ter transitado em julgado. Ou seja: houve a condenação, mas não o pagamento.

“E o credor, a parte interessada nos autos, é quem deve fazer o pedido. O juiz analisa e decide por acatar ou não”, completou.

**PAULO ABIGUENEM** já determinou a suspensão de duas carteiras por dívida no Estado: “Medida requer muita cautela do juiz”



O juiz afirmou que, dependendo do caso, até mesmo o passaporte pode ficar retido — como aconteceu em São Paulo na instância inferior, mas revogado pelo STJ.

“Por exemplo, se a pessoa ostenta nas redes sociais que está viajando para fora do País, mesmo tendo uma dívida judicial. Essa discussão de passaporte é mais extrema ainda e precisa de muita cautela do juiz”.

Em nota, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-ES) informou que a existência de uma dívida não gera automaticamente a suspensão da CNH e que a medida dependerá de decisão judicial.

“A Subgerência de Infrações e Penalidades do Detran-ES já recebeu ofícios neste sentido e o órgão cumpre a decisão judicial inserindo no sistema a medida administrativa de bloqueio da CNH”, diz um trecho da nota.

## FALA, LEITOR!



NELSON SAGRILO, 52 anos, vendedor

“A Justiça não pode fazer isso, porque o cidadão tem o direito de ir e vir. Se a Justiça fizer isso, quantas carteiras serão presas?”



EDEVILSON GONÇALVES, 45, eletrotécnico

“Não. Vai prejudicar muitas pessoas. A Justiça deveria arrumar um meio melhor de fazer com que as pessoas paguem as dívidas”



CLAUDIO LIMA, 59, autônomo

“Não. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Eu, por exemplo, dependo do carro para trabalhar. Vai atrapalhar mais ainda”



IVAN VARGAS, 59, porteiro

“Não. Acredito que não deveria, principalmente no caso de motoristas, que ficariam impedidos de trabalhar”

## SAIBA MAIS

### Entenda o caso

- > NO DIA 5 deste mês, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para pressionar réus inadimplentes a regularizarem seus débitos.
- > NO ENTANTO, na mesma decisão, os ministros da Corte não autorizaram a apreensão de passaportes. A alegação é de que a medida seria desproporcional e violaria o direito de ir e vir.
- > A DECISÃO foi tomada para um caso específico — de um homem de Sumaré (SP) que deve quase R\$ 17 mil. Mas, como o STJ é responsável por uniformizar o entendimento do Poder Judiciário, o processo serve de precedente para casos semelhantes.

### A retenção da CNH é para processos de quais dívidas?

- > QUALQUER UMA (bancárias, cartões de crédito, crediário, dívidas a terceiros, empréstimos, etc.).
- > PORÉM, o devedor precisa já ter sido condenado a pagar o débito na Justiça e não ter feito o pagamento.

### Quem pede a suspensão?

- > O CREDOR é quem tem de fazer o pedido de retenção da carteira.

### E o devedor que trabalha dirigindo?

- > OS JUÍZES não pedirão a suspensão do documento de quem depende da carteira de motorista para trabalhar.

### Quando a CNH é recuperada?

- > EM ATÉ 48 HORAS após a comprovação da quitação da dívida.

Fonte: Juristas e pesquisa AT.



CARTEIRAS de motorista

## “Fere o direito dos consumidores”

A suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), medida que tende a ser muito utilizada em processos de cobrança de dívidas, fere o direito do consumidor, na opinião do especialista em Direito do Consumidor, Renato Ferron.

“O consumidor já é a parte frágil na relação com as empresas. Além disso, ao reter a CNH e até mesmo o passaporte, você impede o direito constitucional de ir e vir”, disse.

Para Ferron, os magistrados precisam ter muita cautela e não generalizar. “É preciso ver o histórico do devedor, ver o valor da dívida, qual é a empresa credora, por-



FERRON criticou suspensão

que as consequências podem ser as piores para o consumidor”.

O advogado Ricardo Pessanha também é contra a retenção da carteira de motorista. Para ele, mesmo que a medida incentive o pagamento de dívidas, há outras maneiras melhores de garantir a quitação de débitos na Justiça.

“O novo Código de Processo Civil já trouxe normas mais favoráveis ao credor em detrimento ao devedor. Mesmo com essa autorização, acredito que os juízes vão analisar caso a caso, para que a suspensão não seja mais danosa que a própria dívida”, afirmou.

## Motoristas profissionais ficam livres da medida

Os inadimplentes que necessitam da carteira de motorista para trabalhar, como taxistas, motoristas de aplicativo e transporte público, motoboys e entregadores, por exemplo, podem respirar mais aliviados.

Segundo o juiz Paulo Abiguenem Abib, titular do 4º Juizado Cível de Vitória, na decisão do caso de São Paulo que abriu a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o relator ministro Luís Felipe Salomão, tornou a situação uma exceção.

“Se o devedor comprovar na Justiça que dirigir é um meio de subsistência, de trabalho, automaticamente o juiz não vai acatar o pedido de retenção da carteira. Agora, esse não é o caso da pessoa que dirige até o trabalho, porque ela pode pegar carona, ir de táxi, ônibus, Uber”, explicou.

Abiguenem também afirmou que, assim que o devedor comprovar judicialmente que quitou a dívida, o juiz vai revogar a decisão e determinar, em até 48 horas, a devolução da CNH ao dono.



## Família briga contra plano por remédio

Uma família de Vila Velha está lutando na Justiça contra o plano de saúde para salvar a vida do filho mais novo, um bebê de 7 meses, que tem uma doença rara chamada Atrofia Muscular Espinhal (AME).

Os pais de Gabriel Sgaria Duarte, os administradores Thiago Amaral Duarte, 37 anos, e Karoline Almeida Sgaria, 34, conseguiram na Justiça que o plano de saúde Unimed Vitória comprasse o primeiro ciclo de seis vacinas que pode estagnar a degeneração dos músculos que a doença causa.

O remédio foi comprado. Mas, um mandado de segurança, solicitado pelo plano de saúde, está impedindo que as vacinas sejam aplicadas na criança.

"Conseguimos na Justiça a compra do medicamento para parar o avanço da doença. As vacinas vão evitar que meu filho morra, que ele perca todos os movimentos de todos os músculos. As vacinas estão no meu nome e já chegaram, estamos esperando desde quarta-feira passada. É desesperador", contou o pai da criança.

Thiago contou que Gabriel foi

diagnosticado com AME quando tinha 2 meses de idade. A partir disso, a família começou os tratamentos com fonoaudiólogos, fisioterapeuta, nutricionistas e outros profissionais.

"Mas a doença só para de avançar quando começa o primeiro ciclo do medicamento, que é importado da Alemanha e se chama Spinraza. O tratamento começa com o primeiro ciclo de seis vacinas, que dura um período de um ano e, depois, a cada quatro meses para o resto da vida", explicou Thiago.

A família contou que o primeiro ciclo de dose, que está de posse da Unimed, custou 453 mil dólares (o que equivale a R\$ 1.410.680 com cotação do dólar no dia em que o remédio foi comprado).

"O medicamento foi no meu nome, mas o dinheiro foi do plano de saúde, que foi repassado. Mas, essa foi uma ordem judicial", destacou.

Thiago e Karoline contaram que estão desesperados. "É um desespero, a gente sabe que o remédio que pode salvar a vida do nosso filho está aqui, mas não podemos ter acesso, enquanto isso a doença piora", disse o pai.



THIAGO e Karoline, pais de Gabriel, aguardam o tratamento para o filho

## Plano aguarda decisão

Enquanto os pais pedem ajuda para o tratamento do pequeno Gabriel Sgaria Duarte, que sofre com a Atrofia Muscular Espinhal (AME), a Unimed Vitória informou que tem de aguardar a decisão judicial sobre o caso.

Em nota, o plano de saúde disse "que respeita e cumpre decisões judiciais, e tem por norma não comentar ações judiciais de clientes que pleiteiam medicamentos para além do estipulado em seus respectivos contratos".

No caso de Gabriel, o plano informou que está prestando assistência domiciliar, mas a responsabilidade por assistência farmacêutica é do Estado, de acordo com a lei.

"A Unimed atua de acordo com

a Lei 9656/98 e toda a regulamentação e rol de procedimentos editados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A portaria 3916/98, do Ministério da Saúde, estipula que a assistência farmacêutica integral, em especial para o tratamento de doenças raras, compete à União".

A Secretária de Estado da Saúde (Sesa) informou por nota que não recebeu solicitação de abertura de processo para o medicamento de Gabriel.

"Para ter acesso a medicamento de alto custo, o paciente deve abrir processo na Farmácia Cidadã mais próxima de sua residência. A solicitação será avaliada por uma comissão".

## TRAGÉDIA EM LINHARES



George é acusado de estuprar e matar Joaquim, 3, e Kauã, 6. A mãe, Juliana, é acusada de omissão

FACEBOOK/GEORGE ALVES

# “SE EU CONTAR, VAI SER PECADO”



Relato foi feito por Kauã à professora. Ele e o irmão mudaram o comportamento na escola. Servidores podem ser investigados

“Eu não posso contar. Se eu contar, vou estar falando mentira, e isso não pode, porque é pecado.” Essas foram as palavras de Kauã Salles Butkovsky, 6, para a professora Gilmara Magescky, quando ela o questionou sobre a mudança de comportamento. Gilmara, que deu aula para ele em 2017, contou que Kauã, no final do ano, apresentou um quadro de tristeza, dizendo que não queria ir para a escola.

“Ele abraçava a mãe e dizia que só queria ficar com ela. Kauã era um menino inteligente. Já lia e escrevia, mas não estava tão entusiasmado e não queria fazer as atividades. A mãe disse que não estava acontecendo nada.”

A professora questionou a criança sobre o que estaria ocorrendo, mas ele disse que não poderia contar. “Os pais foram chamados na escola e disseram que estava tudo tranquilo e não sabiam porque ele estava falando aquilo. Depois da conversa com

os pais, ele logo voltou normal”, disse.

A mudança de comportamento da criança é citada pelo juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, em sua decisão de denunciar a pastora Juliana Salles, 27, como uma das responsáveis pelas mortes dos filhos Kauã e Joaquim Alves, 3, assim como o seu marido, Georgeval Alves Gonçalves, 36, conhecido como pastor George. “A vítima Kauã em certas ocasiões chorava desesperadamente, mas alegava aos professores que não podia relatar a motivação”, afirma trecho da decisão.

“Joaquim, também na escola, relatava que sofria abusos sexuais, quando então os acusados lá compareceram no estabelecimento de ensino afirmando que os abusos não eram praticados no âmbito doméstico e familiar”, destaca outro trecho.

**RELATO À DIRETORA**  
À reportagem, Jonizete

Morello de Paula, diretora da escola municipal onde os irmãos estudaram até o ano passado, em Linhares, disse que chamou Juliana e George após um dos meninos relatar um suposto abuso, em setembro de 2017.

“O Joaquim disse para a professora, e depois para mim, que alguém da escola havia mexido no ‘pipi’ dele. Falou que era um menino grande que tinha feito isso, mas na escola não tem gente grande. Os maiores têm cinco anos e nós tínhamos so-

—  
**“George disse que era impossível (o abuso) acontecer no ambiente familiar”**

—  
**JONIZETE MORELLO**  
DIRETORA

mente mulheres. A referência que ele dizia, era de uma figura masculina. Joaquim mencionou um nome, que era comum de várias crianças na creche também, e chamei os pais para uma reunião”, disse.

A diretora contou que questionou George se na família havia alguém com o nome dito pela criança. “Os pais disseram que não. George disse que era impossível um fato desses acontecer no ambiente familiar, pois a família dele era exemplar, perfeita, com momentos de ensinamentos da Bíblia. Disseram que procurariam uma psicóloga da igreja deles, para conversarem sobre o fato relatado por Joaquim. Registrei tudo em ata.”

Questionada se após essa reclamação Joaquim chegou a relatar outras vezes que poderia estar sendo abusado, Jonizete respondeu: “Nunca mais.”

A professora Keila Augusto Ferreira Agrizzi, que deu aula para Joaquim por um

ano e seis meses, contou que a criança tinha crises de choro. “Ele dizia que queria ficar com a mãe. Já dei banho algumas vezes nele na escola junto com a cuidadora, quando ele se sujava muito, e nunca percebi marcas de agressão”, disse.

## TÚNICA BRANCA

Questionada sobre o comportamento dos pais, a professora disse que eles pareciam ser um “casal normal”, mas estranhava quando George aparecia na escola de cabeça raspada, descalço e de túnica branca para buscar os filhos.

“Uma hora estava todo arrumado, parecendo um playboy. Mas, às vezes, o George aparecia de túnica branca, cabelo raspado e descalço. Nunca questionei por respeito à religião. Sempre que raspava a cabeça, ele usava a túnica. Era tipo uma penitência e um voto de pobreza. Lembro que a Juliana raspou a cabeça uma vez, depois que a filha morreu.”

## INVESTIGAÇÃO

Ontem, a Prefeitura de Linhares informou que abrirá procedimento administrativo para apurar os relatos das crianças e sinalizou que o resultado das investigações pode culminar com a exoneração de servidores. A prefeitura não disse quais procedimentos a escola adotou após tomar conhecimento dos relatos dos meninos.

A reportagem perguntou se o caso foi levado ao conhecimento da secretaria Municipal de Educação, da Polícia Civil e do Conselho Tutelar, e se a conduta dos servidores da escola foi condizente com as diretrizes estabelecidas pela municipalidade. Nada foi respondido. “O município vai buscar acesso ao inquérito policial, que estava em segredo de Justiça, para tomar as medidas cabíveis. Quanto à eventual questão criminal por omissão cabe ao Ministério Público ou ao órgão competente”, destacou a prefeitura, por nota.

## Reportagem Especial

## TRAGÉDIA EM LINHARES

# Crianças viveram rotina de tortura e sofrimento

**Denúncia judicial afirma que pastora foi conivente com atitudes do marido e que Kauã revelou na escola ter sofrido abusos sexuais**

Os irmãos Kauã Sales Butkovsky, de 6 anos, e Joaquim Alves Sales, de 3, viveram uma rotina de tortura e sofrimento, segundo a denúncia feita pelo Ministério Público do Estado que culminou na prisão preventiva de Juliana Pereira Sales Alves, conhecida como "pastora Juliana".

A pastora foi presa na última quarta-feira em Teófilo Otoni (MG), segundo a denúncia, por ter conhecimento do alto nível de periculosidade do marido, Georgeval Alves Gonçalves, o "pastor George", e mesmo assim ter deixado as crianças sobre a proteção dele.

Em um dos episódios narrados na decisão, o juiz André Bijos Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, informa que Juliana, mesmo sabendo dos desvios de caráter do marido, a "iniciar pela diferença de tratamento entre o filho do casal e o enteado (Kauã), inclusive que deixava faltar alimento, medicamentos e atendimento médico a eles, tinha ciência de que ele tinha comportamento sexual incompatível com sua 'pregação', já que em trocas de mensagens a mesma dizia ter 'nojo' e ele

dizia se sentir 'imundo' e um 'lixo' por seus comportamentos".

Em um outro trecho do documento, o juiz diz que Kauã já havia relatado na escola ter sofrido abusos sexuais: "A vítima Kauã chorava desesperadamente, mas alegava aos professores que não podia relatar a motivação".

A decisão ainda informa que Kauã reagiu emocionalmente após ter sofrido "maldades" por parte de dois "caras" na piscina e que Juliana, mesmo sabendo do questionamento da criança, nada fez.

Ainda na narrativa do juiz: "Joaquim, também na escola, relata que sofria abusos sexuais, quando os acusados compareceram no estabelecimento de ensino, afirmando que os abusos não eram praticados no âmbito doméstico e familiar".

De acordo com as investigações, o casal tentava direcionar a culpa das agressões a uma outra criança de 5 anos de idade.

O magistrado contou, ainda na ação penal, que as crianças eram submetidas à violência física e psicológica e que a mãe, a pastora Juliana, teria relatado essas agressões em esfera policial.

"Juliana tinha conhecimento que os seus filhos, dentre eles as vítimas, eram submetidas à violência física e psicológica, como ela mesmo disse em suas declarações na esfera policial, o que pode ser visto em fotos enviadas entre os acusados das crianças machucadas", diz trecho do documento.



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



**JOAQUIM E KAUÃ** teriam, segundo juiz, sido agredidos pelo pastor George, com consentimento da mulher, Juliana Sales: abusos eram de conhecimento da escola de Kauã, de acordo com denúncia

## Servidores de colégio investigados

Depois de relatos de que os irmãos Kauã Sales Butkovsky e Joaquim Alves Sales teriam apresentado sinais de abusos sexuais, e um deles teria revelado o problema a professores, servidores da escola serão investigados.

A Prefeitura de Linhares informou que "o município vai buscar acesso ao inquérito policial para tomar as medidas cabíveis, como a abertura de procedimento administrativo que pode resultar em exoneração. Quanto a eventual questão criminal por omissão cabe ao Ministério Público ou ao órgão competente".

Na decisão da Justiça, consta que os irmãos já apresentavam sinais de abusos sexuais, inclusive, já na escola (que não teve o nome revelado). Kauã, em certas ocasiões, chorava desesperadamente, mas alegava aos seus professores que não podia relatar a motivação.

Consta na decisão que Joaquim relatava na escola que sofria abusos sexuais. Os acusados foram ao estabelecimento de ensino e teriam afirmado que os abusos não eram praticados no âmbito doméstico e familiar, mas tentavam direcionar a culpa para outra criança de 5 anos.

Segundo o promotor Clóvis Figueira, da Infância e da Juventude de Vila Velha, caso fique comprovado que a escola de fato se omitiu, houve falha dos profissionais em não procurar as autoridades.

"Se tem o conhecimento dos crimes, é dever da escola comunicar. Não são os pais que devem procurar, é a polícia, o Conselho Tutelar, as autoridades. Está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Inclusive, na maior parte das vezes, é da escola que parte o primeiro relato às autoridades".

Figueira salientou que funcionários que não tomarem essa posição podem acabar respondendo pro-

cessos administrativamente.

"Se for comprovada a omissão de professores, diretores ou pedagogos, eles cometeram uma infração administrativa, e são sujeitos ao pagamento de multa".

O delegado Lorezon Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, disse que educadores são grandes aliados da polícia nesse combate.

A juíza da Vara da Infância e da Juventude da Serra Gladys Pinheiro também concorda com a importância do papel da escola.

"As denúncias vindas de escolas são muito importantes, inclusive de maus-tratos e abusos."



KADIA FERREDES - 23/02/2018

**O PROMOTOR CLOVIS FIGUEIRA** disse que, caso fique comprovada a omissão da escola, profissionais podem responder a processos administrativos

## Em nova escola, Kauã não chorava, afirma diretora

Na escola municipal de ensino fundamental que Kauã Sales Butkovsky, de 6 anos, estava estudando desde o início do ano, o comportamento alterado e os episódios de choro descritos na decisão judicial que motivou o pedido de prisão da mãe deles, Juliana Pereira Sales Alves, não foram notados.

A reportagem esteve na escola e conversou com a professora de Kauã e a diretora. Preferindo não se identificar, elas contaram que a criança era amorosa e inteligente. Não tinha comportamento que chamasse atenção dos professores.

"Como ele passou para o primeiro ano, entrou na escola há dois meses, mas sem demonstrar nada que chamasse a atenção. Se tivesse notado qualquer coisa, teríamos denunciado. Funcionários nem prestaram depoimento", informou a diretora.

Já na escola de ensino infantil, onde Kauã estudou até o ano passado e onde Joaquim estava estudando, funcionários admitiram que o Joaquim tinha crise de choro e Kauã demonstrou tristeza em 2017.

## Pastores pedem investigação contra igreja de Linhares

Diante da revelação do juiz André Bijos Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, de que George Alves e Juliana Sales teriam usado a morte dos filhos Kauã, de 6 anos, e Joaquim, de 3, para uma ascensão religiosa, pastores defendem que a Igreja Batista Vida e Paz, da qual o casal participava em Linhares, seja objeto de investigação.

"Creio que as igrejas têm responsabilidade de escolher bem seus ministros. Se a igreja não tomou o devido cuidado, deve ser responsabilizada", destacou o pastor José Ernesto Conti, presidente honorário do Conselho Estadual de Igrejas Evangélicas.

O religioso citou que acredita que para avaliar o conhecimento teológico e a conduta dos pastores, as lideranças precisam de tempo, o que não teria ocorrido no caso dos réus.

"Nós, pastores, trabalhamos com seres humanos, precisamos ter uma certa qualificação. Levantando essa hipótese citada pelo juiz, acredito que a igreja teria que ter avaliado vários aspectos, inclusive o caráter", ressaltou Conti.

Por fim destacou: "O caminho agora é a investigação, que seria por parte da polícia e do Judiciário. Merece uma apuração consistente e, mesmo diante de toda a repercussão, uma investigação o mais isenta possível".

Para o pastor Enoque Sampaio, presidente da Associação de Pastores Evangélicos da Grande Vitória, não há necessidade de fechamento da igreja. Porém, é preciso averiguar se essa hipótese levantada pela justiça não envolveu outros membros da igreja.

"Acredito que entre os fiéis existem pessoas sinceras, fiéis que estão sem acreditar em tamanha crueldade. Mas é claro que se há envolvimento de líderes, eles devem ser responsabilizados. Quem está envolvido e quis levar vantagem tem que ser punido legalmente", pontuou Enoque.

A reportagem tentou contato, por telefone, com a liderança da Igreja Batista Vida e Paz, que fica em Minas Gerais, mas não houve retorno das ligações.

O advogado Rodrigo Duarte, um dos defensores de George e George, que também fala pela igreja, disse que não há motivos para que o ministério seja investigado pelas autoridades.

Sobre a informação na denúncia de que o pastor matou as crianças para promover igreja e que a mãe sabia, o advogado disse que a informação não procede. "Não faz sentido. Temos 20 anos de ministério e isso é uma fantasia."



LEONE KLESBAS - 24/05/2018

**PASTOR CONTI:** responsabilidade

TRAGÉDIA EM LINHARES

# O que a decisão da Justiça revelou

▲ A decisão judicial que determinou a prisão preventiva da pastora Juliana Salles trouxe mais revelações sobre a dinâmica da família, as ambições do casal de pastores e a morte dos irmãos Kauã e Joaquim, em Linhares, em 21 de abril.

Segundo as investigações do Ministério Públi-

co, a pastora sabia das agressões sofridas pelos filhos e nada fez para pôr fim aos crimes.

Em um dos trechos narrados, o juiz André Dadalto afirma que "Juliana tinha conhecimento dos supostos abusos sexuais sofridos pelos seus filhos", mas que nenhuma provi-

dência em relação ao ocorrido foi tomada.

O magistrado cita ainda que Juliana sabia dos desvios de caráter do marido, "a iniciar pela diferença de tratamento entre os filhos do casal e o enteado, inclusive que deixava faltar alimento e atendimento médicos a elas".



MARCELO PREST - 23/04/2018

## ASCENSÃO RELIGIOSA

"O acusado Georgeval era líder na Igreja Ministério Batista Vida e Paz, conhecido como Pastor George e buscava, em parceria com a denunciada Juliana, conhecida como Pastora Juliana, uma ascensão religiosa e aumento expressivo na arrecadação de valores por fiéis e, para essa finalidade, ceifou a vida dos menores Kauã e Joaquim para se utilizar da tragédia em seu favor". "Embora toda a vida levada pelo denunciado Georgeval, a ré Juliana o apoiava em seus propósitos em ascender na igreja, angariando fiéis e dominar a cidade de Linhares, alcançando, assim, qualidade de vida financeira até então não experimentada por eles."

## CONTRADIÇÃO

"Deve ser levado em consideração que os depoimentos da acusada Juliana são contraditórios com os laudos e relatórios feitos nos telefones utilizados pelos réus, onde ela afirmou que o denunciado Georgeval era um bom pai e possuía uma relação harmoniosa, o que não se coaduna com as mensagens trocadas por eles, que demonstra que tinha um relacionamento conturbado e um desprezo de Georgeval pelas crianças."

## CRIANÇAS COM TERCEIROS

"O Ministério Público trouxe no bojo da denúncia e dos pedidos de decreto de prisão preventiva que os acusados abrigavam e franqueavam a entrada de 'fiéis' na casa em que residiam, das quais não tinham conhecimento da

indole e antecedentes, mesmo ali residindo as três crianças, que já esboçavam relatos de abusos sexuais. Inclusive, a acusada Juliana deixava os filhos aos cuidados de terceiros onde em uma das vezes ela pede a uma das moradoras para entregar o filho menor para uma das frequentadoras da igreja para amamentá-lo."

## TRANQUILIDADE

"É possível, ainda, denotar a tranquilidade e a participação da acusada Juliana diante de conversas que ela teve com a sua genitora (de Juliana), onde relata que dormiu bem após o ocorrido e no dia seguinte dos fatos frequentou bares, restaurantes e shopping em companhia do corréu Georgeval e amigos, conforme imagens juntadas nos autos."

## PERDÃO PARA ESTUPROS

"Em um dos cultos ministrados pelo réu Georgeval, com a presença da ré Juliana ao seu lado, estranhamente ele 'prega' que estupradores de crianças devem ser perdoados pelos membros daquela igreja". "Outro fato que causa estranheza a este Juízo, é que a acusada Juliana tinha conhecimento que os seus filhos, dentre elas as vítimas, eram submetidas à violência física e psicológica, como ela mesma disse em suas declarações na esfera policial, o que pode ser visto em fotos enviadas entre os acusados das crianças machucadas". "E, ainda, a acusada Juliana diz em mensagem para o réu Georgeval, quando este era intimado a comparecer perante a autoridade para prestar declarações intimado a prestar depoimento Juliana 'Eu não estou preparada para dar errado', bem como afirma em conversa com alguns pastores, demonstrando nervosismo, que 'não sei se vou conseguir ser forte até o final!'"



**O CRIME**  
"Consta dos autos que no dia dos fatos o réu Georgeval estuprou as vítimas Joaquim Alves Salles e Kauã Salles Butkovsky, genitor da primeira e padrasto da segunda, respectivamente, de 3 e 6 anos de idade e, em seguida, as torturou, colocando-as desacordadas no quarto, quando então, fazendo o uso de agente acelerador (líquido inflamável), ateou fogo, causando suas mortes por carbonização."



## QUEIMADOS VIVOS

"Conforme relatórios juntados aos autos, o acusado Georgeval ateou fogo nas vítimas ainda vivas, considerando a presença de fuligem em suas traqueias, inclusive as torturou a ponto de desacordá-las, levando em conta a posição dos corpos, onde foi pela perícia que não houve esboço de tentativa de fuga do quarto em chammas em que elas se encontravam".

## ABUSOS SEXUAIS

"Não por menos, as vítimas Kauã e Joaquim já apresentavam sinais de abusos sexuais, inclusive, já na escola, a vítima Kauã em certas ocasiões chorava desesperadamente, mas alegava aos seus professores que não podia relatar a motivação, bem como que a vítima Joaquim, também na escola, relatava que sofria abusos sexuais, quando então os acusados lá compareceram no estabelecimento de ensino afirmando que os abusos não eram praticados no âmbito doméstico e familiar, mas tentavam direcionar a culpa para outra criança de 5 anos de idade."

## CENA DO CRIME

"Os denunciados, após fatos, além da declaração de uma vizinha, que afirmou ter ouvido choros desesperados de crianças vindo da casa dos réus, foram encontradas manchas de sangue no banheiro social, que de acordo com a perícia é da vítima Joaquim, as quais o réu Georgeval tentou limpar e esconder os vestígios de crime." "Como se não bastasse isso, os denunciados, após os fatos, se dirigiram até a casa, jogaram vários objetos do quarto, das crianças e retiraram quase todos os objetos da mesma, inclusive lençóis e demais roupas de cama, entregando-as a terceiros para serem lavados."

## PASTORA SABIA DO RISCO

"Por sua vez, a denunciada Juliana, genitora das vítimas, mesmo sabendo do desvio de caráter da pessoa do corréu Georgeval, a iniciar pela diferença de tratamento entre os filhos do casal e o enteado, inclusive que deixava faltar alimento, medicamentos e atendimento médico a elas, tinha ciência que ele tinha comportamento sexual incompatível com sua 'pregação', já que em troca de mensagens a mesma dizia ter 'nojo' e ele dizia se sentir 'imundo' e um 'lixo' por seus comportamentos". "É possível verificar que Juliana tinha conhecimento dos supostos abusos sexuais sofridos pelos seus filhos e vítimas, tanto que em uma conversa entre os acusados (ela e o marido), a vítima Kauã, 6, reagiu emocionalmente após ter sofrido 'maldades' por parte de dois 'caras' na piscina, entretanto, eles não tomaram qualquer medida ou providência em relação ao ocorrido". "A denunciada Juliana, além de seu dever, ela podia ter evitado os resultados que causaram os crimes praticados diretamente pelo réu Georgeval, já que as vítimas eram seus filhos".

Reportagem Especial

TRAGÉDIA EM LINHARES

# Julgamento só no ano que vem

O advogado da família de Kauã, que requereu o cargo de assistência da acusação, estima que as audições comecem até o final do ano

Com a conclusão do inquérito e a denúncia do Ministério Público Estadual (MPES) aceita pela Justiça, a expectativa agora é pelo início das audiências de instrução do caso. O advogado da família de Kauã, que requereu o cargo de assistência da acusação, Siderson Vitorino, estima que as oitavas do caso comecem até o final deste ano.

“George e Juliana, até então, eram suspeitos de cometer um crime. Com a oferta da denúncia e aceitação da denúncia pela Justiça, eles passam a ser acusados”, explicou ele.

Segundo o advogado, os acusados agora terão o direito ao contraditório e a ampla defesa tendo que apresentar defesa por escrito no prazo de 10 dias, após o recebimento da denúncia. A defesa dos pastores pode arrolar até oito testemunhas para serem ouvidas pela Justiça na fase das audiências.

“As oitavas podem começar até o final do ano. Já o júri popular vai levar mais tempo. São até três anos para ir a júri popular”, disse ele.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), juiz Ezequiel Turibio, contou que varia muito de cada caso o tempo que leva para que réus sejam levados a júri popular e um dos fatores levados em consideração é o número de réus presos.

“Como tem duas pessoas presas (pastor George e pastora Juliana) é um processo que tem preferência se comparado aos processos em que os réus estão soltos”.

**POLÍCIA**

Um dia após a prisão da pastora Juliana Sales, o posicionamento da Polícia Civil a respeito do caso de Linhares permanece reafirmando que o trabalho foi concluído, em 29 de maio deste ano, com o relatório final e envio dos autos ao Ministério Público do Estado (MPES).

Em sua decisão, o titular da 1ª Vara Criminal de Linhares, juiz André Bijos Dadalto, que acatou a denúncia do MPES contra a pastora, afirma que a polícia tinha ciência que as crianças sofriam violência.

“Outro fato que causa estranheza a este Juízo é que a acusada Juliana tinha conhecimento que os seus filhos, dentre eles as vítimas, eram submetidas à violência física e psicológica, como ela mesmo disse em suas declarações na esfera policial, o que pode ser visto em fotos enviadas entre os acusados das crianças machucadas”, diz em trecho da decisão.

O magistrado reforçou no documento que a denunciada tinha conhecimento dos supostos abusos sexuais sofridos pelos seus filhos que, ainda assim, foi omissa.



**O ADVOGADO**  
Siderson Vitorino disse que, com a aceitação da denúncia pela Justiça, os pastores passam a ser formalmente acusados

## Justiça pode pedir mais investigações

Apesar das diversas diligências feitas no decorrer da fase policial e também nas apurações do Ministério Público do Estado (MPES), referente ao assassinato dos irmãos, novas diligências não estão descartadas na fase processual.

O advogado da família do pai de Kauã, Siderson Vitorino, explicou que o magistrado que atua no processo tem autonomia para pedir novas diligências.

“O juiz, se achar necessário, pode pedir novas diligências ou apurações, enquanto tramita o processo do caso”, explicou.

Agora, o advogado explicou que essas diligências podem tanto serem feitas pelo Ministério Público e quanto pela polícia.

“Ele é quem irá determinar se cabe ao MP ou a equipe de investigação da Secretaria. Mas o Ministério Público tem amparo para investigar. Um exemplo disso é o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, o Gaeco”, destacou Vitorino.

A primeira decisão da Justiça ganhou peso e foi embasada na quebra do sigilo telefônico dos pastores e da família de Juliana.

**MULTA**

Uma multa de até 100 salários mínimos poderá ser aplicada aos advogados de defesa dos pastores, caso desistam da causa e não apresentem uma carta de renúncia com 10 dias de antecedência.

A informação foi prestada na ação Penal que decretou a prisão da pastora Juliana, assinada pelo juiz André Bijos Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares.

O documento ainda revela que os pastores, durante as investigações, tinham interesse de sair de Linhares e ir para Conceição da Barra.

**OPINIÕES**



“Depoimentos dos peritos e médicos legistas, em audiência, serão determinantes para trazer a verdade”

Rivelino Amaral, advogado criminalista

**PRÓXIMOS PASSOS**

## Júri popular é formado por sete pessoas

**Trâmites do processo**

A POLÍCIA concluiu o inquérito e produziu um relatório com todos os crimes, depoimentos e provas. Tal documento foi encaminhado à Justiça e repassado ao Ministério Público do



**FÓRUM DE LINHARES:** processo

**Estado.**

O ÓRGÃO ofereceu denúncia com base no inquérito, trazendo relação dos crimes e pedindo formalmente a condenação à Justiça.

O JUÍZ RECEBEU a denúncia e mandou citar o réu de todas as acusações. A defesa teve prazo de 10 dias para se pronunciar.

**Audiência**

O RÉU APRESENTA a defesa e o juiz marca a audiência de instrução de julgamento, em que acusador e acusado poderão produzir novas provas.

SE O MAGISTRADO entender que há indícios mínimos de autoria do crime, manda o caso para júri popular.

O PRÓXIMO PASSO é marcar sessão perante o tribunal do júri, na qual

acusação e defesa apresentam suas provas e testemunhas.

**Júri popular**

DEPOIS ACONTECE o debate dos argumentos pelos promotores e advogados.

SETE PESSOAS da sociedade, escolhidas por meio de sorteio, que gozem de boa reputação se reúnem e vão apreciar os fatos, são os jurados.

POR MEIO DE VOTO secreto, os jurados apontam se houve crime e se foi qualificado.

O PASTOR GEORGEVAL Alves Gonçalves e a pastora Juliana Sales podem ser considerados culpados ou inocentes pelo júri.

SE FOR DITO INOCENTE, é solto. Se for culpado, o juiz soma as penas dos crimes e sentença.



“O período da defesa e Ministério Público recorrer é o que costuma prorrogar o júri popular”

Juiz Ezequiel Turibio, pres. da Amages

## Reportagem Especial

TRAGÉDIA EM LINHARES

## Mortes foram para promover igreja e pastora sabia, diz juiz

Para o magistrado André Dadalto, pastor buscava aumento expressivo na arrecadação de valores de fiéis e por isso teria matado o filho e o enteado

Em mais uma chocante revelação sobre a tragédia em Linhares, desta vez citada na decisão da Justiça, consta que o pastor Georgeval Alves Gonçalves, o pastor George, matou os irmãos Kauã Sales Butkovsky, de 6 anos, e Joaquim Alves Sales, de 3, para promover a igreja.

Ainda segundo a decisão da Justiça, a mãe das crianças, a pastora Juliana Pereira Sales Alves, que foi presa na quarta-feira em Teófilo Otoni (MG), sabia das intenções do marido, que também está preso.

Na decisão que determina a prisão preventiva da pastora, o juiz André Bijos Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, relata:

"O acusado Georgeval era líder da Igreja Ministério Batista Vida e Paz nesta urbe (cidade), conhecido como pastor George, e buscava, em parceria com a denunciada Juliana uma ascensão religiosa e aumento expressivo na arrecadação de valores por fiéis e, para essa finalidade, ceifou a vida dos menores Kauã e Joaquim para se utilizar da tragédia em seu favor."

Kauã, que era enteado de George, e Joaquim, seu filho, morreram carbonizados no dia 21 de abril.

Em outro trecho, foi citado: "Embora toda a vida levada pelo

denunciado Georgeval, a ré Juliana o apoiava em seus propósitos em ascender na igreja, angariando fiéis e dominar a cidade de Linhares, alcançando, assim, qualidade de vida financeira até então não experimentada por eles."

Em outro trecho, o magistrado lembrou que o Ministério Público trouxe no bojo da denúncia e dos pedidos de decreto de prisão preventiva que os acusados abrigavam e franqueavam a entrada de fiéis na casa em que residiam, dos quais não tinham conhecimento da índole e antecedentes, mesmo ali residindo as três crianças, que já esboçavam relatos de abusos sexuais.

O juiz citou que Juliana deixava os filhos aos cuidados de terceiros e que em uma das vezes ela pediu a uma das moradoras para entregar o seu caçula para uma das frequentadoras da igreja para amamentá-lo.

Em um pronunciamento na quarta-feira, a promotora de Justiça de Linhares, Rachel Tannenbaum, disse que tinha convicção que a pastora teria conhecimento do desvio de caráter do marido, da relação conturbada que ele tinha com a própria sexualidade e do menosprezo com o qual Georgeval tratava os filhos e o enteado, Kauã.



**O PASTOR** Georgeval, ao lado da mulher Juliana, é acusado de estuprar e matar o enteado Kauã Sales Butkovsky, de 6 anos, e o filho Joaquim Alves Sales, de 3 anos (destaques)



## TRECHOS COMENTADOS DA DECISÃO

## Ascensão

1 "O acusado Georgeval era líder da Igreja Ministério Batista Vida e Paz nesta urbe, conhecido como 'Pastor George' e buscava, em parceria com a denunciada Juliana, conhecida como 'Pastora Juliana', uma ascensão religiosa e aumento expressivo na arrecadação de valores por fiéis e, para essa finalidade, ceifou a vida dos menores Kauã e Joaquim para se utilizar da tragédia em seu favor."

## COMENTÁRIO:

"É isso que o psicopata faz. Eles buscam ascensão e querem dominar o mundo. Eles querem seguidores."

Cláudia Calil, psicóloga



BOMBEIROS fazem perícia na casa

## Omissão da mãe

2 "Por sua vez, a denunciada Juliana, genitora das vítimas, mesmo sabendo do desvio de caráter da pessoa do corréu Georgeval, a iniciar pela diferença de tratamento entre os filhos do casal e o enteado, inclusive que deixava faltar alimento, medicamentos e atendimento médico a elas, tinha ciência que ele tinha comportamento sexual incompatível com a sua 'pregação', já que em troca de mensagens a mesma dizia ter 'nojo' e ele dizia se sentir 'imundo' e um 'lixo' por seus comportamentos, o que pode ser visto do relatório do SISLAB."

## COMENTÁRIO:

"A pastora Juliana, na qualidade de mãe, tem o dever, por lei, e a obrigação de cuidar, proteger e vigiar, o que não fez, permanecendo omissa."

José Renato Martins, advogado especialista em Direito Penal e Processo Penal

## Omissão da escola

3 "Não por menos, as vítimas Kauã e Joaquim já apresentavam sinais de abusos sexuais. Inclusive, já na escola, a vítima Kauã em certas ocasiões chorava desesperadamente, mas ale-

gava aos seus professores que não podia relatar a motivação, bem como que a vítima Joaquim, também na escola, relatava que sofria abusos sexuais, quando então os acusados lá compareceram no estabelecimento de ensino afirmando que os abusos não eram praticados no âmbito doméstico e familiar, mas tentavam direcionar a culpa para outra criança de 5 anos de idade."

## COMENTÁRIO:

"A partir do conhecimento dos fatos, no mínimo, teria que levá-los ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público. Assim agindo, dever ser objeto de investigação e possível denúncia do MP."

José Renato Martins, advogado especialista em Direito Penal e Processo Penal

## Fraude processual

4 "Para rechaçar a violência sofrida pelas vítimas no dia dos fatos, além da declaração de uma vizinha, que afirmou ter ouvido choros desesperados de crianças vindo da casa dos réus, foram encontradas manchas de sangue no banheiro social, que de acordo com a perícia é da vítima Joaquim, as quais o réu Georgeval tentou limpar e esconder os ves-

tígios dos crimes."

"Como não bastasse isso, os denunciados, após os fatos, se dirigiram até a casa, jogaram vários objetos no quarto das crianças e retiraram quase todos os objetos da mesma, inclusive lençóis demais roupas de cama, entregando-as a terceiros para serem lavadas."

## COMENTÁRIO:

"Um dos requisitos para a prisão preventiva é a conveniência da instrução criminal de maneira a assegurar a plena produção das provas. Com este comportamento, Juliana infringiu também o crime, em tese, de fraude processual."

José Renato Martins, advogado especialista em Penal e Processo Penal

## OPINIÕES



“Não acredito que a polícia falhou. A polícia investiga, mas o dono da ação é o Ministério Público”

José Renato Martins, advogado



“É isso que o psicopata faz. Eles buscam ascensão e querem dominar o mundo”

Cláudia Calil, psicóloga

Reportagem Especial

TRAGÉDIA EM LINHARES

# Defesa pede prisão domiciliar

Junta de advogados que representa Juliana Sales, conhecida como "pastora Juliana", e que também defende Georgeval Alves Gonçalves, o pastor George, informou na tarde de ontem que entrará com um pedido de prisão domiciliar para que a cliente possa ter convivência com o filho de 1 ano de idade, uma vez que a criança ainda está em período de amamentação.

Segundo a advogada Milena Freire, o pedido será protocolado na próxima semana, na 1ª Vara Criminal de Linhares, assim que a defesa tiver acesso aos documentos do processo.

"Preciso dos documentos que foram gerados no processo após finalização do inquérito, para instruir esse novo habeas corpus. Como ela ainda está amamentando um filho de 1 ano de idade, tem esse direito", explicou Milena.

O outro advogado que atua na defesa do casal de pastores, Helbert Gonçalves, informou na última quarta-feira que a cúpula já havia entrado com um pedido de habeas corpus para Juliana. Entretanto, ele foi negado pela Justiça.

Milena afirma que o motivo da abertura do requerimento seria pelo fato de Juliana ter sido pressionada durante as investigações. O pedido, segundo a defesa, foi negado com justificativa de que ela não era investigada.

"Vamos entrar com esse novo pedido porque agora a motivação é diferente, já que na época a Justiça alegou que ela não era investigada e, assim, não respondia por crimes", destacou a advogada.

Em um caso recente, de mães presas que tiveram o pedido de prisão domiciliar acertado, tivemos a ex-primeira-dama do Rio de Janeiro,



OS PASTORES George Alves e Juliana Sales realizaram culto um dia após o assassinato das crianças dentro de casa

Adriana Ancelmo, presa em dezembro de 2016 por associação criminosa e lavagem de dinheiro e solta no mesmo mês, por intermédio da decisão do ministro Gilmar Mendes, do Superior Tribunal Federal (STF).

Gilmar concedeu o benefício com a justificativa de que mulheres grávidas ou com filhos sob seus

cuidados possuem esse direito.

**EXCEÇÃO**

Para alguns juristas, essa decisão pode não se aplicar na situação da pastora Juliana, já que há exceções à regra no próprio Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Uma delas são os crimes pratica-

dos mediante violência ou grave ameaça. Como a pastora Juliana está respondendo por crimes como estupro de vulnerável e homicídio qualificado, isso poderá tirar a possibilidade do habeas corpus por essa motivação. No entanto, a decisão caberá ao magistrado que for apreciar o pedido.

## Advogados esperam transferência de pastora hoje

Presas desde a última quarta-feira, em Teófilo Otoni, Minas Gerais, os advogados de defesa esperam que a pastora Juliana Pereira Sales Alves seja transferida hoje para o Espírito Santo.

Os advogados Milena Freire e Rodrigo Duarte foram informados ontem, no presídio de Minas Gerais, que a transferência estava prevista para hoje, mas disseram que essa data poderá mudar.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) informou que o juiz André Bijos Daldato, da 1ª Vara Criminal de Linhares, fará essa solicitação na próxima semana.

Disse ainda que, como em Linhares não há presídio feminino, provavelmente a pastora Juliana será encaminhada para Colatina.

A reportagem questionou sobre como seria feita essa transferência, mas o TJ informou que outros detalhes não foram passados em razão do segredo de justiça decretado.

A Secretaria de Estado da Justiça informou ontem que não havia recebido nada sobre transferência da pastora para o Espírito Santo.

A assessoria da Secretaria de Estado de Administração Prisional de Teófilo Otoni também informou que até ontem não havia solicitação de acordo de transferência da pastora para o Espírito Santo.

Para o advogado Rodrigo Duarte, a pastora está muito abalada psicologicamente e foi preciso uso de medicação na tentativa de controlar o seu estado emocional.

O advogado disse que a pastora chora muito, não está se alimentando e reafirma que é inocente. "Juliana não está bem, pergunta sempre pelo filho e hoje (ontem) levei os medicamentos para ela tomar."

### TRECHOS COMENTADOS DA DECISÃO



IGREJA liderada por pastores

**Dinheiro**

5 "Embora toda a vida levada pelo denunciado Georgeval, a ré Juliana o apoiava em seus propósitos em ascender na igreja, angariando fiéis, e dominar a cidade de Linhares, alcançando, assim, qualidade de vida financeira, até então não experimentada por eles."

**COMENTÁRIO:** "Ele queria estar acima da lei. Acha que pode enganar e ludibriar todos."

Cláudia Calil, psicóloga

**Contradições**

6 "Deve ser levado em consideração que os depoimentos da acusada Juliana são contraditórios com os laudos e relatórios feitos nos telefones utilizados pelos réus, onde ela afirmou que o denunciado Georgeval era um bom pai e possuía uma relação harmoniosa, o que não se coaduna com as mensagens trocadas por eles, que demonstra que tinha um relacionamento conturbado e um desprezo de Georgeval pelas crianças."

**COMENTÁRIO:** "Está claro que Juliana, em tese, é coautora dos crimes praticados pelo pastor, pois tinha ciência e nada fez para evitar tanto a morte como o estupro."

José Renato Martins, advogado especialista em Penal e Processo Penal

**Abusos eram conhecidos**

7 "Com isso, é possível verificar que a denunciada Juliana tinha conhecimento dos supostos abusos sexuais sofridos pelos seus filhos e vítimas, tanto que em uma conversa entre os acusados (relatório do SISLAB), a

vítima Kauã reagiu emocionalmente após ter sofrido 'maldades' por parte do O2 (dois) 'caras' na piscina, entretanto, eles não tomaram qualquer medida ou providência em relação ao ocorrido."

**COMENTÁRIO:** "Reforça o convencimento do juiz de que Juliana a tudo tinha ciência."

José Renato Martins, advogado especialista em Direito Penal e Processo Penal

**Perdões aos pedófilos**

8 "Além disso, em um dos cultos ministrados pelo réu Georgeval, com a presença da ré Juliana ao seu lado, estranhamente ele 'prega' que



PASTORES no "culto sobrenatural"

estupradores de crianças devem ser perdoados pelos membros daquela igreja."

**COMENTÁRIO:** "Ele quer se perdoar e pedir perdão, mas não é verdadeiro. Ele tem medo de ser descoberto."

Cláudia Calil, psicóloga

**Agressões relatadas à polícia**

9 "Outro fato que causa estranhamento a este Juízo é que a acusada Juliana tinha conhecimento que os seus filhos, dentre eles as vítimas, eram submetidos à violência física e psicológica, como ela mesmo disse em suas declarações na esfera policial, o que pode ser visto em fotos enviadas entre os acusados das crianças machucadas."

**COMENTÁRIO:** "Não acredito que a polícia tenha falhado. A polícia investiga, mas o dono da ação penal é o MP, o qual cabe analisar os fatos, indícios, provas e enquadrá-los no Código Penal."

José Renato Martins, advogado especialista em Direito Penal e Processo Penal



PASTOR em pizzaria, após o crime

**Tranquilidade**

10 "É possível, ainda, denotar a tranquilidade e a participação da acusada Juliana diante de conversas que ela teve com a sua genitora (de Juliana), onde relata que dormiu bem após o ocorrido (relatório do SISLAB) e no dia seguinte dos fatos frequentou bares, restaurantes e shopping em companhia do corréu Georgeval e amigos, conforme imagens juntas autos."

**COMENTÁRIO:** "Não existe isso. A mãe que perde três crianças, não vai para shopping e não existe dormir bem."

Cláudia Calil, psicóloga

## TRAGÉDIA EM LINHARES

# ESCOLAS OBRIGADAS A RELATAR MAUS-TRATOS

## Especialistas alertam que educadores devem denunciar casos

« Diante de tantos casos trágicos de maus-tratos infantis no Estado, especialistas alertam que as escolas são obrigadas a denunciar possíveis crimes.

“Não posso falar especificamente sobre o caso de Linhares porque não estou trabalhando nele, mas eu recebo muitas denúncias que vieram de escolas em situações que as crianças comentaram com o professor sobre o que sofriam”, explicou a juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude da Serra, Gladys Henriques Pinheiro.

De acordo com a magistrada, assim que a escola observa um sinal de maus-tratos deve acionar imediatamente o Conselho Tutelar, que, por sua vez, aciona a Vara da Infância. “A vara onde atuo é protetiva. Assim que temos conhecimento de uma denúncia, tomamos as medidas protetivas, como tirar a criança da situação de risco. Procuramos colocá-la com um parente,

“ Havendo um indício ou uma dúvida, o professor tem a obrigação legal de agir. Ele deve avisar o Conselho Tutelar e os órgãos de proteção. Não é uma opção”

—  
**LORENZO PAZOLINI**  
TITULAR DA DPCA



CARLOS ALBERTO SILVA - 11/11/2016



RICARDO MEDEIROS - 27/07/2012

“ Eu recebo muitas denúncias que vieram de escolas em situações que as crianças comentaram com o professor sobre o que sofriam”

—  
**GLADYS HENRIQUES PINHEIRO**  
JUÍZA DA 1ª VARA DA INFÂNCIA

mas caso não tenha um familiar, ela é acolhida em um abrigo”.

### DELEGACIA

Depois de acolhida, Gladys Pinheiro explica que o juizado comunica o Ministério Público e encaminha o caso para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), para que a questão

criminal seja apurada.

De acordo com o titular da DPCA, Lorenzo Pazolini, fazer a denúncia não é uma opção, mas uma obrigação dos profissionais da escola. “Se houver omissão, a pessoa está no mínimo cometendo uma infração administrativa”, esclareceu, acrescentando que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê

que se o médico, professor ou responsável por um estabelecimento de atenção à saúde ou escola deixar de comunicar às autoridades a suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente estará sujeito à pena de multa de três a vinte salários mínimos.

“Assim que recebemos a denúncia, vamos averi-

guar se o caso procede. As denúncias são extremamente importantes, mas na prática nem todas são verdadeiras. Tem casos de pessoas que querem prejudicar alguém e acabam forjando crimes”.

Havendo a confirmação de maus-tratos, Pazolini informou que solicita uma medida cautelar, como um mandado de busca

e apreensão e prisão preventiva ou temporária.

“Temos um projeto chamado de depoimento especial, que eu escuto a criança com áudio e vídeo. Já tive casos de crianças que não falavam, mas mostraram em gestos tudo que tinha acontecido com elas. Esse trabalho é feito numa sala separada, com apoio de assistentes sociais e psicólogos, e não em uma audiência, na frente do juiz, do promotor e até do agressor que podem inibir a fala da vítima”, disse Pazolini.

A juíza alerta que tem recebido muitos casos de abusos que acontecem dentro da casa onde as crianças moram. “Os criminosos podem ser os próprios pais, ou amigos, padrastos, pessoas próximas da família que nem se imagina que se trata de um pedófilo, um abusador.”

Portanto, a orientação de Gladys Pinheiro é que os pais estejam sempre presentes na vida dos filhos.

## Filho mais novo está com a família de Juliana

« Um dia após a prisão da pastora Juliana Salles, seu filho mais novo, um menino de 2 anos, foi entregue pelo Conselho Tutelar ao avô materno. A criança havia passado a noite em um abrigo, em Teófilo Otoni, Minas Gerais, após a mãe ser presa acusada de envolvimento na morte dos irmãos Kauã Salles Butkovski, de 6 anos, e Joaquim Salles, de 3 anos.

De acordo com o bisavô materno do menino, que pediu para não ter o nome divulgado, ele chegou na casa da família, no bairro Interlagos, em Linhares, por volta das 10 horas.

“Ele chegou, me deu um abraço e pediu a bênção. Depois tomou banho e almoçou. Está tudo bem com

### RETORNO

“Ele (o filho mais novo do casal) chegou, me deu um abraço e pediu a bênção. Depois tomou banho e almoçou. Está tudo bem com ele”

**BISAVÔ MATERNO**  
PEDIU PARA NÃO SER IDENTIFICADO

ele”, afirmou o bisavô, que reiterou que a criança vai ficar com a família “até ficar grande”. Como era amamentado, agora o garoto toma leite na mamadeira. O bisavô ainda disse que a família está muito

assustada com a prisão de Juliana. Ela é acusada pelo Ministério Público do Estado (MPES) de ter uma “conduta omissa” e de saber dos supostos abusos que Kauã e Joaquim sofriram por parte do seu marido, Georgeval Alves Gonçalves, mais conhecido como pastor George.

Ele é padrasto de Kauã e pai de Joaquim, e está preso desde 28 de abril no Centro de Detenção Provisória de Viana II, na Grande Vitória. No entanto, o bisavô do menino, que é avô paterno de Juliana, não quis opinar sobre as acusações contra a neta e George. “Se isso foi mesmo aconteceu, ele é um monstro”, se limitou a di-



FACEBOOK/GEORGE ALVES

Joaquim, Kauã e o irmão, que agora está com avô

zer. Ele também explicou que a pastora perdeu muito peso após a morte dos filhos e parecia estar bastante abalada.

Antes de liderar um templo da Igreja Batista Vida e Paz em Linhares, Juliana era católica, segundo seu avô. Ele explicou que ela viajou para São Paulo, onde conheceu George, e voltou evangélica.

A irmã de Juliana, Amanda Salles, também conversou de forma breve com a reportagem. Ela afirmou que a família quer resguardar o menino, reforçou que ele está bem e que agora sua guarda está aos cuidados do avô materno.





lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

## **LEONEL XIMENES**

**Luísa Torre (interina)**



### **Abraço do povo**

Por onde passou no Fórum de Linhares ontem, a promotora Rachel Tannenbaum, que pediu a prisão da pastora Juliana Salles, foi surpreendida com saudações e parabéns, dos seguranças aos advogados.

---

## Ponto facultativo no Judiciário

/// O Tribunal de Justiça do Espírito Santo informou ontem que foi decretado ponto facultativo hoje nas unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado. A apreciação das medidas urgentes será realizada em regime de plantão. Na terça-feira, o governo do Estado também anunciou a suspensão do expediente de hoje.

---

# REFORMA TRABALHISTA REGRAS SÓ VALEM PARA NOVAS AÇÕES NA JUSTIÇA

Punição a trabalhador fica limitada a caso posterior à nova lei

◀ O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, ontem, que a reforma trabalhista só vale para processos iniciados após sua entrada em vigor, em 11 de novembro de 2017. A Corte aprovou instrução normativa com uma determinação que servirá de orientação para todos os juízes do trabalho.

A avaliação de juristas é que a reforma não deixava isso claro. Para tentar esclarecer esse ponto, uma medida provisória (MP) foi enviada ao Congresso no ano passado determinando que a vigência da reforma era atemporal, ou seja, valia tanto para processos quanto contratos firmados a qualquer tempo. A MP, contudo, perdeu a vigência sem ser aprovada pelo Legislativo.

Agora, passa a valer o entendimento do TST, no caso dos processos. A

instrução foi proposta por uma comissão de ministros da Corte montada para avaliar o alcance da reforma trabalhista.

O texto prevê que a aplicação das normas processuais previstas pela reforma é imediata, sem atingir, no entanto, situações iniciadas ou consolidadas na vigência da lei antiga. Assim, de acordo com a instrução, a maioria das alterações processuais não se aplica aos processos iniciados antes de 11 de novembro de 2017, data em que a Lei 13.467 entrou em vigor.

Entre os dispositivos

expressamente citados estão aqueles que tratam da responsabilidade por dano processual e preveem a aplicação de multa por litigância de má-fé e por falso testemunho. O mesmo entendimento se aplica à condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

A partir da reforma, a parte perdedora do processo passou a ser

obrigada a arcar com o pagamento dos honorários do advogado da parte vencedora (como um reembolso dos gastos que esta teve com a contratação do profissional para defendê-la). Agora, essa condenação

para a parte perdedora somente pode ser aplicada nas ações iniciadas após a entrada em vigor da reforma.

O Tribunal Superior do Trabalho informou que as instruções normativas não têm natureza vinculante, ou seja, não são de observância obrigatória pelo primeiro e pelo segundo graus da Justiça Trabalhista. Contudo, elas sinalizam como o TST aplica as normas por elas interpretadas.

## REGRAS GERAIS

De acordo com o TST, o foco da instrução aprovada ontem foram as questões de direito

intertemporal, ou seja, a definição do marco inicial para a aplicação da nova lei. Questões de direito material serão discutidas caso a caso, no julgamento no primeiro e no segundo graus. Questões de direito material serão discutidas caso a caso, no julgamento no primeiro e no segundo graus, bem como no julgamento dos recursos sobre os temas que chegarem ao Tribunal superior, segundo a Corte.

A parte do direito material constante da reforma trabalhista é a que trata de temas como férias, tempo à disposição do empregador, teletrabalho, reparação por dano extrapatrimonial, trabalho intermitente e extinção do contrato por comum acordo.

"Em relação a esses temas, deverá haver uma construção jurisprudencial a partir do julgamento de casos concretos", explica o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que presidiu os trabalhos da comissão que analisou a reforma. (O Globo)



Processos após 11 de novembro seguirão novas regras

## Justiça incentiva cobrança de "meio imposto" sindical

◀ A vice-presidência do TST (Tribunal Superior do Trabalho) tem estimulado, em acordos coletivos, sindicatos e empresas a impor o desconto de meio dia da jornada dos trabalhadores como uma alternativa para irrigar o caixa de entidades de representação de categorias.

Com o fim do imposto sin-

dical obrigatório, referente a um dia de trabalho recolhido em março, a chamada cota negocial foi criada em acordo coletivo da Vale e do STEFEM (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins).

Agora, o ministro Rena-

te-presidente do TST, tem sugerido a sindicatos e empresas que instituíam esse desconto. Após a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, o imposto sindical, porém, deixou de ser obrigatório. O recolhimento somente é permitido com a aceitação expressa do trabalhador.

As entidades sindicais reclamam da queda na arrecadação. No STF (Supremo Tribunal Federal), 19 ações pedem a volta da contribuição obrigatória e serão julgadas.

Paiva propôs ou homologou acordo coletivo com a cota negocial em dissídios - quando as partes acionam a Justiça para eliminar um impasse - de cinco empresas: Vale, Casa da Moeda, Embrapa, Infraero e CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos).



TST tem indicado instituir valor reduzido de imposto

REPRODUÇÃO/SITE BANCARIOSPA.ORG.BR

## PROJETO DE LEI

# Serra quer reforçar controle interno com novos cargos

**Proposta foi enviada à Câmara Municipal, onde o prefeito Audifax tem enfrentado resistências**

LETÍCIA GONÇALVES  
lgoncalves@redgazeta.com.br

Em meio ao clima de confrontos na Câmara da Serra, o prefeito Audifax Barcelos (Rede) enviou um novo projeto à Casa, com pedido para tramitação em regime de urgência. Trata-se de projeto

de lei que prevê mudanças e criação de cargos para o controle interno do município. Hoje, o setor, responsável, por exemplo, por aplicar a Lei Anticorrupção, conta com nove servidores efetivos, todos auditores públicos internos municipais. O texto prevê 20 novos cargos, também efetivos, como esse. Cada um receberia um salário de R\$ 3.497. A Controladoria Geral do Municí-



**Audifax: contratação de 20 servidores efetivos**

pio contaria ainda com 13 servidores comissionados.

Não há, no projeto, menção ao impacto financeiro. A prefeitura informou à reportagem que seria o equivalente a 0,05% da folha de pagamento do município.

O reforço no controle interno foi proposto após a assinatura de um protocolo de intenções com o Ministério Público Estadual (MPES), representado pela promo-

tora Maria Clara Mendonça Perim, da 13ª Promotoria de Justiça Cível da Serra.

“É um organismo que, de dentro, vai atuar para combater a corrupção, desvios, controlar a Lei de Responsabilidade Fiscal. E quanto mais qualificada é, mais força ela tem”, afirma a promotora.

“Hoje o controle interno é feito, mas por um grupo menor. A cidade tem a

maior população entre os municípios do Espírito Santo (cerca de 502 mil habitantes), um orçamento grande e a ideia é ampliar a estrutura, criando novos cargos para que isso seja aprimorado. Isso facilitaria até o controle externo (feito pelo Tribunal de Contas e pelo MPES)”, diz Audifax. O projeto chegou à Câmara, onde o prefeito tem enfrentado resistências, ontem.

## LIMPEZA URBANA

# Empresa entra na Justiça por contrato de lixo em Aracruz

**Contratação por seis meses é emergencial para garantir a coleta de resíduos na cidade**

de NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

O contrato para realizar a limpeza pública do município de Aracruz virou alvo de uma briga judicial entre a empresa vencedora da concorrência, e a prefeitura do município.

A disputa pela contratação emergencial, feita por dispensa de licitação, teve como vencedora a empresa Estre Ambiental, que tem sede no Rio de Janeiro. A proposta do contrato era de cerca de R\$ 3 milhões para os seis meses, R\$ 1,1 milhão a menos que a segunda colocada, a SA Serviços de Limpeza e Soluções Ambientais.

A SA é a atual empresa responsável pela limpeza da cidade, desde março de 2017, tendo firmado três contratos emergenciais sucessivos com a prefeitura.

No final de maio, a prefeitura declarou a Estre como vencedora da disputa. No entanto, dois dias depois considerou a empresa sem condições de realizar o trabalho, por falta de licença ambiental que não constava no edital. Em seguida, convocou a empresa que foi a segunda colocada no processo, a SA, para assumir o contrato. Insatisfeita, a Estre acionou a Justiça.

"Nós atendemos a todas



Lixo e entulho se acumulam em terreno de Aracruz: licitação para o contrato definitivo foi reiniciada

as exigências do edital, tanto é que a administração nos habilitou. Mas antes da assinatura do contrato, a Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos (Setrans) encaminhou ofício exigindo uma série de documentos, que não estavam previstos, como condição para a assinatura do contrato. A lei veda esta exigência, pois senão haverá uma reserva de mercado, pode implicar no favorecimento de alguém que já possui a licença", explicou o advogado que representa a empresa, Gabriel Turiano.

## LICENÇA

Segundo o advogado, apesar do problema, a empresa solicitou e obteve a licença junto ao lema e a enviou à Setrans, que optou por contratar a SA.

Por nota, a Prefeitura de

## CUSTO

**R\$ 3 milhões**

É o valor aproximado do contrato entre a Estre Ambiental e a Prefeitura de Aracruz, para 6 meses.

Aracruz admitiu que o documento não foi exigido no edital, já que é um documento inerente ao próprio serviço e qualquer empresa que presta serviço nessa área sabe que é obrigatório.

Alegou ainda que a exigência é por determinação do lema, e que o órgão considera que, o contrato sem o documento poderia caracterizar crime ambiental.

Na Justiça, a disputa continua. A Estre já entrou com

uma ação para que fosse declarada vencedora, e após perder em primeira instância, recorreu e obteve uma decisão liminar favorável do Tribunal de Justiça.

## CONTRATO

Com isso, a prefeitura suspendeu o contrato com a SA, e o município ficou mais de uma semana sem limpeza, mas não assinou o contrato com a Estre. Diante do problema, após recurso da prefeitura, a Justiça revogou a liminar e o contrato com a SA foi retomado.

Agora, a Estre espera o julgamento final do processo, e também acionou o Ministério Público.

Desde 2013, Aracruz tem realizado contratos emergenciais, por dispensa de licitação, para contratar empresas responsáveis pela

limpeza das ruas, coleta de lixo e descarte de resíduos em todo município.

Em 2014 foi aberta a licitação para um contrato definitivo, de 48 meses, mas a concorrência pública sofreu diversas paralisações determinadas pela Justiça e pelo Tribunal de Contas.

Como a limpeza urbana é considerada um serviço que não pode ser paralisado, desde então são firmados contratos emergenciais, e a cada seis meses é realizada uma nova contratação.

A licitação para o contrato definitivo, que será de quatro anos, foi reiniciada somente no último dia 21 de maio, com a publicação do edital. A abertura dos envelopes estava prevista para ontem, mas foi suspensa, sem prazo, por ter sofrido pedidos de impugnação.

## ENTENDA

### O PROBLEMA

#### ▼ Licitação suspensa

Em 2014, a prefeitura abriu licitação para contratar uma empresa para a limpeza pública da cidade, mas a concorrência foi suspensa pela Justiça.

#### ▼ Contratos emergenciais

O serviço de limpeza, que já estava sendo prestado por meio de contratos emergenciais, que dispensam o procedimento de licitação, continuou a ser feito desta forma até os dias atuais.

### CONTRATO EM DISPUTA

#### ▼ Responsável

Desde 2017, início da atual gestão, do prefeito Jones Cavaglieri (SDD), quem tem vencido a disputa pelo contrato é a empresa SA Ambiental, com contratos de seis meses.

#### ▼ Troca

Na disputa pelo próximo contrato emergencial, a empresa Estre Ambiental foi declarada vencedora pela prefeitura. No entanto, no momento da assinatura do contrato, a prefeitura exigiu uma licença ambiental que não estava prevista no edital, e por isso declarou que ela não era habilitada para prestar o serviço. Por isso, convocou a segunda colocada na disputa, a empresa SA Ambiental.

# AUXÍLIO-MORADIA: DEBATE RETORNA À ESTACA ZERO

## Juízes ganham R\$ 4,3 mil mensais por decisão provisória há 4 anos

LEÍCIA GONÇALVES  
lgoncalves@redgazeta.com.br

Parecia que um imbróglio de quase quatro anos chegaria ao fim. O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), havia liberado para a pauta no plenário as ações que tratam da concessão do auxílio-moradia à magistratura — e, por extensão, aos membros do Ministério Público e dos tribunais de contas. No dia 21 de março deste ano, no entanto, na véspera do julgamento, o próprio Fux, que segurou o caso por todo esse tempo, retirou as ações da pauta e decidiu enviar a questão à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

A intenção era buscar uma solução consensual sobre o benefício de R\$ 4,3 mil mensais, pago até mesmo a quem tem moradia própria e livre do teto remuneratório e de descontos de Imposto de Renda e Previdência. Três meses depois, a única coisa que mudou é que três meses se passaram. A Câmara de Conciliação, da qual participa a Advocacia-Geral da União (AGU) e representantes de magistrados e membros do Ministério Público, sugeriu que os salários dos ministros do Supremo — que equivalem ao teto do funcionalismo público nacional — sejam reajustados para englobar a



CARLOS MOURA/SCO/STF

O ministro Luiz Fux não tem prazo para liberar as ações para julgamento no STF

cifra referente ao benefício. Assim, o teto remuneratório iria para R\$ 42,1 mil, provocando um efeito cascata nos Estados.

Outra opção seria aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) criando um adicional por tempo de serviço para as categorias. Ambas as sugestões, no entanto, além de questionáveis, são inócuas. Dependem de alterações legislativas, votação no Congresso Nacional, mas consta no ofício enviado pela AGU ao ministro Fux.

Mas o que cabe ao Supremo é definir se o paga-

### CUSTO

## R\$ 4 bilhões

Foi quanto custou o auxílio-moradia, somente à União, até agora.

mento do auxílio-moradia, nos atuais termos, é constitucional ou não. O STF, por meio da assessoria de imprensa, informou ontem à reportagem que o ministro não tem “qualquer posicionamen-

to” a respeito das propostas apresentadas e também não há prazo para que as ações sobre o benefício voltem a ser pautadas na Corte. Da última vez, como já mencionado, levou quatro anos. Desde outubro de 2014, o benefício é pago com base em liminares (decisões provisórias) de Fux.

Até agora, isso já custou R\$ 4 bilhões, somente à União, de acordo com dados do relatório do deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR). No Espírito Santo, entre os 344 juízes e desembargadores ativos da

### SAÍDA

“Entendemos que a opinião pública é contra esse instituto (o auxílio), e uma saída legislativa seria melhor”

JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES

Justiça Estadual, 319 contam com o benefício, o que corresponde a 92,7%. Dos 289 promotores e procuradores de Justiça em atividade no Ministério Público do Espírito Santo (MPES), 255 recebem (88,2%).

### DIÁLOGO

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti, diz que as conversas não estão encerradas. “A conciliação pode ser retomada mais adiante e tem que ser feita sob sigilo. Precisamos esperar o posicionamento do ministro Fux. A conciliação se esgota quando se chega a um impasse. Não foi isso que aconteceu. O diálogo é a melhor forma de resolver isso. Entendemos que a opinião pública é contra esse instituto (o auxílio) e uma saída legislativa seria melhor”, avalia.

### ENTENDA

#### ▼ O auxílio

O auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil mensais é pago a magistrados, membros do Ministério Público Federal e de tribunais de contas com base em liminares (decisões provisórias) concedidas pelo ministro do Luiz Fux, do STF, em setembro de 2014.

#### ▼ Contestação

A constitucionalidade do pagamento, devido até mesmo a quem tem moradia própria, sem prestação de contas, e de caráter indenizatório, foi contestada no Supremo Tribunal Federal. Há quatro ações originárias, uma Ação Cível Originária e uma Ação Direta de Constitucionalidade sobre o tema na Corte.

#### ▼ Pauta

Somente em dezembro de 2017, o ministro Luiz Fux, relator, liberou as ações que remetem à liminar que ele concedeu para pauta. A presidente Cármen Lúcia marcou o julgamento para 22 de março deste ano.

#### ▼ Retirada

No dia 21 de março, no entanto, Fux, atendendo a pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros, enviou o caso para a Câmara de Conciliação. Agora, o caso voltou ao gabinete do ministro, sem solução e sem nova data para julgamento.

### NO RÁDIO E NA TV

## STF derruba regra que impedia sátiras a políticos

BRASÍLIA

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou trechos da lei eleitoral que restringem a liberdade de expressão e de imprensa durante o período de campanhas. Para os ministros da Corte, a regra, que proíbe sátiras humorísticas feitas para ridi-

cularizar políticos, é inconstitucional, por representar uma forma de censura.

Os artigos da lei já estavam suspensos desde 2010, por uma liminar concedida pelo próprio STF. Ontem, a decisão foi mantida, no julgamento definitivo do caso.

“A censura é a mordaca

da liberdade. Quem gosta de censura é ditador. A liberdade não é só um direito, é o pressuposto para o exercício de todos os direitos”, disse a presidente do tribunal, ministra Cármen Lúcia, lembrando que qualquer tipo de censura é vedado no país.

“A prática da democra-

cia está indissolúvel da liberdade de expressão, porém, necessariamente associada ao pluralismo de ideias e de visão de mundo”, ressaltou Ricardo Lewandowski.

Pela lei, emissoras de rádio e televisão são proibidas de “usar trucagem, montagem ou outro recurso de áu-

dio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito”. Outro trecho veda também “difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes”. Se o

STF derrubasse a liminar de 2010, a regra valeria a partir de 6 de agosto, depois das convenções partidárias.

No julgamento, os ministros ressaltaram que há meios legais para se combater eventuais excessos cometidos pela imprensa. A solução é mover uma ação penal por crime contra a honra por quem se considerar ofendido. (Agência O Globo)

## Humoristas querem liberdade de expressão

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais as normas eleitorais que restringiam a produção de conteúdos em período eleitoral que pudessem degradar ou ridicularizar um candidato. Para os profissionais do humor, venceram a liberdade de expressão e a democracia.

Rossini Macedo, humorista, empresário e apresentador de TV, defendeu que usar do humor para críticas políticas é um direito conquistado e que o STF acertou ao mantê-lo pela decisão de ontem.

“A crítica através do humor é a crítica mais leve que existe. O que os políticos fazem hoje envergonha a todo o povo brasileiro e ninguém melhor que um humorista para amenizar essa vergonha. Essa é a função do humorista. Chico Anísio dizia que somos médicos do espírito. Precisamos fazer piada para diminuir o sofrimento”, destacou Rossini.

Já o humorista e palestrante Fábio Flores ressaltou a presença do humor na cena política como um elemento histórico, desde os tempos em que havia a figura do bobo da corte, autorizado pelo rei, que demonstrava, “pelo viés cômico, o

lado ridículo das monarquias”.

Fábio disse, ainda, que o humor contribui para que os eleitores possam escolher seus candidatos de forma mais crítica porque presta um serviço que acaba ampliando a consciência das pessoas por meio das sátiras ou piadas que faz.

“Quase sempre as pessoas vão receber as informações pelos mesmos canais e vão absorver a narrativa de uma forma muito linear. Quando o humorista apresenta essa desconstrução, ele consegue fazer o indivíduo pensar além do tradicional”, afirmou.

A Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão (Abert), que propôs a ação, defendeu que os trechos da lei violavam a liberdade de manifestação do pensamento, da atividade intelectual e o direito de acesso à informação.

DIVULGAÇÃO



ROSSINI: crítica por meio do humor

“A Suprema Corte decidiu a favor da liberdade de expressão e da democracia. É uma vitória!”

Rossini Macedo, humorista

### ANÁLISE

#### “Artigos do Código Eleitoral eram censura prévia”

“O Supremo Tribunal Federal confirmou, por unanimidade, a inconstitucionalidade desses dispositivos da lei eleitoral, que estavam suspensos por liminar e que são, sim, uma forma de censura prévia.

Não há justificativa para o argumento que sustenta a lei, segundo o qual a utilização do humor para abordar fatos relacionados à política traz prejuízos.

Levar para o lado humorístico o desenrolar da política brasileira

nos meios de comunicação é democratizador, pois populariza o debate, ao levantar questões polêmicas e importantes com uma linguagem simples e atraente. Isso faz com que boa parte da população discuta temas que costumam ser restritos, complicados.

Os excessos podem, sim, ser punidos e, para isso, já temos os nossos códigos Civil e Penal. Nosso ordenamento jurídico já dispõe de elementos para fazer esse controle.”

Ricardo Pessanha,  
advogado e especialista  
em Direito Público



# Reforma trabalhista só vale para ações após a nova lei

## Supremo é quem dará a palavra final sobre legislação

Decisão é do TST e, com ela, empregado só corre risco de pagar a advogado da empresa se tiver entrado na Justiça depois das mudanças

BRASÍLIA

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu ontem que a reforma trabalhista só vale para processos iniciados após sua entrada em vigor, em 11 de novembro de 2017. A Corte aprovou instrução normativa com determinação que servirá de orientação para todos os juizes do trabalho.

A avaliação de juristas é que a reforma não deixava isso claro. Para tentar esclarecer esse ponto, uma medida provisória (MP) foi enviada ao Congresso ano passado determinando que a vigência da reforma era atemporal, ou seja, valia tanto para processos quanto contratos firmados a qualquer tempo.

A MP, porém, perdeu a vigência sem ser aprovada pelo Legislativo. Agora, passa a valer o entendimento do TST. A instrução foi proposta por uma comissão da Corte.

O texto prevê que a aplicação das normas processuais previstas pela reforma é imediata, sem atingir, no entanto, situações iniciadas ou consolidadas na vigência da lei antiga.

Entre os dispositivos estão os que tratam da responsabilidade por dano processual e preveem multa por litigância de má-fé e falso testemunho. O mesmo entendimento se aplica à condenação a pagamento



**CORRÊA DA VEIGA** disse que deverá haver formação de jurisprudência a partir do julgamento de casos concretos

de honorários advocatícios.

A partir da reforma, a parte perdedora do processo passou a ser obrigada a arcar com os honorários do advogado da vencedora (como reembolso dos gastos que esta teve com a contratação do profissional). Agora, essa condenação para a parte perdedora só pode ser aplicada nas ações iniciadas após a reforma.

Segundo o TST, o foco da instrução aprovada ontem foram as questões de direito intertemporal, ou seja, a definição do marco ini-

cial para a aplicação da nova lei.

Questões de direito material serão discutidas caso a caso, no julgamento no 1º e no 2º graus.

A parte do direito material consistente da reforma trabalhista é a que trata de temas como férias, tempo à disposição do empregador, teletrabalho, reparação por

dano extrapatrimonial, trabalho intermitente e extinção do contrato por comum acordo.

“Em relação a esses temas, deverá haver construção jurisprudencial a partir do julgamento de casos concretos”, explica o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que presidiu a análise da reforma.

Vários pontos da reforma trabalhista vão ser decididos no Supremo Tribunal Federal (STF), que começou a analisar em maio ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra dispositivos da nova lei, como o que restringe a gratuidade judicial para pessoas pobres.

Os ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin votaram, mas Luiz Fux pediu vista e o julgamento foi suspenso. Ainda não há data definida para a retomada do julgamento. Fachin seria o terceiro a votar, mas pediu para antecipar e defendeu a inconstitucionalidade das mudanças.

O ministro Barroso definiu dois critérios para o pagamento de honorários de sucumbência para o trabalhador que perde uma ação e é beneficiário da gratuidade.

Barroso votou por não derrubar os dispositivos da reforma que definiram restrições ao acesso da justiça gratuita. No entanto, em sua visão, são necessários limites para que a cobrança não afete verbas alimentares e o mínimo para a subsistência da pessoa.

“Valor mínimo: só começará a pagar custas acima de 5 mil reais é critério justo. Se consideramos que aposentado e pensionista tem esse valor como máximo para benefício”, disse Barroso.

A PGR questiona a obrigatoriedade de pagamento, que acabou não derrubada por Barroso. Por outro lado, o ministro quer manter pagamento de honorários periciais quando a pessoa perde a ação e é beneficiária da justiça gratuita.



**Pedido negado**

A Justiça negou o pedido de gratuidade de Dado Dolabella no processo envolvendo o ator e a ex-mulher Viviane Sarahyba. No pedido, que já havia sido negado em primeira instância, ele afirma que tem renda entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil e, por isso, não poderia arcar com os custos da parte dele, como pagamentos de despesas processuais.



FACEBOOK/REPRODUÇÃO

REGISTROU AÇÕES EM VÍDEO

## Mais um soldado é expulso por atuação na greve da PM

**Uma das acusações é que ele incitou policiais militares ao aquartelamento**

◀ O soldado da Polícia Militar Nero Walker foi expulso da corporação ontem. Esta é a 17ª exclusão de militares que participaram da greve realizada em fevereiro do ano passado. Os 22 dias do movimento levou ao caos

no Estado e resultou na morte de 219 pessoas.

De acordo com a decisão, publicada no Boletim Geral da PM, na noite de ontem, Nero apresentou "conduta que afetou gravemente o sentimento de dever, a honra pessoal, e o decoro da classe". É relatado ainda que ele incitou policiais militares ao aquartelamento por meio de vídeos e postagens

em redes sociais. Em uma delas é relatado que ele chegou a desrespeitar o comandante da corporação.

Outra informação é a de que ele teria ameaçado policiais do antigo Batalhão de Missões Especiais - hoje denominado Cimesp - que participaram de uma operação realizada no dia 23 de fevereiro do ano passado. É relatado ainda, na mesma deci-

são, que Walker percorreu diversas unidades da PM, que estavam bloqueadas pelo movimento paredista, onde registrou vídeos.

Além da expulsão dos quadros da PM, Nero Walker responde ainda a Inquérito Policial Militar, que tramita na Justiça Militar, e ainda a ação criminal, que tramita na 4ª Vara Criminal de Vitória.



Nero Walker foi o 17º policial expulso da corporação

## ACIDENTE NA BR 101

BERNARDO COLTINHO - 22/06/2017



Ônibus ficou destruído no acidente, que também envolveu ambulância e caminhão

# UM ANO APÓS TRAGÉDIA PROBLEMAS CONTINUAM

## Empresas de cargas ainda desrespeitam lei, diz auditor

▲ NATALIA BOURGUIGNON  
▲ SULLIVAN SILVA

Um ano depois do acidente envolvendo uma carreta carregada com granito, um ônibus da Água Branca e duas ambulâncias, que matou 23 pessoas na BR 101, em Guarapari, as empresas do ramo de transportes, de forma geral, ainda não se adequaram à legislação.

Uma fiscalização feita pelo Ministério do Trabalho em 80 transportadoras do setor de rochas neste ano mostrou que muitas delas não controlam o tempo de jornada e descanso dos motoristas, o que é obrigatório desde 2012. "A fiscalização ainda está em curso mas, de forma geral, o que observamos é que as empresas não implementaram o controle de jornada", disse o auditor-fiscal Bernardo Velasco, do Grupo Especial de Fiscalização do Trabalho em Transportes (Getrac), com exclusividade para A GAZETA.

O motorista da carreta envolvida no acidente em Guarapari, a maior tragédia das estradas capixabas, ha-

via trabalhado 14 horas seguidas na véspera e não descansou o tempo mínimo necessário antes de pegar a estrada. Segundo os dados de rastreamento via satélite do caminhão, Nadson Santos Silva, que também morreu no acidente, descansou entre 23h39 e 2h, batendo de frente com o ônibus da Água Branca apenas quatro horas depois de voltar ao trabalho.

"Os acidentes que aconteceram nesse setor em 2017 nos motivaram a fazer essa fiscalização. A gente entende que as jornadas exaustivas dos motoristas são um dos principais causadores de acidentes nas estradas", disse o auditor-fiscal.

As empresas irregulares não foram autuadas pelo Ministério do Trabalho pois algumas ainda precisam fornecer documentos aos órgãos. A reportagem tentou contato por telefone com o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Espírito Santo, mas as ligações não

foram atendidas.

Além da jornada exaustiva do motorista, a carreta envolvida no acidente transitava com excesso de peso, pneu careca, alteração no sistema de freio e em alta velocidade.

### FISCALIZAÇÃO

A Polícia Rodoviária Fe-

#### EFETIVO



"O que inviabiliza a fiscalização não é a falta de efetivo, é a falta de ação conjunta. Veículos fogem por rodovias estaduais"

**WILYS LIRA**  
SUPERINTENDENTE  
DA PRF

deral (PRF), responsável por fiscalizar irregularidades nas estradas, não teve o efetivo ampliado desde o acidente em Guarapari. O órgão conta com 18 agentes para atuar em 900 quilômetros de BRs por dia. Outros 25 atuam dentro dos postos.

Mas o superintendente da PRF, Wylis Lira, diz que o

#### RESPONSÁVEL



"A empresa tem que saber que, se ela contrata uma transportadora que foge da lei, também é responsável"

**TALES MACHADO**  
PRESIDENTE DO  
SINDIROCHAS

problema maior não é o efetivo. "O que inviabiliza nossa fiscalização é a falta de ação conjunta. Os veículos fogem por rodovias estaduais. Outro problema é que hoje não existe uma normativa que obriga a pesagem na saída do veículo que transporta rochas", defende.

Lira diz que havia a intenção de comprar uma balança móvel para flagrar excesso de peso, mas não foi possível por falta de recursos.

### EDUCAÇÃO

O presidente do Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Mármore e Granito (Sindirochas), Tales Machado, diz que estão sendo feitas ações educativas para conscientizar as empresas a não contratarem transportadoras que não trabalham dentro da lei e destaca a importância do setor no Estado, "único que emprega em todos 78 municípios". "A empresa tem que saber que se ela contrata uma transportadora que foge da lei, ela também é responsável", disse.

## Promessa de balanças móveis

▲ O Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Detran) pretende implementar até o final do ano balanças móveis para flagrar caminhões com excesso de peso de forma remota. O estudo do projeto teve início em março e deve custar R\$ 2,1 milhões. O equipamento funciona como um radar móvel, utilizando câmeras e sensores para estimar o peso da carga.

O projeto foi discutido em um grupo de trabalho liderado pelo Ministério Público estadual (MPES) criado em setembro de 2017, para discutir fiscalização do setor de rochas.

A reportagem perguntou ao MPES quais foram as ações do grupo até o momento, mas o órgão afirmou que só terá as informações na próxima semana.

# “200 mil reais não pagam a vida do meu filho”, desabafa pai de vítima

**Familiares recorrem contra indenização oferecida por seguradora**

As famílias das 23 vítimas do maior acidente das estradas do Estado ainda estão longe de conseguir justiça e reparação pela perda de seus entes queridos. “Duzentos mil reais não pagam a vida do meu filho. Ele era novo e tinha a vida pela frente”, afirma João Batista dos Santos, 51.

João perdeu o filho, o engenheiro recém-formado Marcos Oliveira dos Santos, 26, na tragédia. Marcos morava em Jundiá, em São Paulo, e foi um dos 11 passageiros que tiveram o corpo carbonizado no ônibus. O pai não se conforma. “Da forma que ele morreu eu não consigo aceitar. Nem o corpo eu consegui ver.”

O pai contesta na Justiça o valor de indenização oferecido pela seguradora da Água Branca, de R\$ 200 mil. “A seguradora fez uma proposta insignificante. O jovem tinha 26 anos e dois filhos pequenos. Ele tinha um futuro promissor”, argumenta o advogado da família Carlos Veríssimo.

João processa ainda Leocir e Jacimar Pretti, donos da Jamarle Transportes, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a Água Branca e sua seguradora e a conces-



Regimara perdeu o pai, Reginaldo Marcelino, 68, na tragédia. O filho de João Batista, o engenheiro recém-formado Marcos, 26, também morreu



FOTOS: MARCELO PREST

sionária que administra a BR 101, Eco101. “Todos nessa tragédia são responsáveis”, diz o advogado.

## SOFRIMENTO

A autônoma Regimara Loyola de Souza, 46, perdeu o pai, Reginaldo Marcelino,

de 68 anos. Ele voltava da capital paulista, onde tinha feito compras para a família, que é de Cariacica. Reginaldo era casado e tinha três filhos, que preferiram aceitar o acordo com a seguradora da Água Branca. “Minha mãe não quis ficar estenden-

do aquele sofrimento. Toda vez que essas pessoas vinham à nossa casa era muito doloroso”, disse.

Segundo a Água Branca, os beneficiários “em sua esmagadora maioria” optaram por receber os valores acordados. A empresa afir-

mou que segue dando atenção às vítimas e famílias dos envolvidos no acidente. O Dnit não retomou o contato da reportagem e a Eco101 afirmou que não comenta decisões judiciais.

Os donos da Jamarle, a quem pertencia o cami-

nhão, estão presos, mas o julgamento ainda está longe de acontecer. “O processo está em fase de apresentação de defesas preliminares. Não há data para audiência de instrução”, afirma o advogado dos empresários, Ludgero Liberato.

## Empresários sofrem com o que houve, diz advogado

O advogado Ludgero Liberato, que faz a defesa dos irmãos Jacymare e Leocir Pretti, donos da Jamarle Transportes e responsáveis pelo caminhão que se envolveu no acidente, diz que os irmãos sofrem pelo que houve.

“Eles jamais desejaram as mortes ocorridas e se encontram altamente debilitados, física e emocionalmente, desde o acidente.”

Após investigação, os dois foram indiciados por 23 homicídios dolosos por motivo torpe, quando há intenção de matar, e 18 tentativas de homicídio.

Os dois estão detidos des-

de 12 de março deste ano no Centro de Detenção Provisória de Guarapari. A defesa deles entrou com um pedido de habeas corpus para que possam responder em liberdade. O pedido aguarda julgamento no Supremo Tribunal de Justiça.

“A prisão de ambos é desnecessária, já que as atividades da empresa estão paralisadas”, afirma o advogado.

Segundo a defesa, a Jamarle Transportes, que tinha sede em Baixo Guandu, encerrou completamente suas atividades. Motoristas e funcionários foram dispensados.

## RELEMBRE O CASO

### O ACIDENTE

O acidente aconteceu às 5h50 da manhã de 22 de junho de 2017, no km 343 da BR 101 em Guarapari, e envolveu uma ambulância, uma minivan, uma carreta que transportava um bloco de granito da empresa Jamarle e um ônibus da Água Branca, que seguia de São Paulo para o Vitória com 30 passageiros e o motorista.

### Fogo

A carreta invadiu a contramão e bateu no ônibus. O coletivo partiu ao meio e pegou fogo.

### Mortos

Vinte e três pessoas morreram. Sendo 21 passageiros do ônibus, o motorista da ambulância e

o motorista do caminhão.

### Identificação

Onze vítimas ficaram carbonizadas e foram identificadas pelo DNA. No DML de Vitória foi realizado um mutirão para agilizar o processo.

### Feridos

Dezoito pessoas ficaram feridas. Nove eram passageiros do ônibus.

### INVESTIGAÇÃO

#### Uso de cocaína e rebite

Segundo a Polícia Civil, o exame toxicológico comprova que o motorista da carreta, Nadson Santos Silva, 30, usou cocaína e anfetamina rebite horas antes do acidente.

#### Irregularidades

Os freios e pneus estavam em más condições, além

de possuir uma carga de 11 toneladas acima do que é permitido por lei, que é de 30 toneladas.

#### Infrações

Segundo a PRF, a carreta tinha 35 infrações por excesso de velocidade, ultrapassagem pela contramão, carga com excesso de peso e fuga de fiscalização.

#### Donos presos

O proprietário da empresa Jamarle, Jacimar Pretti, dona da carreta foi preso um dia depois do acidente e depois solto. Desde março, ele e o irmão Leocir Braz Pretti estão presos. Conversas telefônicas gravadas com autorização da Justiça mostraram que os

empresários orientaram funcionários a transportar cargas acima do peso permitido. Eles respondem na Justiça por homicídio qualificado.

#### Inquérito concluído

O inquérito foi concluído e relatado à Justiça.

#### Balanças

Na época da tragédia, o superintendente da PRF, Wilyes Lira, afirmou que todas as quatro balanças da BR 101 localizadas em Linhares, Rio Novo do Sul, Serra e Viana estavam sem funcionar. As balanças são de responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt) e Eco101.

## TRAGÉDIA EM LINHARES

# POLÍCIA SE CALA SOBRE DIVERGÊNCIA EM CASO

## Juliana Salles foi presa após investigação do Ministério Público

BERNARDO COUTINHO - 23/05/2018



Secretaria de Segurança anunciou em maio a conclusão das investigações do crime

Após o Ministério Público (MP) denunciar a pastora Juliana Salles por omissão nas mortes dos filhos Joaquim Alves Salles, de 3 anos, e Kauã Salles Butkovsky, de 6, a Polícia Civil (PC) ficou em silêncio sobre o assunto.

As investigações que levaram à denúncia e a prisão de Juliana foram conduzidas pela promotora Rachel Tannenbaum, da 2ª Promotoria Criminal de Linhares. As provas obtidas por ela durante as investigações realizadas pelo

MP a deram convicção da participação da pastora no crime. "Ela teve uma conduta omissiva", disse.

A promotora concluiu que Juliana sabia que os filhos sofriram violência física, sexual e psicológica; sabia que o marido tinha desvio de caráter e comportamento sexual incompatível com a "pregação"; e ajudou o marido a alterar a cena do crime.

As crianças morreram em um incêndio criminoso em Linhares,

no dia 21 de abril. No dia 23 de maio, a PC divulgou a conclusão do inquérito, indiciando o pastor Georgeval por estuprar, agredir e queimar as crianças ainda vivas.

Na ocasião, a PC descartou participação de Juliana no crime. "Não há qualquer indício de envolvimento, participação ou convivência. Por esses motivos, a força-tarefa responsável pela investigação não deve ouvir a pastora outra vez", disse André Ja-

retta Ardison, titular da 16ª Delegacia Regional de Linhares, na época.

Ele teve apoio do secretário de segurança Nylton Rodrigues, que garantiu: "Ela não tem nenhum tipo de envolvimento. Isso está descartado".

### PERGUNTAS

Após a divulgação da denúncia do MP, a reportagem procurou a PC e a Sesp com os questionamentos: A PC irá se manifestar sobre a denúncia do MP, aceita pelo juiz? Baseado em quais

### EM MAIO

*"Não há indício de envolvimento. Por esses motivos, a força-tarefa responsável pela investigação não deve ouvir a pastora outra vez"*

**ANDRÉ JARETTA**  
DELEGADO DE LINHARES

elementos a PC descartou o envolvimento de Juliana? Na análise das conversas entre os acusados a PC não encontrou nada que indicasse convivência da pastora? A corregedoria da PC vai investigar suposta falha por parte das apurações do caso?

Para todas as perguntas, a PC e a Sesp resumiram-se a responder "O trabalho foi concluído, no último dia 29 de maio, com o relatório final e envio dos autos ao Ministério Público".

## Troca de mensagens ajudou Ministério Público

As trocas de mensagens encontradas no celular de Juliana Salles revelaram uma série de detalhes sobre a morte de Kauã, 6 anos, e Joaquim, 3 anos, e permitiram que o juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, tivesse informações suficientes para embasar o pedido de prisão da pastora. Foi por meio do aparelho celular que a Justiça descobriu detalhes importantes sobre a convivência das crianças com George e constatou que Juliana sabia do abuso sofrido pelos filhos.

De acordo com as inves-

tigações, a pastora nada fez para pôr fim às agressões sofridas pelas crianças. As descobertas surgiram após perícia no celular do pastor George Alves e de Juliana, onde peritos chegaram a encontrar troca de fotos dos meninos machucados.

De acordo a decisão judicial, a pastora "tinha ciência do comportamento sexual incompatível com a pregação" do marido, "já que em troca de mensagens a mesma dizia ter 'nojo' e ele dizia se sentir 'imundo' e um 'lixo' por seus comportamentos".

## Transferência na próxima semana

A Justiça deverá pedir a transferência da pastora Juliana Salles do presídio de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, para o Espírito Santo somente na próxima semana. As informações foram confirmadas pela assessoria do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Um dos advogados da junta de defesa de Juliana e Geogerval Alves, Rodrigo Duarte, disse que não tinha informações sobre a transferência. "Não temos informações. Todas as providências em relação a defesa da Juliana estão sendo tomadas."

Duarte criticou a prisão, alegando que a pastora ain-

da estava amamentando o filho mais novo do casal, de dois anos. "Tiraram a mãe do filho. A situação chega a ser desesperadora. Isso

### DEFESA

*"Tiraram a mãe do filho. A situação chega a ser desesperadora. Isso é uma violência. Um atentado de direito à liberdade. Ela foi presa sem saber o porquê"*

**RODRIGO DUARTE**  
ADVOGADO DE DEFESA

é um atentado de direito à liberdade da pessoa. Ela foi presa sem saber o porquê."

Segundo Duarte, Juliana estava em estado de choque enquanto permaneceu na Delegacia de Teófilo Otoni. "Acompanhamos o tempo todo a pastora até a ida para o presídio, por volta de 18h30 de quarta-feira. Ela está em estado de choque, no meio do tratamento psiquiátrico. Disse que não estava entendendo o que estava acontecendo e não tem participação na acusação."

A Secretaria de Estado da Justiça informou que, se acionada, poderá prestar apoio na transferência da

pastora ao Estado. Além disso, uma avaliação será feita para determinar para qual presídio feminino do Estado a pastora poderá ser encaminhada. São eles: Centro Prisional Feminino de Cariacica, Centro Prisional Feminino de Colatina, Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim e também a Penitenciária Regional de São Mateus, que tem um presídio feminino.

**Participaram desta edição:**  
Brunela Alves, Elis Carvalho, Loreta Fagionato, Vilmara Fernandes e Lara Rosado